



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FABIANA MONTEIRO ROLIM

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: Um estudo sobre
os núcleos de Gênero na Rede Estadual de Pernambuco.**

Recife

2024

FABIANA MONTEIRO ROLIM

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: Um estudo sobre os núcleos de Gênero na Rede Estadual de Pernambuco.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Vilde Gomes de Menezes

Recife

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Rolim, Fabiana Monteiro.

Políticas de educação em saúde: um estudo sobre os núcleos de gênero na rede estadual de Pernambuco P / Fabiana Monteiro

Rolim. - Recife, 2024.

147f.: il.

Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

Orientação: Vilde Gomes de Menezes.

1. Educação em saúde; 2. Educação; 3. Gênero; 4. Núcleo de gênero; 5. Núcleo de estudo de gênero. I. Menezes, Vilde Gomes de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CDD 370

FABIANA MONTEIRO ROLIM

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: Um estudo sobre os núcleos de Gênero na Rede Estadual de Pernambuco.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação.

Aprovada em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Vilde Gomes de Menezes (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Tereza Luiza de França (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco- UFPE

Ana Lúcia Felix dos Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Gustavo Gilson Sousa de Oliveira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco- UFPE

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Deus que nos momentos mais duros de minha vida, em sua infinita bondade e misericórdia, sempre colocou em meu caminho oportunidades e auxílios na forma de pessoas maravilhosas. Minha fé no amanhã vem da minha fé nessa força benfeitora que rege o mundo.

Dedico esse trabalho à minha querida Mãe, mulher aguerrida que enfrentou inúmeros percalços para ser exemplo, força e apoio incondicional na minha jornada. Ao meu avô Manoel, que mesmo com suas fragilidades me transmitiu o ideário de ética e justiça social que possuo, com seus exemplos de luta e com sua passagem pelo movimento da Ação Popular, que tanto me orgulha. Um homem analfabeto que via na educação a única saída para a ascensão social de sua família. Vô, tem mais uma Mestra na família!!!

Dedico também a meu companheiro, Alysso, incentivador mais fervoroso, e a toda minha família, na figura da minha tia Virgínia, companheira incentivadora em toda minha jornada formativa.

Dedico, de maneira especial, a todos os mestres que cruzaram minha vida e que plantaram em mim a semente do conhecimento no solo fértil das minhas dúvidas, desde minha tenra idade. Foram muitos e importantes contribuidores que faço lembrar na figura de meu orientador e amigo, Vilde Menezes, que enxergou em mim, em determinado momento histórico, o que eu nem sabia que poderia ser.

Dedico, finalmente, esse estudo a todas as mulheres guerreiras que vieram antes de mim e que contribuíram e contribuem para a mudança do mundo, sem elas eu não estaria aqui.

Obrigada a todos, todas e todes!!! Amo vocês!

*“Me movo como educador, porque, primeiro,
me movo como gente.”*

Paulo Freire

RESUMO

A discussão aqui apresentada permeia o universo das Políticas Públicas, definidas como o “Estado em ação”. Nesse contexto de direitos e deveres, interesses e omissões que envolvem os direitos sociais, o estudo se volta para uma política de Educação em Saúde, considerando que a política aqui avaliada, os “Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher” – NeGs – encontra-se na interseção de dois campos de atuação do Estado, a Saúde e a Educação. Política idealizada e implementada em um momento de abertura política brasileira decorrente das lutas sociais, sindicais e feministas que foram base para a Constituição de 1988, enfrenta o fanatismo religioso em esfera local e nacional, em uma escola já precarizada pela ideia de uma educação voltada para os desejos e necessidades do mercado, através da concepção da “Nova Gestão Pública”. Entendendo que a parceria entre a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Educação e Esportes de PE coloca a escola em um ponto central dessa discussão, constrói-se a seguinte problemática: como se dá e em que consiste as dinâmicas sociais, institucionais e conceituais da Política NeGs na Rede Estadual de Pernambuco? O eixo central de nosso desenvolvimento teórico será feito a partir de autores como Guacira Lopes Louro, Helena Altmann, Janete Lins de Azevedo, Vilde Gomes de Menezes e Gustavo Gilson Oliveira. O caminho escolhido passa pelo percurso metodológico da revisão integrativa da literatura, análise documental e pesquisa de campo, tendo como instrumentos de coleta de dados empíricos os documentos que rege a política e entrevistas semiestruturadas com 5 atores elencados entre professores e gestores das secretarias envolvidas. Para o tratamento dos dados foi utilizado o software livre IRAMUTEQ®, que viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais realizadas com base em um corpus textual construído pela pesquisadora que, utilizando-se das etapas da análise de conteúdo de Laurence Bardin, possibilitam captar um sentido simbólico e a realidade na qual se inserem as falas dos atores e dos documentos encontrados, contribuindo para seu desvendar crítico. Como resultado, tendo o apoio teórico da abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen J. Ball e Jefferson Mainardes, foi possível perceber que, embora não tenham peso de Lei, a política é resultado de uma correlação de forças estabelecidas entre a sociedade civil e a sociedade política, sendo possível mantê-la ativa, mesmo diante dos ataques da ala conservadora da política e da sociedade, além da tentativa de esvaziamento realizada pela nova Gestão Estadual. O NeG, então, é apresentado como um foco de resistência dentro de uma educação neoliberal, gerencialista, tecnicista e meritocrática presente no estado, mas, por meio de um mergulho nessa realidade, revela-se seu contrassenso e sua ineficácia.

Palavras - Chave: educação em saúde; educação; gênero; núcleo de gênero; núcleo de estudo de gênero.

ABSTRACT

The discussion presented here permeates the universe of Public Policies, defined as the “State in action”. In this context of rights and duties, interests and omissions that involve social rights, the study turns to a Health Education policy, considering that the policy evaluated here, the “Gender Studies Centers and Confronting Violence Against Women” - NeGs - is at the intersection of two fields of action of the State, Health and Education. A policy conceived and implemented at a time of political openness in Brazil as a result of the social, trade union and feminist struggles that formed the basis for the 1988 Constitution, it confronts religious fanaticism at local and national level, in a school that has already been made precarious by the idea of an education geared towards the desires and needs of the market, through the concept of “New Public Management”. Understanding that the partnership between the Women's Secretariat and the PE Education and Sports Secretariat places the school at the center of this discussion, the following problem was posed: how does the social, institutional and conceptual dynamics of the NeGs Policy in the Pernambuco State Network come about and what does it consist of? The central axis of our theoretical development will be based on authors such as Guacira Lopes Louro, Helena Altmann, Janete Lins de Azevedo, Vilde Gomes de Menezes and Gustavo Gilson Oliveira. The path chosen involves a methodological integrative literature review, documentary analysis and field research, using the documents governing the policy and semi-structured interviews with five actors, including teachers and managers from the secretariats involved, as instruments for collecting empirical data. The free software IRAMUTEQ® was used to process the data. It enables different types of textual data analysis based on a textual corpus constructed by the researcher which, using the stages of Laurence Bardin's content analysis, makes it possible to capture a symbolic meaning and the reality in which the statements of the actors and the documents found are inserted, contributing to their critical unveiling. As a result, with the theoretical support of the Policy Cycle approach by Stephen J. Ball and Jefferson Mainardes, it was possible to see that, although it does not have the weight of a law, the policy is the result of a correlation of forces established between civil society and political society, making it possible to keep it active, even in the face of attacks from the conservative wing of politics and society, as well as the attempt to deflate it by the new state administration. NeG, then, is presented as a focus of resistance within the neoliberal, managerialist, technicist and meritocratic education present in the state, but, by delving into this reality, its contradiction and ineffectiveness are revealed.

Keywords: health education; education; gender; gender center; gender study center.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Estrutura Esquemática da Política de Formação em Gênero e Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, na Saúde Pública, na Cultura e nos Esportes.	48
Quadro 01	Documentos Norteadores da Política	54
Quadro 02	Escolas elencadas para as entrevistas	55
Fluxograma 1	Etapas da análise da amostra 01	56
Tabela 01	Etapas da análise da amostra 02	57
Fluxograma 02	Etapas da análise da amostra 02	58
Fluxograma 03	Etapa final de análise das Amostras	58
Quadro 03	Matriz de Síntese	59
Quadro 04	Programas da amostra	63
Gráfico 01	Anos de publicação da amostra	64
Quadro 05	Documentos Norteadores da Política	73
Quadro 06	Locais elencados para as entrevistas	75
Quadro 07	Dados gerais das entrevistas	76
Quadro 08	Organização das categorias de análise	77
Quadro 09	Organização das categorias de análise	78
Figura 02	Fluxograma do desenvolvimento de uma análise de conteúdo	81
Figura 03	Dendrograma a partir da Classificação Hierárquica Descendente	86
Figura 04	Dendrograma a partir da Classificação Hierárquica Descendente	87
Figura 05	Organograma Classificação Hierárquica Descendente	88
Figura 06	Análise Fatorial por correspondência (AFC)	93
Figura 07	Análise Fatorial por correspondência (AFC)	94
Figura 08	Análise de Similitudes	96
Figura 09	Análise de Similitudes	98
Figura 10	Análise de Similitudes	100
Figura 11	Análise de Similitudes	101
Figura 12	Análise de Similitudes	104
Figura 13	Análise de Similitudes	105
Figura 14	Análise de Similitudes	107
Figura 15	Análise de Similitudes	108

Figura 16	Análise de Similitudes	109
Figura 17	Análise de Similitudes	111
Figura 18	Análise de Similitudes	112
Figura 19	Análise de Similitudes	113
Figura 20	Nuvem de Palavras	114
Figura 21	Nuvem de Palavras	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD/UFPE:	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de PE
BDTD:	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC:	Base Nacional Comum Curricular
CAC:	Centro de Artes e Comunicação
CFCH:	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CNE:	Conselho Nacional de Educação
EPS:	Escolas Promotoras de Saúde
EPS:	Escolas Promotoras de Saúde
EREF:	Escolas de Referência em Ensino Fundamental
EREFEM:	Escolas de Referência em Ensino Fundamental e Médio
EREM:	Escolas de Referência em Ensino Médio
ETE:	Escolas Técnicas Estaduais
FACEPE:	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Estado de Pernambuco
FURG:	Universidade Federal do Rio Grande
GEFG:	Gerência de Formação em Gênero
HIV:	Vírus da Imunodeficiência Humana
IES:	Instituições de Ensino Superior
IFPE:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IRAMUTEQ:	Interface R para Análises Multidimensionais de Textos e Questionários
LGBTQIA+:	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.
MEC:	Ministério da Educação
NeG:	Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher
NUGED:	Núcleo De Gênero e Diversidade Sexual
OMS:	Organização Mundial da Saúde
ONU:	Organização das Nações Unidas
OPAS:	Organização Pan-Americana de Saúde
P. PORT:	Instituto Politécnico do Porto
PCN:	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBIC:	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PNE:	Plano Nacional de Educação
PPGEdu:	Pós-Graduação em Educação
PPP:	Plano Político Pedagógico
PSE:	Programa Saúde na Escola
SecMulher:	Secretaria da Mulher
SEE:	Secretaria de Educação e Esportes
SEMP:	Secretaria Executiva de Ensino Médio e Profissional
SUPED:	Superintendência Pedagógica
SUS:	Sistema Único de Saúde
TCLE:	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFC:	Universidade Federal do Ceará
UFF:	Universidade Federal Fluminense
UFPE:	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL:	Universidade Federal de Pelotas
UFRN:	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE:	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNB:	Universidade de Brasília
UNESCO:	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAP:	Universidade Católica de Pernambuco
UNIJUÍ:	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.	21
2.2	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E GÊNERO	31
2.3	OS NÚCLEOS DE ESTUDO DE GÊNERO	44
3	PERCURSO METODOLÓGICO	53
3.1	A REVISÃO DA LITERATURA	56
3.2	A PESQUISA DOCUMENTAL	72
3.3	AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	73
3.3.1	CARACTERÍSTICAS E ESCOLHA DOS SUJEITOS DA PESQUISA	74
3.4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	79
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: TECENDO CAMINHOS ANALÍTICOS	84
4.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS GERAIS SISTEMATIZADOS DOS CORPUS TEXTUAIS PELO SOFTWARE IRAMUTEQ	84
5	CONCLUSÕES	116
	REFERÊNCIAS	120
	ANEXOS	125

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de nossas reflexões acerca das Políticas Públicas de Educação em Saúde, fazendo um recorte sobre uma política que discute a temática de gênero dentro das Escolas Integrais da Rede Estadual de Pernambuco, os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher – NeGs. Um recorte também temporal, pois a aludida política foi idealizada e implementada nos Governos do PSB, mais especificamente no Governo de Eduardo Henrique Accioly Campos (2007 a 2014), sendo mantida por seu imediato sucessor, Paulo Henrique Saraiva Câmara (2015 a 2022), em seus dois mandatos, até o fim de sua gestão.

O marco inicial data de 2011, com 11 NeGs. Em 2022 chegou ao total de 255 NeGs espalhados por todo o território do Estado de Pernambuco, presente em Escolas de Referência em Ensino Fundamental (EREF), Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), Escolas de Referência em Ensino Fundamental e Médio (EREFEM) e Escolas Técnicas Estaduais (ETE), desenvolvendo ações que mobilizam a Secretaria da Mulher (SecMulher-PE), a Secretaria de Educação e Esportes (SEE - PE), professores, gestores e estudantes.

Na perspectiva deste campo de investigação, faz-se urgente entender a Educação como demanda social e como Política Pública (AZEVEDO, 2004). Assim sendo, a análise das políticas educacionais, no campo das produções intelectuais, pressupõe sua contextualização, suas influências, suas contradições, seus acertos e suas incompletudes dentro de uma realidade social, política e econômica que a circunda, assim, se aproximando de uma educação crítica e emancipatória que constrói o respeito às diferenças e dá voz aos atores escolares, que exercendo sua autonomia, dialoga com a sua realidade, intervém no mundo e em sua realidade.

Diante dessa compreensão, tendo também em mente a impossibilidade temporal e material de aprofundar essas diversas nuances, das políticas educacionais em sua totalidade, o presente estudo utiliza-se da proposta de Azevedo (2004) para realizar uma incursão nesta realidade, entendendo que o objeto de investigação aqui proposto é resultante de um processo histórico complexo, contraditório e permeado por disputas de classes sociais, portanto, um campo de disputa por hegemonia, poder e pautas, espaço de lutas e resistências, “possibilitando a abordagem do objeto sem que o analista se atenha à rigidez de determinada categoria preestabelecida” (AZEVEDO, 2004).

[...] a singularidade da política educacional, aliada às especificidades que lhe são inerentes e que decorrem do espaço social em que é engendrada, colocam para o analista determinados desafios cuja compreensão e respostas só em parte podem ser encontradas à luz das indicações contidas naquelas abordagens (AZEVEDO, 2004).

A autora nos aponta a dificuldade em se prender a um único campo teórico-analítico para realizar uma análise das políticas educacionais, diante de sua singularidade, pois, os códigos da ciência terão dificuldade de dominar a totalidade do fenômeno social.

O eixo central de nosso desenvolvimento teórico será feito a partir de autores como **Guacira Lopes Louro** e sua discussão acerca da emergência da pauta de gênero e sua historicidade, nomeadamente em “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista” (1997) e “Uma Leitura da História da Educação sob a Perspectiva do Gênero” (2012); **Helena Altmann** e seus apontamentos sobre a discussão de Gênero nos parâmetros curriculares nacionais e na prática docente, nomeadamente em “Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais” (2001); **Janete Lins de Azevedo**, com suas discussões que situam a Educação como uma Política Pública, mais especificamente em “Gestão, monitoramento e avaliação dos planos de educação: retrocessos e desafios” (2020) e “Educação como Política Pública” (2004); **Vilde Gomes de Menezes** e suas discussões acerca das Políticas Públicas, mas especificamente no seu livro “Políticas Públicas para Esporte/lazer” (2002) e em sua Tese intitulada “Gestão de Políticas Públicas Desportivas Municipais: Análise da Região Metropolitana do Recife-PE, Brasil, no período de 2002-2008” (2009); e, finalmente, **Gustavo Gilson Oliveira** e suas discussões acerca da crise hegemônica e os eixos de disputas que circundam as Políticas educacionais de gênero e sexualidade no Brasil em “Deslocamentos e articulações dos discursos pela diversidade sexual em escolas públicas de Pernambuco” (2014) e “Políticas educacionais de gênero e sexualidade no Brasil: crise hegemônica e novos eixos de disputa” (2018).

Vale ressaltar, que não se pretende aprofundar o pensamento desses cinco autores, mas aproveitar a riqueza de suas discussões para encontrar ecos entre as demandas sociais por políticas públicas de gênero e as políticas públicas de educação em saúde e educação.

Em se tratando da Educação em Saúde, é oportuno apontar que ela é definida por diferentes autores como o encontro de duas grandes áreas de conhecimento e

prática, a educação e a saúde (VENTURI e MOHR, 2013) e se potencializa como campo teórico a partir das mudanças sociais e políticas observadas na redemocratização do país, como discutiremos mais adiante, no capítulo 01 desse documento.

O Ministério da Saúde, em seu glossário temático (BRASIL, 2007), apresenta a seguinte definição:

Processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população [...] – Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção à saúde de acordo com suas necessidades (BRASIL, 2006).

O mesmo Ministério da Saúde (2005), através do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, em seus documentos de Comunicação e Educação em Saúde, vai além do fator biologicista, comum nessa discussão, propondo a possibilidade da relação entre saúde e escola na construção de sua proposta de “Escolas Promotoras de Saúde” (EPS). Uma propositura de Política Pública que busca envolver vários atores, entre eles os estudantes, os trabalhadores da educação, a comunidade escolar, os órgãos governamentais de educação, gestores de sistemas de saúde e educação, movimentos sociais, famílias, buscando integrar toda a população (BRASIL, 2005).

A escola, assim, é apontada como local de construção de conhecimento em saúde, de construção de saúde, de equidade, lócus de mudanças sociais, com uma função política e social, ou seja, uma aproximação reflexiva entre saúde, questões sociais como raça e gênero, educacionais e políticas da sociedade (LOURO, 2012).

Na interseção entre essas questões sociais, o gênero, nosso segundo campo de discussão, pode ser aludido como uma temática relevante a ser tratado na escola. Quanto ao seu conceito, é imprescindível se aproximar de Louro quando define gênero como “o modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico ” (LOURO, 1997), apontando para a amplitude desse conceito, que mais que linguístico e analítico, tem uma conotação política.

Ainda se aproximando da nossa discussão, a autora sustenta o argumento de que é na escola que se produz diferenças, distinções e desigualdades, trazendo

novamente a educação para o cerne da produção, construção de conhecimento e mudanças sociais (LOURO, 1997).

É preciso situar historicamente a presença e ausência dessa temática no ambiente escolar, pois, trata-se de uma discussão cercada por relações de poder. Sobre a implementação desse conceito no currículo escolar, Altmann (2001) menciona que só nos PCNs do ano 1998 isso foi constituído como um tema transversal, assim, conseqüentemente, deveria ser tratado no Plano Político Pedagógico - PPP das escolas em todo Brasil, sendo, então, suprimida no PNE de 2014 - 2024¹, por pressão de uma forte coalisão conservadora que, mais à frente, chegaria à cadeira da Presidência da República com a retórica do fim da “ideologia de gênero²” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018; PINHEIRO, 2019). Ainda sobre o PNE, Barbosa, Viçosa e Folmer (2019) apontam que o tema gênero foi abortado na sua versão de 2001³, como tema transversal, e, em 2014, as questões de gênero e sexualidade sequer foram citadas.

Jacob (2017) aponta que o apagamento da temática desses documentos representou uma manobra de silenciamento e de promoção das desigualdades de gênero, com um importante reflexo para os planos de educação de muitos estados e municípios brasileiros. Santos (2017) complementa a discussão relatando que 8 estados brasileiros, em 2015, retiraram dos seus Planos Estaduais de Educação a referência à identidade de gênero, diversidade e orientação sexual. Em Pernambuco, segundo o autor, tivemos a justificativa do Deputado Pastor Cleiton Collins (PP) de que o “Brasil não estava preparado para isso” (grifo do autor) (SANTOS, 2017).

A BNCC, que teve sua primeira versão disponibilizada à consulta pública em setembro de 2015, em sua segunda versão, 2017, teve a temática sexualidade reduzida à disciplina de ciências com ênfase na reprodução e doenças sexualmente transmissíveis, contemplada apenas no oitavo ano (BARBOSA, VIÇOSA e FOLMER, 2019;) com a supressão dos termos “gênero e “diversidade sexual” em todo o documento (PINHEIRO, 2019), aprofundando um retrocesso no setor educacional, o que justificaria a agenda de discussão.

¹ PNE (2014-2024), aprovado em 25 de junho de 2014 como Lei nº 13005/2014.

² O termo "ideologia de gênero" carrega um sentido pejorativo. Veio à tona em meados das Eleições de 2018, sendo uma expressão usada pelos setores mais conservadores da sociedade que protestam contra da ideia de que os gêneros são, na realidade, construções sociais, impedindo atividades que busquem falar sobre a questão de gênero e assuntos relacionados como sexualidade nas escolas (<https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>).

³ PNE (2001 – 2011), aprovado em 9 de janeiro de 2001 como LEI No 10.172/2001.

Concomitantemente, diversas Políticas Públicas foram criadas e implementadas tentando atender a essa demanda social. Para as mulheres, ofertadas pelo Estado de Pernambuco, temos a “Formação em Gênero no Ensino Formal” como um de seus programas, destacando os “Núcleos de Estudos de Gênero” como um dos carros chefes (PERNAMBUCO, 2020), desenvolvidos nas escolas públicas do estado numa parceria entre a SEE e a SecMulher-PE, com seguinte objetivo:

Promover a articulação, implantação e fortalecimento de espaços de estudos e pesquisas, visando ao desenvolvimento de práxis comprometidas com a transformação social mediante a promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero no âmbito educacional (PERNAMBUCO, 2020).

Os NeGs também estão lotados na “Política de Formação em Gênero e Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, na Saúde Pública, na Cultura e nos Esportes” da SecMulher-PE (PERNAMBUCO, 2020), fazendo uma aproximação entre gênero e outros campos de pesquisa, como o esporte, em aulas de educação física, abrindo margem para ampliação do campo de pesquisa, entendendo a escola como locus de construções culturais e sociais dos estudantes.

É importante destacar que a inquietação propulsora dessa pesquisa foi despertada na graduação com a construção de um projeto de iniciação científica (PIBIC) junto a FACEPE que, na ocasião, buscava compreender essa relação entre a educação física e as políticas educacionais de gênero. Sendo assim, entendemos que este estudo pode contribuir com o desenvolvimento da agenda de pesquisa, se incorporando à agenda de estudos relacionada à temática Política de Educação em Saúde, que hoje é desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGEdu da Universidade Federal de Pernambuco. Destaco quatro produções científicas que trazem essa abordagem: a dissertação da Mestra Thaynah Leal Simas, defendida em 2019, com o título: Gravidez na adolescência e escola: memória e Educação em Saúde; a dissertação da mestra Clara Fláuxi Martins da Silva, defendida em 2020 e intitulada: Educação em saúde: estratégias para ressocialização de moradores das residências terapêuticas; a tese da doutora Natália Machado Belarmino, defendida em 2015 com o título: Os Cadernos Escolares que “Falam”: Artefato de Subjetivação de Gênero e Sexualidade; a tese do doutor Wellington Lins de Souza, defendida em 2023 com título: Políticas de Educação em Saúde: Avaliação

do Programa Saúde na Escola em Escolas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Pernambuco, entre outras.

A pesquisa se justifica, essencialmente, por seu potencial em contribuir com a reflexão acerca das Políticas de Educação em Saúde com recorte de Gênero, entendendo a importância da agenda para a educação brasileira e para a formação dos estudantes, principalmente em um momento que se aponta um retrocesso da discussão de gênero nas referências curriculares e nas políticas de Educação brasileira. Possui grande importância social e política por se propor a analisar a Política intitulada Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher - NeGs, suas ações e contribuições para a construção de políticas educacionais locais e nacionais. A pesquisa busca problematizar como se dá e em que consiste a Política Pública de Gênero “Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher” – os NeGs Rede Estadual de Pernambuco.

Para tanto, serve-se dos seguintes objetivos:

Analisar as dinâmicas sociais, institucionais e conceituais da Política Pública de Educação em Saúde e Gênero intitulada “Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher” – NeGs - na Rede Estadual de Pernambuco.

Objetivos Específicos:

- Examinar os documentos norteadores da Política Pública “Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher” – NeGs - na SEE-PE e na SecMulher -PE;
- Compreender como se articula a Política Pública “NeGs” na SEE-PE e na SecMulher -PE;
- Estabelecer as relações existentes entre os documentos norteadores da política, sua implementação e continuidade com o contexto social e político estadual e nacional;
- Apreender as concepções de gênero, educação e saúde que norteiam a na Política Pública “NeGs”.

Na busca em atingir os objetivos, dividimos a Fundamentação Teórica, para além da introdução, do percurso metodológico, da análise e discussão dos dados e das conclusões, em 3 sub - capítulos:

Capítulo 2.1: Políticas de Educação e Políticas de Educação em Saúde.

Esse capítulo construiu uma relação entre as Políticas de Educação e as Políticas de Educação em saúde, sua constituição como área de estudo e campo teórico a partir das lutas sociais por direitos que culminam na Constituição de 1988, assim como, a partir da mudança de paradigma no campo da saúde que possibilitou a aproximação da temática com as ideias de Paulo Freire, questões sociais, educacionais, políticas e de gênero. Com relação as mudanças de paradigma da saúde e suas relações com o campo da Educação, considere documentos no âmbito do Ministério da Educação no Brasil (2005 e 2007) e no âmbito internacional destaquei OMS (Organização Mundial da saúde) (1986) e OPAS (2022) para fundamentar a discussão.

Capítulo 2.2: Políticas de Educação e Gênero.

Esse capítulo abordou a emergência da discussão de gênero, sua historicidade, seus avanços e retrocessos no que diz respeito as suas referências no currículo escolar e as influências de pautas de costumes, de cunho religioso e neoliberais, na construção desse cenário. As obras de Oliveira e Oliveira (2018), Altmann (2001) e Azevedo e Oliveira (2021) contribuíram para a construção na medida em que suas análises aproximam as discussões curriculares com o panorama político e social da atualidade. Também foi necessário buscar apoio nas obras de Menezes (2002) e Azevedo (2004) para alicerçar discussões acerca das políticas públicas, seu panorama político e social e a influência do ideário neoliberal.

Capítulo 2.3: Os Núcleos de Estudo de Gênero.

Esse capítulo apresentou a política Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher – NeGs, seu histórico, suas características e seus objetivos. Nesse intento, subsidiaram minhas análises os documentos oficiais e materiais informativos aos quais tive acesso junto a SEE e a SecMulher-PE. Vale salientar que o marco temporal da gestão PSB restringe tal análise.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

A discussão aqui apresentada permeia o universo das Políticas Públicas que são definidas por diferentes autores como o “Estado em ação” (AZEVEDO, 2004; MENEZES, 2009). Instrumento com o qual o Estado deve garantir o pleno usufruto dos direitos fundamentais, individuais e coletivos, descritos na Constituição Federal de 1988 à toda a sociedade. Através das Políticas Públicas também é possível corrigir ou acentuar desigualdades, contribuir para a justiça social, possibilitar o acesso a serviços essenciais, influenciar o cenário político, o imaginário popular e a opinião pública.

Esse debate inicial se faz necessário por entendermos que, assim como diz Menezes (2002) e Azevedo (2004), realizar um debate a respeito de uma Política em específico não é possível sem que esteja ancorada em uma perspectiva macropolítica, sem que se discutam os fatores políticos, econômicos, sociais, históricos e culturais que a circundam.

Azevedo (2004) ainda nos lembra que as Políticas Públicas são construções formadas pelos valores, símbolos, normas que integram o universo cultural e simbólico da realidade analisada.

Através do ciclo de Políticas Públicas, o Estado tem a responsabilidade, na figura dos seus Gestores Federais, Estaduais e Municipais, ao identificar demandas e necessidades da sociedade, de planejar, executar, monitorar e avaliar as políticas, a fim de que atinjam os seus objetivos (AZEVEDO, 2004). Não perdendo de vista que esse caminho sofre importantes influências em cada etapa, desde os valores e interesses dos atores sociais e dos gestores envolvidos nessas políticas, assim como das omissões e inações dos mesmos atores e gestores. Valores e interesses que abordam questões morais, financeiras e políticas em amplos aspectos.

É dentro de todo esse universo de direitos, deveres, interesses e omissões que permeiam os direitos sociais da sociedade que esta pesquisa busca voltar seu olhar para as políticas de Educação e as Políticas de Educação em saúde, entendendo que a Política aqui avaliada, os NeGs, se situa na intersecção desses dois campos de ação do Estado. Campos de ação que possuem laços, que se cruzam, entrelaçam não só na política estudada, mas em toda e qualquer proposta de política que se

disponha a contribuir na construção de uma sociedade mais igual e justa, que promova qualidade de vida e desenvolvimento social.

Quanto à definição de Educação em Saúde, é compreendida como um campo teórico relativamente novo, multifacetado e em constante expansão. Campo teórico capaz de conversar e fazer conexões com questões biológicas, sociais e políticas da nossa sociedade. A esse respeito, Schall e Struchiner (1999) dissertam para a Educação em Saúde, convergem diversas concepções provenientes tanto da área educacional quanto da área da saúde, refletindo diferentes compreensões de mundo, marcadas por distintas posições político-filosóficas sobre o ser humano e a sociedade.

Altmann (2015) esclarece que o diálogo entre os campos da Educação e Saúde tornou-se necessário à medida que os desafios educacionais atuais têm exigido cada vez mais o recurso da abordagem interdisciplinar. Marinho e Silva (2015) complementa essa afirmação lembrando que essa conversão das duas áreas passou a conter uma relação com ensino e aprendizagem em propostas curriculares, projetos pedagógicos, ou seja, uma intencionalidade em tratar assuntos ou temas correlatos com a saúde.

A escola, como instituição social com a responsabilidade de contribuir com a formação de valores, de criticidade e de conhecimento para uma formação cidadã, não pode abdicar de concepções que considerem que a saúde possui a sua esfera social, cultural e crítica que precisam ser contempladas nessa formação.

Maciel (2009) nos apresenta a análise de que seus conceitos e propósitos evoluíram a cada mudança de paradigma no campo da saúde, assim como na evolução da definição de saúde, paralelamente, sofrendo influência das transformações no campo da educação. O mesmo autor ainda faz uma brilhante relação entre o campo da saúde e o campo da educação mostrando a relação entre a educação bancária, acrítica e distanciada da realidade do educando e a Educação em saúde realizada de forma tradicional, sanitarista, onde se transmitia ao paciente normas prescritivas que deveriam ser atendidas sem questionamentos, caso contrário, o próprio doente seria culpabilizado por seus problemas de saúde.

Essa Educação em saúde, datada do começo do século XX, em uma sociedade de ideologia liberal-oligárquica, enfrentava os problemas de saúde da população com campanhas sanitárias de uma abordagem biologicista, desenvolvidas dentro de uma visão também militarista, que se utilizava da força e da autoridade para impor regras sociais e sanitárias, na tentativa de combater as epidemias que assolavam a

população mais pobre do país (MACIEL, 2009). A “revolta da Vacina”, em 1904, foi um dos acontecimentos mais marcantes desse momento histórico brasileiro, tendo ocorrido em meio a uma campanha sanitária contra a febre amarela, encabeçada pelo médico Oswaldo Cruz, que invadia as casas da periferia para aplicar vacinas de forma compulsória. Na Educação, as práticas pedagógicas eram fortemente moralizantes, com um projeto pedagógico associado à política de consolidação do Estado Nacional (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014).

Com a mudança de paradigma no campo da saúde, iniciada na década de 70, em meio as lutas sociais pela participação popular e a redemocratização do país, outra perspectiva entra em cena. A saúde passa a ser entendida como resultante das condições de vida da população, influenciada diretamente por fatores sociais, econômicos, históricos, políticos e culturais. Essa Educação em Saúde almejava construir conhecimentos através de ações educativas idealizadas COM o povo, sob a perspectiva da política de classes, e que contribuísse para uma mudança crítica de comportamento dos sujeitos para construção de uma melhor condição de vida para si e para toda a sociedade (MACIEL, 2009).

Esse movimento nacional, conhecido como “Movimento Popular em saúde”, ou “Educação Popular em Saúde”, encabeçado pelos movimentos sociais, passa a entender que a teoria precisa ser construída a partir da prática, e que o conhecimento popular precisa ter lugar nessa construção. Maciel aponta uma aproximação direta com a pedagogia freiriana, onde a educação é pautada no diálogo e na troca de saberes entre o educador e o educando, o agente de saúde e o paciente, construindo discussões que permeiam a realidade da comunidade e que levam à autonomia, à mobilização social e à conquista de direitos (MACIEL, 2009). Essa mobilização social e mudança de paradigma da saúde culminou na criação do Sistema Único de Saúde – SUS - e na política de atenção à saúde da Constituição de 1988. O SUS pode ser considerado a maior política de inclusão social criada no Brasil e que serviu e serve de exemplo para diversos países.

Neste contexto, fica nítido que não só as descobertas científicas e as novas vertentes conceituais vão conduzindo as mudanças no campo da saúde, mas as questões sociais e políticas também vão influenciando as buscas científicas e as releituras conceituais. Existe, então, uma via de mão dupla, ou quiçá, uma via de muitas mãos que se influenciam mutuamente.

A Constituição de 1988 pode ser considerada um marco na redemocratização nacional a partir do momento que estabeleceu e garantiu direitos sociais e universais, como educação, saúde, trabalho, entre outros, assim como ampliou os espaços democráticos de participação popular, servindo de base para a construção de Políticas Públicas alinhadas a esse paradigma teórico (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014).

No âmbito internacional, a Primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde, em Ottawa - Canadá, datada de 1986, é apontada por diversos autores como um dos principais marcos de referência da discussão acerca da Educação em Saúde. Nesta conferência diversos países se uniram à OMS na construção do que ficou conhecido como “a carta de Ottawa”, que traça os eixos de ação imprescindíveis para a promoção da saúde, compromisso firmado entre os Países participantes.

Tal documento é fundamentado na concepção da Saúde como um conceito positivo que se une e se apoia em questões sociais, culturais, emocionais e biológicas, enfatizando que os recursos fundamentais para a saúde são: Paz – Habitação – Educação – Alimentação – Renda – Ecossistema Estável – Recursos Sustentáveis – Justiça Social e Equidade, os chamados “determinantes da saúde” (OMS, 1986). Também aponta questões importantes como a responsabilização e participação dos diversos setores e atores da sociedade em sua construção, numa atuação intersetorial e interdisciplinar, e a importância da participação da comunidade no controle das Políticas Públicas de Saúde, o que seria, segundo a OMS (1989), o maior recurso de desenvolvimento social, econômico e humano da nossa sociedade. Entendendo que a promoção da saúde estará relacionada com a construção da Saúde Pública, de Políticas Públicas, de bem-estar social na realidade social em que se apresenta, sendo a equidade e a justiça distributiva os elementos centrais desse desenvolvimento (RABELO, 2010).

Rabelo (2010) também aponta a importância de se entender os aspectos históricos, políticos e sociais intrincados na discussão do conceito de saúde e da incorporação dos conteúdos sociais em sua abordagem, entendendo a doença em termos da configuração da vida humana em sociedade.

É importante entender diferentes aspectos dessa complexa teia de relações, quais sejam: a função social do Estado que executa tal política e as suas reações às pressões por demandas sociais e financeiras advindas de diversos atores sociais, assim como a sua interdisciplinaridade em seu processo de trabalho cotidiano; a medicina como instituição social capaz de direcionar ideologicamente o Estado na

construção da política de saúde; o neoliberalismo como ideário econômico global atual, sua ideologia, crenças, valores e influência na crise da modernidade; as questões internacionais intrincadas na construção da política, pois os organismos mundiais de saúde como OMS, Organização Pan-Americana da Saúde - Opas, apresentam total envolvimento e influência em propostas nacionais de diversos países quando, toda documentação oficial deriva-se dos acordos assinados nas principais conferências internacionais de Saúde (RABELO, 2010).

Essa governança mundial das políticas públicas de saúde vai além das questões conceituais, da cooperação técnica e tecnológica entre os países, adentrando também no âmbito da regulação econômico-financeira dos países membros, com a influência da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), através de aportes financeiros destinados à OMS e pressões por índices estabelecidos nas conferências internacionais de Saúde, entendendo que o tema saúde é sociopolítico e está diretamente relacionado com o tipo de sociedade e de Estado em que vivemos (RABELO, 2010).

Assim, questões de geopolítica mundial como disputas de mercado, blocos econômicos e políticos, globalização, neoliberalismo, aquecimento global, imigração, reserva de petróleo e água potável terão impactos na pressão pelo cumprimento de metas que serão estipuladas para determinados países, assim como o esforço em cumpri-las, como foi possível verificar nos 3 anos de enfrentamento à pandemia da covid-19.

Conceitualmente, o direito à saúde, como preconiza a OMS e a Constituição Brasileira de 1988, é entendido como um direito humano fundamental e obrigação do Estado, não podendo ser relacionado com as capacidades financeiras do indivíduo em custeá-las ou unicamente por questões relacionadas com o estilo de vida individual, estando aqui prescindindo à perspectiva liberal de compreensão da relação saúde-doença. Não só a relação saúde-doença, como também a construção de uma Políticas Públicas de Saúde e de Educação em Saúde intrinsecamente relacionadas às questões sociais, especialmente às desigualdades sociais. Compreendendo como desigualdades sociais em saúde, assim como define Barata (2009), as diferenças no estado de saúde entre grupos definidos por característica sociais, tais como riqueza, educação, ocupação, raça e etnia, gênero e condições de moradia ou trabalho.

Barata (2009) nos traz a teoria da determinação social como sendo o cerne da discussão na América Latina acerca das desigualdades sociais no processo saúde-doença. A teoria define o próprio sistema capitalista de produção e suas formas particulares de determinação da posição social do indivíduo como decisivo para a construção do perfil de saúde e doença, visto assim, numa perspectiva de inclusão e exclusão social. Entendendo o processo saúde-doença como intrinsecamente histórico, isto é, determinado pelas condições estruturais e conjunturais em que vivem as populações humanas, refletindo o grau de iniquidade existente em cada sociedade (BARATA, 2009).

No âmbito nacional, quando se discute a perspectiva conceitual, persiste a coexistência, em algum nível, de diversos paradigmas de Educação em Saúde, dentre eles, Schall e Struchiner (1999) apresentam duas possibilidades. Uma diz respeito a aprendizagem sobre a tipologia das doenças e seu tratamento. Podemos fazer uma relação com a visão biologicista, sanitaria da saúde, onde a doença está no cerne de toda a questão. A outra possibilidade está relacionada com a promoção e a prevenção da saúde, conceito preconizado pela OMS, que inclui aos fatores biológicos, os fatores sociais que afetam a sociedade e os “determinantes e condicionantes da saúde”, abordando os caminhos pelos quais diferentes estados de saúde e bem-estar são construídos socialmente (SCHALL e STRUCHINER, 1999).

Uma educação em saúde ampliada inclui políticas públicas, ambientes apropriados e reorientação dos serviços de saúde para além dos tratamentos clínicos e curativos, assim como propostas pedagógicas libertadoras, comprometidas com o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania, orientando-se para ações cuja essência está na melhoria da qualidade de vida e na ‘promoção do homem’ (SCHALL e STRUCHINER, 1999).

Sobre isso, a carta de Ottawa (1986) aponta a necessidade da capacitação da comunidade quanto ao conhecimento dos seus direitos, de assegurar oportunidades e recursos igualitários, identificando e removendo obstáculos, pois, não conseguirão realizar plenamente seu potencial de saúde se não forem capazes de sobrepujar os fatores determinantes de sua saúde. Por fim, afirma que os pré-requisitos e perspectivas para a saúde não são assegurados somente pelo setor saúde, sendo necessário que estas políticas sejam realizadas nas escolas, nos lares, nos locais de trabalho e em outros espaços comunitários através de organizações educacionais, profissionais, comerciais e voluntárias, bem como pelas instituições governamentais

(OMS, 1986).

É possível fazer um paralelo entre essa visão de saúde ampliada e a necessidade de se desenvolver políticas públicas e ações inovadoras no campo da saúde, da educação, da habitação, do saneamento e do desenvolvimento social que conversem e que respondam às demandas da escola, da comunidade e de toda a sociedade, principalmente no que diz respeito à parcela da sociedade em idade escolar.

Marinho e Silva (2015) complementam tal entendimento com uma ideia de fusão/aproximação de aspectos oriundos do campo das políticas educacionais e das políticas de saúde, entendendo a escola como um espaço onde se empoderam pessoas e direitos, por meio de práticas realizadas por sujeitos sociais críticos e criativos, capazes de construir conhecimentos, relações e ações que fortalecem a participação das pessoas na busca de vidas mais saudáveis (MASSON et al, 2020; BRASIL, 2005; BRASIL, 2007), como direciona a Pedagogia de Paulo Freire, autor que fundamentou mudanças de paradigmas dentro do campo da Educação em Saúde.

No importante documento sobre Escolas Promotoras de Saúde - EPS no Brasil, construído em conjunto com o Escritório Regional da Organização Pan-Americana de Saúde - Opas, os Ministérios da Saúde e Educação e secretarias estaduais e municipais de saúde e educação, Brasil (2007) lembra que foi a partir do fortalecimento da democracia, na década de 80, que o trabalho educativo em saúde na escola pode apresentar avanços que possibilitaram a incorporação de novas concepções da educação e da saúde na escola, assim como a diversificação do seu campo de atuação, possibilitando, entre outras coisas, a disseminação da proposta das escolas como espaços de desenvolvimento de ações de promoção da saúde e a inclusão dos temas transversais – ética e cidadania, consumo e trabalho, multiculturalidade, meio ambiente, saúde e sexualidade no currículo das escolas.

O mesmo documento ainda aponta que, a partir desse avanço, novas ações foram desencadeadas no sentido de robustecer as condições necessárias para que a temática da saúde fizesse parte do cotidiano da escola, com experiências pedagógicas que desconstroem a metodologia cartesiana e autoritária de ensino, abrindo possibilidade para tratar a saúde numa perspectiva libertadora, reflexiva e transformadora, que possibilite a mobilização e participação efetiva da comunidade escolar e de toda a sociedade na construção coletiva desse saber, servindo de

referência para a construção de sujeitos sociais que assumem o protagonismo de sua saúde e de suas vidas (BRASIL, 2007).

O projeto Escola Promotora de Saúde tem como objetivo formular diretrizes para a Política Nacional de Educação em Saúde na Escola, para isso, os Ministérios da Saúde e da Educação, na ocasião da construção dessa política, constituíram a Câmara Intersectorial de Educação em Saúde na Escola, com o objetivo de discutir diretrizes para elaborar a Política Nacional de Educação em Saúde na Escola.

Em 1995, no Congresso de Saúde Escolar do Chile, os países participantes firmaram o compromisso de criar a Rede Latino-Americana de Escolas Promotoras de Saúde. Segundo a entidade, essa ação foi motivada pela situação socioeconômica da América Latina, o aumento da pobreza e a falta de equidade, destacando a necessidade de desenvolver ações inovadoras e participativas que abordem, entre outros aspectos, os problemas de saúde e educação da população escolar (BRASIL, 2007). Hoje, a OMS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO se encontram engajadas no projeto Escola Promotora de Saúde. Assim, em parceria com a OPAS, em 2022, lançaram o guia intitulado "Transformar cada escola em uma escola promotora de saúde", onde contém os 'Padrões Globais para Escolas Promotoras de Saúde' que prevê, para isso, ações educativas que promovam, nos estudantes e na comunidade escolar, habilidades de vida, cognitivas e socioemocionais, assim como um estilo de vida saudável (OPAS, 2022).

Nessa concepção de produção de saúde através da Escola, influenciado pela concepção da Escola Promotora de Saúde – EPS, do final dos anos 80, que já previa um trabalho intersectorial entre a instituição educativa, o setor saúde e comunidade, assim como a formulação dos PCNs, em 1998, de onde emerge a proposta de implementação dos temas transversais, que contemplam em sua estrutura a temática da saúde, foi lançado em 2008, a nível nacional, o Programa Saúde na Escola - PSE, que completou 15 anos de existência em 2022, com o objetivo de desenvolver políticas públicas de saúde e educação nas escolas, tendo a Educação em Saúde como um de seus pilares fundamentais (BARBIERI e NOMA, 2013), apontando também para uma proposta que envolva toda a comunidade escolar, assim como os órgãos governamentais de educação, de saúde, movimentos sociais, famílias e toda a população, de modo participativo, democrático e público. Em sua publicação "A educação que produz saúde", faz um convite aos profissionais de educação a

refletirem e implementarem a Educação em Saúde na escola, oportunidade para ponderar sobre o significado de saúde e qualidade de vida, além de discutir as causas e possíveis soluções para os problemas existentes na escola e na comunidade (BRASIL, 2005).

O Programa Saúde na Escola – PSE foi instituído, no âmbito do Ministério da Educação e da Saúde, pelo Decreto Presidencial nº 6.286/ 2007, tendo por finalidade contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (BRASIL, 2007). Entre os seus objetivos consta a intensão de articular as ações do SUS às ações das redes de educação básica pública, dessa forma, ampliando a atuação do Ministério da Saúde no chão da Escola (BRASIL, 2007). A adesão da Escola a esse Programa configuraria a ampliação e o alcance da rede de Atenção Primária à Saúde (APS) no âmbito escolar, com ações junto aos atores escolares, de prevenção, promoção e atenção à saúde do educando.

Ao mesmo tempo que Brasil (2005) aponta o grande potencial da estratégia, também aponta para um viés identificado na maioria das iniciativas encontradas pelo país.

[...] as ações desenvolvidas historicamente têm se centrado em um olhar biomédico, ou seja, pensamos saúde com um enfoque na doença ou na sua prevenção. Essa forma de pensar a saúde tem sido insuficiente para fazer da escola um espaço que produz saúde (BRASIL, 2005).

Outro viés é apontado por Masson *et al* (2020) quando afirma que a Educação em Saúde se torna pouco efetiva quando desenvolvida sob o paradigma da educação bancária e conteudista, podendo apontar o Programa Saúde na Escola – PSE como exemplo disso. Porém, inspirado em Paulo Freire, as ações podem unir comunidade, estudantes e professores, construindo soluções para as demandas apresentadas, promovendo, para isso, um amplo diálogo, buscando a construção de conhecimentos em saúde de forma crítica e participativa (BRASIL, 2005).

Oliveira, Bezerra e Menezes (2023) se somam a discussão apontando que:

[...] apesar dos avanços dados nos campos discursivo e das práticas, ainda é preciso que se rompa a barreira do modelo tradicional e biologizante de Educação em Saúde e sejam postos em efetividade os princípios da dialogicidade, autonomia e conscientização freiriana, saindo da educação “na” saúde para, de fato, uma educação “em” saúde (OLIVEIRA, BEZERRA e MENEZES, 2023).

Os autores ainda complementam a análise da questão abordada com a afirmação de que há um problema prático e conceitual quanto ao não reconhecimento de escolas e dos professores como espaços/agentes importantes para a Educação em Saúde e, conseqüentemente, para a sua promoção, restringindo a fala e a ação, em alguns projetos/políticas, aos profissionais de saúde (OLIVEIRA, BEZERRA e MENEZES, 2023). Souza (2023) também corrobora com essa crítica ao Programa Saúde na Escola – PSE, em sua recente tese de doutoramento, onde aponta que, embora o programa configure um importante avanço no estudo da Educação em Saúde nas escolas, o programa ainda parece ser pouco efetivo e com baixa cobertura, onde os atores educacionais, para suprir a lacuna de universalização e formação inicial e continuada, produzem as próprias ações partindo de intervenções pedagógicas dos próprios professores. Ainda segundo Souza (2023), mesmo essas ações individualizadas estavam ligadas a componentes curriculares historicamente biologicistas e biologizados, com temáticas que não contemplam as questões de gênero em seu escopo, entendendo que o programa não cumpre o papel almejado.

A escola pode ser vista como espaço de construção de saúde, de saberes e de empoderamento, colaborando para uma educação que produza um conceito amplo de saúde, a partir de uma abordagem crítica, emancipadora e libertadora, que respeite a diversidade, que possa contribuir de forma importante para a formação dos estudantes. Vale salientar que esta atribuição não cabe unicamente ao sistema e aos profissionais de saúde.

Podemos, então, apontar para a necessidade de incorporar à discussão da saúde e qualidade de vida uma questão urgente do cotidiano da nossa sociedade, o debate da condição feminina e suas demandas sociais, buscando entender como a Educação em saúde se faz presente nessa discussão. Também é preciso abalizar a importância dos professores como agentes da sociedade civil na promoção da saúde (OLIVEIRA, BEZERRA e MENEZES, 2023). Tais necessidades e suas efetivações visam o desenvolvimento de uma escola promotora da saúde que estimule os estudantes a pensarem criticamente e a entenderem a relação que existe entre os conteúdos científicos e a vida, desenvolvendo programas e projetos capazes de contribuir para a construção de valores pessoais importantes (VIEIRA *et al*, 2017).

[...] redimensiona a perspectiva da educação em saúde e apresenta-se como um mecanismo de fortalecimento dos sujeitos e dos grupos sociais para a capacitação e transformações nas relações de cuidado e autocuidado por

meio de ações realizadas em distintos cenários, entre os quais a escola, as unidades de saúde, o domicílio, o trabalho e demais espaços (MASSON *et al.*, 2020).

Busca-se, portanto, dentro da escola, uma Educação em saúde que prioriza um ato educacional e que contenha relação com o ensino e aprendizagem de assuntos ou temas correlatos com a saúde. Tal priorização sinalizaria um distanciamento daquele conceito de programa de saúde instituído nas escolas, na década de 70, com seu forte caráter higienista, centrado nas campanhas de saúde pública (MARINHO e SILVA, 2015).

Diante do exposto, se faz necessário delinear essa aproximação entre o conceito ampliado de saúde e a busca urgente por equidade, entendendo que essa aproximação parte do conceito de determinantes e condicionantes sociais da saúde que dizem respeito, principalmente, aos fatores ligados às desigualdades sociais, ou seja, o acesso à educação, ao trabalho e renda, à moradia, ao lazer, e que se interseccionam com conceitos como raça e etnia, gênero e sexualidade.

Essa interseccionalidade coloca a Escola em um ponto central em nossa discussão, entendendo que essa Escola se torna palco não só de desigualdades, mas também de ações de enfrentamento da conjuntura social que a cerca. Nesse sentido, faz-se necessário trazer as políticas de Educação e Gênero para esse debate.

2.2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E GÊNERO

Ainda permeando uma visão macropolítica da discussão pretendida, seguimos partilhando do entendimento de Menezes (2002) e Azevedo (2004), quando estabelecem que os caminhos para análise de uma Política local passam pela reflexão acerca da realidade social, histórica e política que a circunda, nesse caso, em especial, das Políticas de Educação e Gênero.

Tendo como marco histórico/político, na realidade brasileira, as reformas do Estado desencadeadas pelas lutas políticas e pelas exigências de enquadramento às mudanças políticas e econômicas em esfera mundial, entendemos, assim como Menezes (2002), que transpõem o avanço do neoliberalismo e da globalização.

Voltando os olhares para as discussões em torno dessa crescente onda do neoliberalismo, que procura conduzir a agenda econômica mundial, definindo, através de órgãos e entidades internacionais, os caminhos que os países subdesenvolvidos

precisariam percorrer para construir sua modernização e democratização, busca-se neste capítulo, de forma breve, vislumbrar a historicidade e os desdobramentos que levaram o Brasil para esse cenário político e social.

A influência do ideário neoliberal na discussão aqui proposta, portanto, na dinâmica das políticas públicas, mais especificamente na Políticas de Educação e Gênero, passa pelo entendimento de que, como discute Dardot e Laval (2016), seria um sistema normativo que ampliou sua influência estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida pública e civil.

Assim sendo, o neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades (Dardot e Laval; 2016), tendo como prioridade a redefinição profunda desse Estado (MENEZES, 2002).

Nessa discussão, nos aproximamos do conceito de neoliberalismo de Dardot e Laval (2016), que nos aponta:

[...] o neoliberalismo foi interpretado em geral como se fosse ao mesmo tempo uma ideologia e uma política econômica diretamente inspirada nessa ideologia. O núcleo duro dessa ideologia seria constituído por uma identificação do mercado com uma realidade natural (DARDOT e LAVAL, 2016).

Podemos entender que um conceito de democracia alicerça a conjuntura política e social que cerca o neoliberalismo e, por consequência, as políticas sociais e, em especial, as políticas educacionais que são objeto dessa discussão.

Lembrando que Dardot e Laval (2016) utiliza a ideia do neoliberalismo como racionalidade, como um sistema normativo de práticas e discursos que vai orientar os indivíduos nas relações sociais pautadas na concorrência e na meritocracia.

Sakata e Lima (2018) fizeram um apanhado histórico acerca das mudanças no conceito de democracia, iniciando no século XIX, pós segunda guerra mundial, quando se instaurou uma grande recessão mundial, observando-se a emergência de regimes totalitários e a influência da globalização, aceleração industrial e necessidade de mão de obra qualificada. Nesse momento, segundo as mesmas autoras, surge a ideia de *Welfare State*, que seria políticas públicas de bem-estar social, que ofertam serviços essenciais à população através do Estado, em busca de construir uma nação mais saudável e mais ativa (AZEVEDO, 2004). Mas essas políticas tinham um caráter assistencialista, já que o seu objetivo era dar conta da pobreza instalada nesse pós-guerra.

Em diversos países, essas mudanças sociais e econômicas não aconteceram de forma igualitária e tampouco num processo tranquilo de negociação.

Quanto a isso, Sakata e Lima (2018) apontam pontos positivos e negativos dessa mudança social. Os pontos negativos seriam a apatia social que se instaurou nas camadas populares quanto à participação social e política, que muitas vezes se restringia ao voto garantido pelo sufrágio universal, assim como a expansão da burocracia estatal (SAKATA e LIMA, 2018). Os pontos positivos, segundo as mesmas autoras, passam por essa concretização de direitos sociais universais impensáveis em momentos históricos anteriores, de uma noção de cidadania, o que não deixa de ser um grande avanço social estatal (SAKATA e LIMA, 2018).

Esse *Welfare State* não pretendia oportunizar a participação das massas nas decisões do Estado, apenas conter uma crise que se instaurava a partir de um discurso pró-democracia que não passava de uma estratégia política. As decisões ficariam a cargo das forças políticas no poder e do interesse do mercado.

Menezes (2002) retrata que essa assimilação da filosofia neoliberal, na América Latina, estava associada a uma postura altamente conservadora e à defesa das relações mercadológicas, estabelecendo correlação entre descentralização e democracia.

Já Coutinho (2008) reflete que o pensamento explicitamente de direita, desde o catolicismo até o fascismo, passando pelo liberalismo, combatiam abertamente a democracia. Para o autor, o liberalismo é antidemocrático em sua essência. O mesmo autor aponta que, a partir dos anos 1930, o liberalismo passou a proferir um discurso de defesa da democracia, ainda que não antes de minimizá-la, empobrecendo suas determinações, concebendo-a de forma claramente redutiva (COUTINHO, 2008). O liberalismo enxergou que precisava tomar ares democráticos para conseguir se manter atuante.

O voto deixa de ser uma forma de mudança e de emancipação usada pela classe trabalhadora e passa a ser, segundo Coutinho (2008), apenas um instrumento de legalização de chefes carismáticos que se dizem representantes do povo, mas, na verdade, representam os interesses de quem pretende conservar a ordem capitalista.

Democracia passa a ser, assim, o cumprimento de alguns procedimentos formais — as famosas regras do jogo —, sendo o principal deles a existência de eleições periódicas, nas quais o povo (de resto, segundo estes liberais, sem muita consciência do que está fazendo) escolhe entre elites (COUTINHO, 2008).

Na experiência brasileira a reforma do Estado, alcançada com a luta de movimentos sociais por direitos e por um novo pacto federativo, uma construção de baixo para cima, encontra, ao longo do tempo, esses movimentos sociais, de certa forma, ajustando-se à institucionalidade democrática (MENEZES, 2009). Nesse sentido, Menezes (2009) aponta que a partir da década de 90 se observa alterações significativas na dinâmica política e econômica brasileira, por conta do avanço do neoliberalismo e da globalização, alavancando uma reforma do Estado nacional, no caso brasileiro, ancorada em um processo de descentralização e municipalização das políticas públicas, abandonando a “burocracia insulada e centralizada de momentos anteriores” (MENEZES, 2002).

Lembrando que, o sistema político brasileiro é estruturado segundo o modelo de República Federativa Presidencialista, formado pelo União, Estados e Municípios, cada um com suas atribuições e sua autonomia política. Nesse contexto, é possível entender que é no município que as políticas públicas são executadas, implementadas e experimentam o controle e participação social.

Sobre isso, Menezes (2009) afirma que a descentralização/municipalização é uma condição para a democracia, onde a participação popular confere legitimidade e responsabilização nas decisões e na eficiência da gestão pública em nome da coletividade, como um instrumento de enfrentamento da exclusão social.

Oliveira, Fernandes e Scaff (2021) buscam formular uma discussão acerca do planejamento educacional municipal a fim de situar a materialização da autonomia municipal na política educacional. De maneira inicial, as mesmas autoras contextualizam historicamente a constituição do Município como ente federativo com autonomia política, administrativa, econômica e legislativa a partir da constituição de 1888. Contextualização reforçada por Menezes (2009). Documento este que estipula que o Brasil se caracterizará como uma democracia regida pelo federalismo de cooperação, estabelecendo união e colaboração entre Estado e Municípios, no que tange as leis, as decisões, as arrecadações e os gastos (OLIVEIRA, FERNANDES e SCAFF, 2021).

Apesar de tal documento estabelecer a autonomia dos municípios quanto ao gasto e à organização das suas políticas públicas, no tocante as políticas educacionais, as autoras apontam que, na prática, é possível observar contradições no tocante à materialização dos alicerces necessários para tal, na medida em que

rompe e inviabiliza a lógica cooperativa entre os entes subnacionais, de modo a esfacelar o regime de colaboração e a busca pela superação dos desequilíbrios regionais, tão evidentes no cenário brasileiro (OLIVEIRA, FERNANDES e SCAFF, 2021).

O Município, mesmo com seu papel delimitado na constituição, enfrenta o fortalecimento do poder central na delimitação das políticas, o que desconsidera as peculiaridades e dificuldades locais, desprestigiando certas localidades, realidades, cenários urbanos ou rurais e, conseqüentemente, inviabilizando questões de interesse local e um projeto de sociedade mais democrático e igual (OLIVEIRA, FERNANDES e SCAFF, 2021). Quando as decisões acontecem, estão vinculadas ao patrimonialismo e ao coronelismo tradicional da história nacional e aos interesses de quem pretende conservar a mesma ordem capitalista. Segundo Menezes (2009), o Estado seria caracterizado pela “privatização dos cargos públicos, reduzindo-os a meros instrumentos a serviço de um grupo de homens na busca de vantagens materiais ou políticas”.

Quando se trata de questões financeiras, que se encontram no cerne das disputas entre os poderes, nas disputas político partidárias, as autoras apontam que isso afetaria os rumos e prioridades educacionais no país, especialmente no tocante aos planos decenais de educação e suas metas e estratégias elencadas como prioritárias, pois, os municípios possuem a maior carga de responsabilidade (creches, ensino infantil e fundamental) e menor recolhimento e repasse financeiro, muitas vezes não privilegiados por repasses financeiros dos fundos de participação que funcionam como barganha política em troca de apoio político às demandas do poder federal (OLIVEIRA, FERNANDES e SCAFF, 2021).

Funcionando com unidades Escolares, Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, em sua esfera educacional, também possuem o agravante acerca dos ordenadores de despesa, que por muitas vezes não correspondem a alguém com formação e experiência na área, mas algum aliado político (OLIVEIRA, FERNANDES e SCAFF, 2021). Tal agravante dificulta ainda mais a materialização dessa política na ponta da lança.

As autoras também apontam a necessidade de observação acerca da análise dos sentidos que as políticas educacionais possuem, para que elas não se tornem globalistas a ponto de não atenderem as demandas locais, ou localistas a ponto de se tornarem “palco de tradições patrimonialistas, cujas relações são determinadas com

poucas possibilidades de intervenção e mudança social” (OLIVEIRA, FERNANDES e SCAFF, 2021).

Esse cenário é cercado de tensões, disputas entre poder local e nacional, afastando os sujeitos dos espaços decisórios e das estâncias de poder, mostrando que, apesar da Lei já possuir 40 anos de existência, a sua materialização ainda possui vários entraves e percalços a serem superados, principalmente em um momento histórico de retrocessos políticos e, nos últimos 4 anos, de retrocessos econômicos.

Nesse panorama, podemos apontar que avanços sociais galgados com base em lutas dos movimentos e atores sociais que culminaram na Constituição Cidadã de 1988, no caso brasileiro, estão sofrendo um violento retrocesso. Autores demonstram que a própria democracia está sendo atacada e desconstruída ao longo da última década, em escala mundial (SCHWARTZMAN, 1991; DARDOT e LAVAL, 2016). Dentre muitos retrocessos, podemos pontuar o contexto educacional como sendo um palco de importantes entraves e lutas ideológicas (AZEVEDO E OLIVEIRA, 2020; AZEVEDO, 2004). Retrocessos que Cruz e Macedo (2019) apontam como a legitimação de discursos antidemocráticos, explicitamente discriminatórios, excludentes e autoritários.

A negação da ciência, a cristianização da cultura, a uberização da condição de trabalho docente, o racismo escancarado, o ataque à igualdade e as minorias sociais, o fanatismo religioso e os valores familiares tradicionais tomam palco na educação, um lugar já precarizado pela ideia de condução de uma educação voltada para os desejos e necessidades do mercado através da concepção da “Nova Gestão Pública”, uma gestão de desempenho que tem no seu âmago a busca da eficiência, da redução de custos e da eficácia gerencial.

Azevedo (2004) nos lembra que o neoliberalismo, no campo da cultura e da ideologia, obteve êxito no convencimento de que não há outra alternativa na organização das práticas sociais a não ser a (des)regulação delas pelo mercado, enraizando nas elites econômicas uma crença da inevitabilidade desse processo.

Dardot e Laval (2016) pontua que o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições e direitos, mas também produz certos tipos de relações sociais, de maneiras de viver, certas subjetividades, e define certa norma de vida nas sociedades ocidentais.

Quando analisamos a influência das concepções neoliberais na política nacional, é imprescindível discutir as questões que giram em torno do gênero e da

sexualidade. A notória aproximação entre as concepções neoliberais e o conservadorismo voltou os seus olhares para a luta feminina por direitos reprodutivos e liberdade, assim como para as conquistas alcançadas pelo movimento LGBTQIA+, gerando uma disputa de narrativas cada vez mais dura, acirrada e violenta, tornando alvo conquistas de direitos e políticas públicas anteriormente conquistados.

A sociedade vivencia esse momento de retorno às pautas já discutidas pela sociedade. Pautas de costume, de caráter conservador, de cunho religioso, de gênero, que já possuíam ações e avanços dentro da sociedade, retomam ao palco das discussões da opinião pública. Se faz necessário, neste momento, traçar um caminho entre a descentralização da educação, a democracia, a micropolítica escolar e as questões de gênero. Esse paralelo pode ser realizado ao vislumbrar que os tentáculos do neoliberalismo se encontram dispostos no contexto político e educacional brasileiro, subjugando os interesses populares e sociais pelos interesses do mercado.

O crescente avanço dessas ideias neoliberais, a partir da década de 70, baseia-se em uma agenda econômica de enxugamento da máquina pública, de cortes orçamentários, de austeridade fiscal e de modernização da gestão. Também é possível observar uma aproximação com uma agenda conservadora no Brasil e no mundo, avançando em muitas áreas da sociedade, entre elas a Educação (AZEVEDO E OLIVEIRA, 2020).

Azevedo e Oliveira (2020) nos aponta que muitos projetos ultra neoliberais que se encontravam em disputa, encontram terreno fértil à sua implementação após o golpe institucional que depôs a presidenta Dilma, em 2016, aproximando a educação, também de interesses privados e da condição de mercadoria.

Dentre as políticas públicas existentes no Estado brasileiro, a política de gênero da educação foi um alvo expressivo e destrutivo, do ponto de vista da influência do movimento conservador e dos movimentos religiosos neopentecostais que conseguiram implementar significativo retrocesso.

Oliveira e Oliveira (2018) lembra que a mudança de paradigma entre a visão biologicista, higienista e eugenista da sexualidade humana e um novo regime de sexualidade construído em torno de noções de direitos humanos e sexuais, onde essa sexualidade e suas relações com o gênero assumem um caráter cultural, socialmente construído e dinâmico, ocorreu a partir da última década do século XX em um processo sócio-histórico multifacetado e complexo, construído a partir da militância e das lutas dos movimentos sociais (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014). Dentre esses

movimentos se destacam os movimentos feministas e o movimento LGBTQIA+.

Os autores ainda pontuam que esse antigo regime concebia a sexualidade atrelada à moralidade, subordinando a legitimidade das relações sexuais ao seu potencial reprodutivo e ao fortalecimento dos vínculos afetivos entre casais reprodutivos heterossexuais, unidos através do matrimônio, não havendo espaço para o critério do prazer e do bem-estar de indivíduos e coletividades (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018; OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014). Não havendo espaço, portanto, para a humanização das relações. Assim, é possível pontuar que a classificação e hierarquização dos comportamentos e identidades sexuais, assim como seus mecanismos de normatização, regulação, patrulhamento e controle desse antigo regime seriam uma estratégia de governo e biopoder do Estado neoliberal (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018; ALTMANN, 2015).

Segundo os referidos autores, o que ao longo das primeiras décadas do século XX se configurava como políticas públicas vinculadas a esse projeto eugenista de controle da população e de criação de uma identidade nacional, usando estratégias de educação médico-familiar com foco no controle de marcadores sociais de diferença como raça, classe social, sexualidade e gênero, vem se modernizando, timidamente, a partir da década de 60, sob a influência dos movimentos feministas em efervescência (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018; ALTMANN, 2001; OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014). Mesmo assim, a política sexual na educação brasileira estava vinculada a uma visão biologicista, com aulas de educação sexual voltadas para prevenir doenças sexualmente transmissíveis, em especial o HIV, promover a reprodução saudável e preparar as mulheres para o matrimônio e a maternidade, processo que Altmann (2001) compreende como uma estrutura de poder indispensável no processo de afirmação do capitalismo.

Os mesmos autores pontuam que tais avanços recuam mais uma vez com o golpe militar brasileiro de 1964, sob influência do movimento conservador católico (movimento integralista), empreendendo, para a educação brasileira, a ênfase nos valores da moral tradicional conservadora. Altmann (2001) aponta que, em 1976, a posição oficial do Brasil afirmava que a responsabilidade principal pela educação sexual de crianças e adolescentes cabia à família.

O gradual declínio da ditadura militar e as lutas pela redemocratização brasileira trazem de volta a discussão sobre a educação sexual nas escolas, mas os autores apontam que a concepção anterior de sexualidade se manteve numa posição

hegemônica nas políticas de educação no país ao longo de todo o século XX, tornando a disputa de discursos ainda mais intensas na última década em decorrência da articulação e intensificação da atuação de movimentos neoconservadores no país (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018).

A pressão exercida pelos movimentos sociais e a urgência em tratar a questão de saúde pública trazida pela disseminação nacional do vírus da Aids e de outras doenças sexualmente transmissíveis trouxe, ainda na década de 1990, o tema da orientação sexual para os PCN do ensino fundamental II, proposta como tema transversal e pautando-se na lógica dos direitos sexuais e reprodutivos (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018; ALTMANN, 2001; OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014). Os PCN iniciaram o processo de rompimento com a abordagem puramente biológica da sexualidade (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014).

Altmann (2001) nos lembra que o interesse do estado pela sexualidade da população torna-se evidente com essa proposta.

A sexualidade é um “negócio de Estado”, tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade (ALTMANN, 2001).

A urgência em enfrentar o problema forçou o governo e a sociedade civil a articularem seus discursos sobre sexualidade através de leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições morais (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014). Observa-se um avanço significativo na discussão desta temática, gerando uma ampliação dos espaços de debate, inclusive na academia, onde observa-se a fundação de periódicos científicos de referência na área, propagam-se grupos de pesquisa, funda-se o GT-23⁴ - Gênero, sexualidade e educação, concedendo reconhecimento à área de estudo na pós-graduação em Educação, culminando, assim, numa grande produção acadêmica a respeito da temática (LOURO, 2012; OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014; ALTMANN, 2015).

Convém ressaltar que a categoria gênero, como categoria histórica de análise, conquista espaço no meio acadêmico brasileiro na égide do debate feminista internacional, que ressurgiu nos anos de 1970 e tomou corpo nas

⁴ Gênero, sexualidade e educação constituem-se em um Grupo de Trabalho (GT23) ligado à ANPED - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - que congrega pesquisadoras/es, docentes e estudantes voltados para investigação e debate de questões teóricas e temáticas dos campos dos gêneros, das sexualidades e da educação sexual (<http://www.ded.ufla.br/gt23/>).

décadas de 1980/90, ganhando assim lugar de destaque nas políticas públicas no campo da educação brasileira, bem como nas políticas sociais dos Estados e Municípios (PINHEIRO, 2019).

Com o fortalecimento e ascensão dos governos de centro-esquerda, a temática saiu de uma posição marginal e foi sendo transformada em políticas de Estado (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014). Políticas públicas foram criadas com o intuito de combater o alto índice de gravidez indesejada na adolescência, abuso sexual e prostituição infantil, o crescimento da epidemia da Aids, a violência contra a mulher e sua discriminação no mercado de trabalho. Lei Maria da Penha, Delegacias da mulher, Lei Carolina Dieckmann e Lei Joana Maranhão são alguns exemplos do avanço significativo de políticas públicas de gênero no período político de permanência do Partido dos Trabalhadores - PT na Presidência da República.

A discussão da temática se ancora na noção de direitos humanos e reprodutivos, o que culmina em estratégias políticas baseadas na promoção da cidadania, na igualdade de gênero e nos direitos humanos da mulher, da criança e da pessoa LGBTQIA+.

Nessa direção emerge uma série de propostas para a educação, dentre elas destaca-se o Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2010, que virou o cerne de um embate político que resultou num grande retrocesso na discussão de gênero, corpo e sexualidade nas políticas curriculares do país (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2014). Mesmo suspenso, o projeto repercutiu negativamente e suscitou uma polarização radical que atingiu o campo da educação e vários âmbitos da sociedade.

A temática foi suprimida no PNE de 2014, por pressão de uma forte coalisão conservadora de direita que, posteriormente, chegaria à cadeira da Presidência da República, após a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, com a retórica do fim da “ideologia de gênero” e do “kit gay⁵” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018; ALTMANN, 2001), na tentativa de desqualificar os movimentos feministas e LGBTQIA+. Como afirma Altmann (2015), o corpo e as relações de gênero são socialmente produzidos também dentro dos currículos escolares.

Oliveira e Oliveira (2018) aponta que, na ocasião, o Ministério da Educação (MEC) reconfigurou o Conselho Nacional de Educação (CNE) — que passou a ser

⁵ O termo "Kit gay" também carrega um sentido pejorativo. Fake New criada pelo setor conservados da sociedade que protestava contra material criado pelo Governo Federal, em 2004, que fazia parte do Projeto "Escola sem Homofobia", de formação sobre questões de gênero e sexualidade, e assim, teve a veiculação suspensa pela Presidência da República.

composto, predominantemente, por representantes dos interesses de grupos empresariais que passaram a impor uma série de reformas drásticas explicitamente orientadas pela agenda conservadora e uma lógica educacional neoliberal e neotecnicistas, com os “conteúdos curriculares” mínimos, a exemplo da BNCC com seu projeto de redefinição dos modelos de formação, atuação docente, avaliação e responsabilização.

No âmbito da sociedade civil, o movimento “Escola sem Partido” se articula politicamente e tenta aprovar uma lei que altere a LDB, pressionando docentes com a falácia “ideologia de gênero”, incentivando estudantes e pais a processarem judicialmente docentes e gestoras\es que insistirem em abordar essa temática e/ou em questionar os modelos de gênero e sexualidade estabelecidos (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018; AZEVEDO E OLIVEIRA, 2021).

A conjuntura do país na segunda década dos anos 2000 demonstra, segundo Oliveira e Oliveira (2018), que as narrativas criadas no campo conservador e que sustentam suas posições ainda criam um pânico moral na população, o que, em alguma medida, paralisa o debate e os esforços até então dispensados para a mudança de valores da sociedade, impedindo a escola de cumprir sua função social como um lócus de construção social e cultural.

Mesmo com a noção de modernização da educação, assumindo uma posição de privilégio no imaginário dominante da educação brasileira, de lógica neoliberal, é possível identificar as ideias de “conservadorismos” tomando palco na defesa de um modelo educativo pré-moderno, de matriz cristã moralista, disciplinadora, rígida, dogmática e irracionalista (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018). Essa coalizão conservadora consegue se articular politicamente, elegendo representantes e conseguindo apoio financeiro e midiático suficiente para construir uma base parlamentar capaz de aprovar sua agenda de costumes, desarticulando eficientemente qualquer oposição.

Uma das características centrais desses novos movimentos conservadores, portanto, é sua abertura e capacidade de construir articulações com as lógicas do mercado, da indústria midiática e com os próprios discursos acadêmicos e científicos que possam ser “acomodados” com seu projeto conservador (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018b).

Os autores finalizam a discussão abrindo o debate acerca de qual caminho pode ser seguido para fragilizar a lógica fantasmática e o pânico moral instalado no

País e reabrir o debate sobre gênero em um momento de acirrada disputa de narrativas. Cabe aqui abrir caminhos e horizontes que construam possibilidades de enfrentamento e de esclarecimento a respeito da conjuntura da educação brasileira, observada em 2023, principalmente em um ano de início de uma nova gestão Federal e Estadual, onde mudanças são possíveis de serem iniciadas.

A supressão da temática de gênero no PNE em 2014, a retórica da “ideologia de gênero”, do “kit gay” e do “escola sem partido”, a cristianização da educação, a negação da ciência, o incentivo a estudantes e pais a acionarem judicialmente docentes e gestores que insistirem em abordar essas temáticas e/ou questionar os modelos de gênero, sexualidade e sociedade estabelecidos são exemplos da influência desse movimento conservador no imaginário popular e no MEC, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

Nesse contexto, as produções abordadas foram de suma importância para a compreensão da conjuntura do País, entendendo que não se analisa a micropolítica sem a análise da macropolítica, assim como, para compreender que as políticas públicas de educação se fazem efetivas na micropolítica escolar. É na escola que os agentes políticos e a comunidade escolar reinterpretam, reescrevem, realizam ou impossibilitam tal efetivação. Os atores escolares possuem um papel ímpar na implementação de políticas educacionais, assim como, seu ideal de mundo, de educação e sua subjetividade interferem nesse processo, não havendo uma só política que seja implementada da mesma forma, em unidades escolares diferentes, com diferentes realidades sociais.

É preciso apontar o importante papel da escola e da educação no enfrentamento aos retrocessos observados na educação e na sociedade após as mudanças políticas iniciadas em 2016. Se torna cada vez mais urgente evidenciar políticas públicas e estratégias pedagógicas exitosas tanto para a academia quanto para a sociedade.

A educação em saúde e as discussões implementadas dentro das escolas pelos NeGs, uma parceria entre a SEE, SecMulher-PE e comunidade escolar, é uma iniciativa que precisa ser visibilizada e estudada, para que mais ações como essa sejam replicadas e ampliadas em todo o país. Tal Política tem por finalidade:

[...] incentivar a inclusão da perspectiva de gênero e suas interfaces no âmbito do ensino fundamental, médio e técnico, bem como no ensino superior, provocando a reflexão crítica sobre a influência da cultura patriarcal na vida

das mulheres e contribuindo com o processo de transformação das relações desiguais de poder na sociedade (PERNAMBUCO, 2020).

Autores, cuja abordagem versa acerca da questão de gênero, apontam que essa dicotomia masculino/feminino que permeia a sociedade existe no discurso da Educação Física como uma perspectiva hegemônica, e em muitas outras disciplinas, reproduzindo as desigualdades da sociedade e aprofundando essa desigualdade e opressão à mulher, dentro e fora da escola.

A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 1997)

Acerca da Educação em Saúde como instrumento de ação, Masson *et al* (2020) realizaram uma pesquisa com 12 estudantes do ensino médio de uma escola pública do município de Ribeirão Preto -SP, de ambos os sexos, com idades entre 15 e 17 anos, a fim de entender como o trabalho de educação em saúde pode contribuir para o empoderamento de adolescentes escolares na perspectiva da redução de suas vulnerabilidades. Através de entrevistas semiestruturadas e observação participante, os autores analisaram as impressões de adolescentes que participavam das atividades de educação em saúde, na escola em questão.

[...] atividades de educação em saúde quando realizadas sob a concepção crítica de uma educação libertadora, que promovam a formação de sujeitos reflexivos, contribuem para o desenvolvimento da autonomia e empoderamento, fatores estes propulsores de escolhas assertivas para melhor qualidade de vida (Masson *et al*, 2020).

A pesquisa apontou que adolescentes estimulados à participação em políticas públicas de educação em saúde e ao protagonismo nessas atividades, empoderaram-se como sujeitos históricos e sociais (MASSON *et al*, 2020), o que fortalece a construção de sua identidade, sua autonomia, seu processo de aprendizagem e a conquista do seu direito à saúde e à educação, encontrando seu papel na sociedade.

Os autores também apontam a necessidade de mudanças e reformulações dentro e fora da sala de aula, em nível macro, principalmente diante do cenário político, social e econômico que se vivencia na primeira metade do século XXI (MASSON *et al*, 2020), um cenário de evidentes retrocessos metodológicos, conceituais e ideológicos iniciados com as mudanças políticas de 2016, na saúde e

na educação.

Louro (2007) reforça o entendimento de que vivenciamos um cenário onde sistema de normas, de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos parece representar, em linhas mais ou menos gerais, a sociedade brasileira. A respeito da temática, Altmann (2001) aponta que as estratégias de poder que se encadeiam na escola para exercer controle e para educar os estudantes podem ser analisadas a partir do currículo formal, informal e o oculto, quando apontamos que em certa medida a escola padroniza os corpos e os aprendizados na busca de um aluno modelo, dentro da perspectiva neoliberal e de uma Gestão Educacional na lógica Gerencial de eficiência presente na Educação brasileira.

Me aproximo da posição das autoras ao afirmar que a sexualidade, o gênero e tensões em torno da discussão constituem-se uma questão que vale a pena colocar em primeiro plano (LOURO, 2007). Importante ressaltar, junto com as mesmas autoras, o quanto o campo da Educação tem se comunicado com outros campos disciplinares, possibilitando uma análise macro da discussão, permitindo que novos olhares possam trazer perguntas e respostas para as inquietações teóricas que nos perturbam e que dão direcionamento às nossas pesquisas no campo acadêmico.

Nesse sentido, se faz necessário apresentar, de maneira concisa, a política de Gênero, objeto dessa pesquisa, buscando trazer à tona a sua constituição metodológica e conceitual.

2.3 OS NÚCLEOS DE ESTUDO DE GÊNERO

Dentro do escopo do presente estudo, se faz necessário apresentar a política que se pretende observar, através de um recorte das Políticas de Educação em Saúde existentes no Estado de Pernambuco, mais especificamente das constituídas de uma parceria entre a SecMulher-PE e a SEE, como os “Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher” – NeGs.

Como dito anteriormente, um recorte que tende a ser temporal, pois a referida política foi idealizada e implementada no âmbito dos Governos do PSB, nos dois governos de Eduardo Henrique Accioly Campos (2007 a 2014), sendo levada adiante pela gestão subsequente de Paulo Henrique Saraiva Câmara (2015 a 2022) do mesmo partido, em seus dois mandatos.

Tendo a Educação um papel ímpar como instrumento de avanços sociais, humanos e científicos, o Estado se viu intimado à criação e desenvolvimento de políticas públicas educacionais que atendessem às demandas sociais por igualdade de gênero e combate às violências oriundas dessa desigualdade.

Tal política foi idealizada e implementada em um momento de abertura política brasileira que decorreu das lutas sociais, sindicais e feministas, base para a Constituição de 1988, que possibilitou a institucionalização de uma sociedade pautada em princípios de liberdade e justiça (PINHEIRO, 2019). Essa abertura política no âmbito federal possibilitou a eleição de governos federais, estaduais e municipais igualmente populares, que trouxeram temas e demandas sociais para as ações governamentais na esfera Federal, Estadual e Municipal. Essa abertura política e ideológica permeia a gestão pública por 13 anos, sendo interrompida em 2016, com o Impeachment da então Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, dando início a uma fase política fundamentada pela visão neoliberal da gestão pública, como também de uma visão ideológica radicalmente à direita do espectro político.

No contexto da Educação e construção curricular, com a abertura política iniciada em 2002, é possível apontar impactos que giram em torno de mudanças de paradigma e de perspectivas ideológicas, disputas hegemônicas a fim de consolidar um novo ideal de sociedade e construir uma identidade nacional. Podemos entender, assim como Pinheiro (2019), que esse período foi um marco significativo no debate para a educação de gênero, com avanços e retrocessos.

É possível apontar duas perspectivas importantes disputando essa hegemonia do currículo nacional, o projeto político neoliberal e sua relação entre educação e trabalho, gestão e gerenciamento, delineadas por agências internacionais de fomento e pela força do mercado, assim como a perspectiva da construção de conhecimento como possibilidade de formação para a cidadania, para a igualdade e a justiça social. Essa mesma disputa de paradigmas também foi observada no âmbito da saúde, como já discutido anteriormente.

[...] os movimentos sociais feministas brasileiros foram imprescindíveis quanto à reivindicação do estabelecimento de políticas públicas para as mulheres em diversos campos, a exemplo, campo da violência de gênero, mundo do trabalho, direitos reprodutivos, espaços de decisões, questões raciais e sexualidade (PINHEIRO, 2019).

Nesse entendimento, vimos a construção dos PCNs de 1998 como um passo importante para a discussão da temática de gênero no ambiente escolar. Mesmo que gradativamente, passa-se a tratar de uma demanda social a muito cobrada. Fato acompanhado na esfera estadual pernambucana não só no currículo, mas também na criação de uma secretaria que tratasse exclusivamente das demandas femininas.

A SecMulher-PE foi criada, há 17 anos, pela Lei nº 13.205 de 19 de janeiro de 2007, e estabelece como sua missão promover os direitos das mulheres tendo como base conceitual a teoria feminista de gênero e suas interrelações das discriminações de gênero, além de contemplar a interrelação das questões de gênero com as questões de raça, etnia, classes sociais e orientação sexual (PERNAMBUCO, 2022b).

A SecMulher-PE foi criada pela Lei nº 13.205, de 19 de janeiro de 2007, sob a nomenclatura de Secretaria Especial da Mulher. Em 6 de janeiro de 2011, com a Lei nº 14.264, passou a ser uma Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria da Mulher. Atualmente, a SecMulher-PE é regida pela Lei nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Poder Executivo de Pernambuco (Pernambuco, 2022).

Em seu anuário 2020 – 2021, a SecMulher -PE traz em seu marco conceitual as definições de gênero, feminismo, patriarcado, políticas públicas e políticas públicas de gênero. Essa última sendo definida por “ações que têm como sujeitos as mulheres e estão voltadas, efetivamente, para o empoderamento delas, promovendo a igualdade social, política e econômica entre os sexos” (PERNAMBUCO, 2022).

Aplicando esses conceitos, a política pretende contribuir, efetivamente, para a reparação das desvantagens que esses segmentos vivem no âmbito social, financeiro, educacional e da saúde, entendendo que o gênero é uma dimensão estruturante das desigualdades. Um grande objetivo que necessita de uma grande articulação política, financeira e administrativa.

Pretendendo responder a seus objetivos, a secretaria fórmula, desenvolve, articula, coordena e monitora políticas públicas para promover a melhora das condições de vida das mulheres pernambucanas (PERNAMBUCO, 2021), tendo como missão promover os direitos das mulheres no Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2022a).

Costa (2021) e Santos (2017) apontam os índices alarmantes de violência contra a mulher entre os anos 2000 e 2010 como um dos requisitos que levam o Estado à formulação de políticas que atendessem as necessidades desse público.

Dentre as preocupações para reverter este quadro está a educação como uma das bases para a formação ética e moral dos sujeitos.

No Anuário 2021- 2022, o último disponibilizado em sua página da Web, a SecMulher informa suas diretrizes e suas metas para o período. Entre suas diretrizes está a ampliação, qualificação e fortalecimento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, a universalização da Política de Gênero em todo o território do Estado e o fortalecimento da presença das políticas de gênero no aparelho do Estado (PERNAMBUCO, 2022).

Em um primeiro contato com a gestão da SecMulher-PE e da SEE, responsáveis pela articulação da política alvo, foi possível ter acesso a documentos e materiais informativos que trouxeram dados quanto à construção da Política e quanto aos seus objetivos e sua organização burocrática. Tais informações que destrinchamos a seguir.

Para cumprir seus objetivos, a SecMulher-PE divide sua gestão em 5 políticas: 1. Política de Manutenção, Descentralização e Aperfeiçoamento Institucional; 2. Política de Formação em Gênero e Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, na Saúde pública, na Cultura e nos Esportes; 3. Política de Enfrentamento da Violência de Gênero contra a mulher 4. Política de Valorização do trabalho e do Empreendedorismo das Mulheres e; 5. Política de Empoderamento das Mulheres, Municipalização e Interiorização das Ações de Gênero (PERNAMBUCO, 2021).

Nossa atenção volta-se para a Política de Formação em Gênero e Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, na Saúde, na Cultura e nos Esportes e a sua respectiva Gerência de Formação em Gênero, abalizada na compreensão de que a educação é fundamental para a construção de uma sociedade pautada nas relações de igualdade entre os gêneros (PERNAMBUCO, 2022b). Segundo a SecMulher-PE (PERNAMBUCO, 2022b), seu trabalho é construído numa perspectiva interdisciplinar e transversal na tentativa de fortalecer a formação em gênero, assessorando e monitorando a criação e ações dos NeGs.

[...] atua na promoção de iniciativas relacionadas à inserção da temática de gênero e suas interseccionalidades, para contribuir com os direitos das mulheres, por meio do ensino formal e de qualificação profissional, no ensino superior, nas práticas culturais e esportivas; na promoção da intersetorialidade das questões de gênero nos Poderes Executivo e Legislativo, por meio de parcerias que promovam mudanças culturais em favor da igualdade de gênero e na efetivação de estratégias voltadas à

promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero no âmbito da saúde (PERNAMBUCO, 2022).

No Anuário 2021- 2022, a SecMulher informa que a Gerência de formação em Gênero possui sete programas, em sua estrutura.

Figura 1: Estrutura Esquemática da Política de Formação em Gênero e Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, na Saúde Pública, na Cultura e nos Esportes.

PROGRAMAS	EIXOS ESTRATÉGICOS
2.1 Formação em Gênero no Ensino Formal	Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero
	Formalização da Promoção da Igualdade de Gênero no Ensino Formal
	Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher
	Apoio a Cursos de Pós-Graduação
2.2 Apoio e Difusão de Pesquisas para Subsidiar Políticas Públicas	Apoio à Pesquisa
	Acesso a Livros e Documentos
2.3 Formação Sociopolítica e Profissional para Mulheres Urbanas	Formação sociopolítica e qualificação profissional para as mulheres urbanas metropolitanas
2.4 Formação Continuada em Direitos das Mulheres para Servidoras e Servidores Estaduais	Fortalecimento da Política Pública de Gênero em Pernambuco
2.5 Mulher e Saúde Pública	Apoio à Saúde da Mulher
	Enfrentamento ao Impacto da Violência Doméstica e Sexual na Saúde das Mulheres, Meninas e Adolescentes
2.6 Apoio às Mulheres na Cultura	Fortalecimento da Produção Cultural das Mulheres
2.7 Apoio às Mulheres nos Esportes	Estímulo à Prática Esportiva das Mulheres

Fonte: PERNAMBUCO, 2020.

Acerca dessa política, com a intenção de iniciar esse debate nos ambientes escolares e acadêmicos, em 2011, a SecMulher-PE deu o primeiro passo para a criação dos NeGs, firmando um termo de cooperação técnica com a SEE, objetivando com essa política, incentivar a produção científica e cultural dentro das escolas; publicar e difundir os trabalhos desenvolvidos por estudantes e professores; incentivar a participação efetiva no Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero; elaborar projeto e plano de trabalho anual do Núcleo, garantindo inserção no planejamento da instituição, no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão; estimular a inserção das questões de gênero nos currículos; estimular a reflexão e produção científica a partir do uso da categoria gênero, associada às de raça, etnia e classe social e provocar o debate crítico sobre as desigualdades entre homens e mulheres. (PERNAMBUCO, 2022b).

Costa (2021) aponta que esse Termo de Cooperação Técnica 013/2011 tinha a validade de 03 anos, em 2016 foi renovado conforme assinatura de aditivo 03/2016, em 2019 foi prorrogado até 2022.

Seu marco inicial data de 2011, com o estabelecimento de 11 NeGs. Em 2022 já existiam 255 NeGs espalhados por todo o território do Estado de Pernambuco, presentes em Escolas de Referência em Ensino Fundamental (EREF), Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), Escolas de Referência em Ensino Fundamental e Médio (EREFEM) e Escolas Técnicas Estaduais (ETE). Estando presente também em 16 Institutos Federais de Educação e em 34 Instituições de Ensino Superior. Em 2022, a Gerência Regional do Vale do Capibaribe universalizou os Núcleos em todas as escolas de tempo integral da Região (PERNAMBUCO, 2022a), sendo essa expansão o objetivo principal da Gerência.

Quando questionada sobre a formalização dos NeGs, as duas secretarias alegam que sua implantação ocorre por um meio informal, com a assinatura de um Protocolo de Intenções entre a escola e a Secretaria da Mulher, com o apoio da Secretaria de Educação, mais especificamente da Secretaria Executiva de Ensino Médio e Profissional (SEMP) através da Superintendência Pedagógica (SUPED), documento que ressalta a ausência de lei, decreto ou normatização para criação dos núcleos (PERNAMBUCO, 2022a; PERNAMBUCO, 2022b). Além disso, algumas necessidades são indispensáveis, tais como: a identificação de um/uma professor/professora para coordenar o Núcleo ou uma coordenação colegiada; a apresentação do núcleo para toda comunidade escolar; a elaboração de uma proposta de trabalho; participação nas formações realizadas pela SecMulher-PE em parceria com a SEE e envolver toda comunidade escolar nas ações do núcleo (PERNAMBUCO, 2022b).

Segundo Costa (2021), mesmo havendo uma cooperação efetiva entre a SecMulher e a SEE, desde 2011, não há indícios de que haja algum planejamento para a implantação dos NeGs em todas as escolas, nem mesmos as escolas estaduais, muito menos um envio de projeto de Lei na esfera Legislativa Estadual que institua a implantação dos NeGs nas escolas como política educacional, configurando-se, portanto, não uma política de Estado, mas uma política de Governo⁶. E sobre esse âmbito, se instaurou uma incógnita acerca de seu futuro pós eleições de 2022.

⁶ São políticas públicas criadas de acordo com interesses e ideologias do grupo político e/ou de quem está no poder (<https://www.politize.com.br/politicas-de-estado-o-que-sao-e-por-que-precisamos-delas-no-brasil/>).

Entendendo que existe um tripé Escola/SecMulher-PE/SEE que possibilita a existência da política, cada uma das entidades tem suas responsabilidades descritas na formulação da política.

A Escola teria como responsabilidade, segundo as duas secretarias: formular o projeto de criação do NeG, contemplando a participação da comunidade escolar; implantar o NeG e promover as condições necessárias ao seu funcionamento e desenvolvimento de suas ações; elaborar Plano de Trabalho Anual do NeG e garantir a sua inserção no Planejamento Anual, no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão; buscar construir um acervo especializado em gênero, no âmbito de sua biblioteca; disponibilizar espaço físico adequado em horário diurno, para as ações do NeG; indicar um (a) educador/educadora responsável pela articulação entre as partes; participar efetivamente do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, garantindo a inscrição de trabalhos do corpo docente e discente (PERNAMBUCO, 2022b).

Dentro dessa perspectiva, é determinado que compete a SecMulher-PE: implantar os NeGs nas escolas e instituições de ensino participantes; prestar assessoria técnica para elaboração do projeto e plano anual de trabalho dos NeGs; acompanhar e participar das atividades dos NeGs; ofertar formação na temática de gênero, raça e etnia para docentes integrantes dos NeGs; estimular a produção científica crítica às desigualdades de gênero no âmbito das instituições privadas de Ensino Superior; oferecer publicações produzidas pela própria Secretaria, diretamente relacionadas às questões de gênero; realizar, através da Gerência de Formação em Gênero da SecMulher-PE, encontros sistemáticos de formação para professores e professoras que coordenam os Núcleos e equipes gestoras das EREMs, ETEs, EREFs e EREFEMs (PERNAMBUCO, 2022a).

Segundo a SEE, compete à Assessoria Técnica da SUPED/SEIP/Secretaria de Educação: incentivar e fortalecer as ações dos NeGs; articular e apoiar a criação e/ou reativação; monitorar e fortalecer o funcionamento de NeGs nas Escolas da Rede Estadual; promover projetos interventivos e pedagógicos na escola relacionados à questão de gênero; participar e incentivar a presença de docentes e discentes; incentivar a participação anual das escolas no Prêmio Naíde Teodósio e outros eventos correlatos; participar da Câmara Técnica do Pacto pela Vida da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (PERNAMBUCO, 2022a).

Segundo a SecMulher-PE (PERNAMBUCO, 2022b), os NeGs obtiveram reconhecimento na produção de conhecimento das temáticas de gênero do Estado de

Pernambuco, recebendo prêmios por trabalhos realizados por docentes e discentes em escolas regulares e em Instituições de Ensino Superior (IES).

Costa (2021) aponta que o NeG é a mais importante política no estado para a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade nas escolas, bem como na perspectiva de formação para docentes. O autor nos aponta mais um dado em sua pesquisa, quando identifica que, mesmo em 2020, com o início da pandemia da Covid-19 e o fechamento de escolas, houve um aumento no número de núcleos, bem como o funcionamento de alguns destes, mesmo que de forma remota (COSTA, 2021).

Como resultados, no Anuário 2021- 2022, a SecMulher informa somente que na comemoração dos 10 anos da criação dos NeGs, realizou fóruns, ações e campanhas, não deixando claro se algum núcleo foi formado no período. Como desafios para o ano de 2023, a Secretaria lista a viabilização de recursos para garantir as formações continuadas com os NeGs, denotando que a referida ação ainda não acontece.

Costa (2021) refere que a implantação dos NeGs acontece, em larga medida, pela iniciativa de docentes sensíveis às questões relativas à violência de gênero e de orientação sexual existentes na escola. O autor ressalta que, por conta da falta de oferta, por parte da SecMulher e da SEE, de formação específica inicial e continuada para a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade em sala de aula, esses docentes buscam apoio junto à gestão e à coordenação da escola para seguir com o projeto de implantação dos NeGs, muitas vezes encontrando barreiras de cunho religioso e atitudinal que o inviabiliza (COSTA, 2021). Sem esse apoio, segundo Jacob (2017), haverá uma dificuldade em estruturar o trabalho no NeG dentro da dinâmica da escola.

Jacob (2017) aponta que essas lacunas na formação interferem na prática pedagógica do docente, vulnerabilizando sua preparação para lidar com temáticas que exigem conhecimentos específicos, elaboração de um planejamento pedagógico e de planos de aula, fazendo com que, muitas vezes, o docente acabe projetando sua visão de mundo no seu trabalho.

Costa (2021) através de sua pesquisa, aponta que não há um perfil específico, nem uma formação prévia para que o docente assuma essa função dentro do NeG. Haveria uma afinidade e/ou a sensibilidade por parte da(o) docente para a temática, já que essa tarefa vai além de suas atribuições em sala de aula e só ele participa dos

encontros junto à SecMulher-PE (COSTA, 2021). Santos (2017) relata que não há uma padronização entre os NeGs, o que influencia nos resultados esperados.

O que há é a necessidade de participação de toda a comunidade escolar para a longevidade do NeG, visto que, Costa (2021), em sua pesquisa nos alerta para a identificação de mudanças comportamentais dos envolvidos. Mudanças nas relações entre todos dentro e fora da escola, de postura e de compreensão sobre as questões e discussões de gênero e sexualidade na escola por parte da gestão e coordenação.

Mesmo com a existência dessas demandas desafiadoras, revela-se também a presença de pontos positivos no projeto. Jacob (2017) aponta a prática reflexiva, progressista e problematizadora como possibilidade capaz de viabilizar mudanças significativas nas tensões, nos conflitos e nas relações de poder existentes, ampliando a perspectiva de compreensão e enfrentamento de fenômenos como LGBTfobia, machismo e misoginia. Tais aspectos torna nítida a existência de resultados efetivos nesse projeto, que não podem ser mensurados, uma vez que não há um processo de avaliação das ações desenvolvidas nos núcleos, mas, tão somente, um acompanhamento por parte das duas secretarias (COSTA, 2021).

Entendemos que a parceria entre a SecMulher-PE e a SEE desenvolve uma política de resistência frente à conjuntura política brasileira que se apresenta desde o ano 2016, em que vários projetos de cunho conservador são colocados em pauta na educação brasileira, nas instâncias federal, estadual e municipal, impedindo a discussão da temática de gênero nas escolas. Um contraponto bastante significativo quando observamos que na esfera estadual houve uma crescente construção de gestão escolar gerencialista, perspectiva que se aproxima demasiadamente da esfera política neoliberal. Uma perspectiva gerencial que prima pelos índices de resultado e pela premiação dos melhores.

Costa (2021) complementa apontando o protagonismo de Pernambuco como Estado que inovou nas ações que contribuem e favorecem a reflexão de docentes, gestoras(es), coordenadoras(es), estudantes e suas famílias quanto às temáticas de gênero e sexualidade. Um foco de resistência que, no último ano de 2023, com uma mudança de gestão que quebrou uma hegemonia de 15 anos de governança do PSB, vem enfrentando um momento de incertezas e desafios.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico escolhido para uma pesquisa é considerado a espinha dorsal de qualquer trabalho científico. É a partir dessa escolha que se torna possível alcançar a resposta que atenda aos objetivos almejados ou programados em sua construção, produzindo assim um conhecimento novo ou sistematizando do que se sabe a respeito de um determinado assunto ou área.

Por tratar-se de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE, na linha de pesquisa Políticas Educacionais, Planejamento e Gestão da Educação, tendo em vista a relevância do tema tratado, o processo de delimitação da temática foi realizado através do mapeamento de produções acadêmicas sobre um assunto em um espaço-tempo que torne possível a identificação de elementos, fornecendo subsídios para a construção de uma análise qualificada sobre a questão problema.

Dentro dessa perspectiva, o estudo em tela é caracterizado como uma pesquisa de natureza qualitativa descritiva exploratória, ou seja, busca interpretar, compreender e descrever um fenômeno que se observa, sendo uma das principais escolhas para a análise de políticas públicas.

Esse intento foi conduzido por meio de uma revisão integrativa da literatura, uma análise documental e uma pesquisa de campo, tendo como instrumentos de coleta de dados empíricos os documentos que regem a política e a entrevista semiestruturada com os atores elencados. A revisão integrativa da literatura foi realizada na plataforma Google acadêmico, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (BDTD/UFPE), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Dissertações e Teses da Capes. Culminou na construção de uma Matriz de Síntese, cuja análise narrativa apresenta o estado da arte da temática em tela, assim como identifica lacunas de conhecimento que poderão ser respondidas por futuras pesquisas.

A análise documental utiliza o documento como objeto de estudo e, segundo Lima Junior et al (2021), busca identificar informações factuais e os sentidos simbólicos nos documentos a partir uma variedade de instrumentos para a construção e análise de dados. Estes instrumentos variam desde um passo a passo feito manualmente até o uso de um softwares de análise de dados. Portanto, a análise

documental é semelhante à fase de tratamento das mensagens da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), através da codificação, categorização, das inferências e interpretações.

O *corpus* da pesquisa foi composto pelos documentos que regem a política analisada, mais especificamente, o “Termo de Cooperação Técnica nº013/2011, entre a SecMulher-PE e a SEE, por meio da Secretaria de Educação Integral e Profissional”; o “Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica Operacional SecMulher-PE Nº. 03/2016”; o Protocolo de Intenções Nº 04/2021 que celebra parceria entre as Secretarias de Educação e Esporte, a Secretaria da Mulher e a Escola de Referência em Ensino Médio, que deseja participar da política”; os “objetivos e atribuições dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento à violência contra a Mulher”; o anuário 2020 – 2021 da SecMulher-PE e a proposta de currículo de Pernambuco para o Ensino Médio - 2021, a fim de realizar uma análise comparativa acerca das concepções teóricas de gênero, educação e saúde presentes nesses documentos, assim como situar a análise em um contexto sociopolítico que vislumbre a mudança de gestão gerada em 2023. A proposta curricular para Ensino Médio – 2021 foi elencada por ser a proposta que, atualmente, está em vigor na plataforma da Secretaria de Educação.

Quadro 1: Documentos Norteadores da Política

DOCUMENTOS
Termo de Cooperação Técnica nº013/2011 entre a SecMulher-PE e a SEE, por meio da Secretaria de Educação Integral e Profissional
Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica Operacional SecMulher-PE Nº. 03/2016
Protocolo de Intenções Nº 04/2021
Objetivos e atribuições dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher
Anuário 2020 – 2021 da SecMulher -PE
Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio

Fonte: A autora (2024)

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com um grupo de 4 professores (as) da Rede Estadual, que lecionam em 4 distintas Escolas Integrais e que atuam nos Núcleos de Gênero de forma ativa, e 2 representantes das duas Secretarias envolvidas no programa, que seriam a SEE e a SecMulher. A escolha das

escolas se deu em conjunto com a Secretaria de Educação, sendo elencados os 4 Núcleos mais atuantes do Estado, sendo eles:

Quadro 2: Escolas elencadas para as entrevistas

Núcleos de Gênero
EREM Silva Jardim do Recife Norte NEG Wilma Lessa
EREM Maria Cavalcanti Nunes de Petrolândia NEG Dandaras
EREM Pastor José Florêncio Rodrigues do Cabo de Santo Agostinho NEG Davinna Ayla
EREM Belo Jardim de Belo Jardim NEG Profa Galha Cristiane Bezerra Lopes
Gestão
Representante da SEE
Representante da SecMulher

Fonte: A autora (2024)

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos seguiram os seguintes passos: 1 - Revisão integrativa acerca da temática; 2 - Análise documental; 3 - Entrevistas semiestruturadas; 4 - Análise e interpretação dos dados obtidos segundo as 3 Etapas cronológicas da análise de conteúdo, segundo Laurence Bardin, que são: 1) pré – análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos resultados obtidos com o auxílio da fundamentação teórica adotada (BARDIN, 2011).

A análise dos dados empíricos utilizou como recurso o software livre IRAMUTEQ® que, ancorado no software R e na linguagem Python, viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais simples, como a lexicografia básica, até análises multivariadas, como classificação hierárquica descendente e análise pós-fatorial (CAMARGO e JUSTO, 2013). Nesse estudo, as análises utilizadas foram Estatísticas textuais, Análise Fatorial de Correspondência, Classificação Hierárquica Descendente, Análise de Similitude e Nuvens de Palavras. Foi desenvolvido por Pierre Ratinaud, no Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales da Universidade de Toulouse, licenciado por GNU GPL®, e disponibilizado na plataforma oficial do software (CAMARGO e JUSTO, 2013). Mais detalhes serão apresentados posteriormente.

3.1 A REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Foi realizada uma busca inicial na plataforma Google acadêmico para a sistematização do conhecimento científico acumulado sobre a temática, estabelecendo uma linha temática que pode guiar nossas leituras e a construção de nossa dissertação. Para tanto, utilizamos os descritores: Educação em Saúde and educação and Gênero and “núcleo de gênero”, estabelecendo, como estratégia de busca por publicações, um limite inferior de 5 anos e um limite superior estabelecido pela data da pesquisa na base de dados.

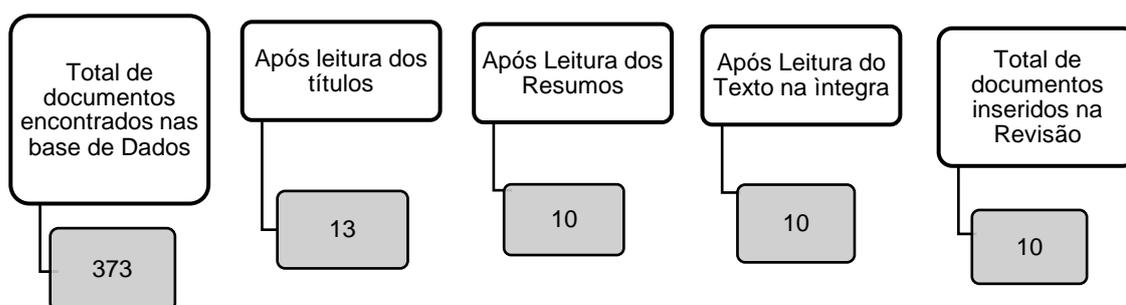
A escolha pela plataforma Google acadêmico se deu pela ausência de achados nas pesquisas em revistas indexadas nas bases de dados Scielo, BVS, na data da pesquisa, utilizando esses descritores. Os resultados encontrados nos apresentaram um panorama de ausência de discussões que investiguem a política aqui pretendida. Em um universo de 373 resultados apresentados pela plataforma, apenas 10 trabalhos investigam núcleos de gênero.

A seleção dos achados foi determinada seguindo rigorosamente e sistematicamente as etapas para a realização de uma revisão integrativa da literatura, usando critérios de inclusão e exclusão estabelecidos previamente:

Critérios de exclusão: artigos repetidos; livros; resumos e títulos que não se refiram ao tema; textos que não especifiquem sua metodologia.

Critérios de inclusão: String utilizado; disponíveis na íntegra; que tratem sobre “núcleos de gênero” e educação.

Fluxograma 1 – Etapas da análise da amostra 01



Fonte: A autora (2023)

Para seguir esse percurso metodológico, foi realizada uma busca por teses e dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal

de Pernambuco (BDTD/UFPE), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Dissertações e Teses da Capes, a fim de selecionar trabalhos acadêmicos que, porventura, já tenham tratado da temática escolhida.

A escolha por esses bancos de dados se justifica pela possibilidade de visualizar a discussão da temática dentro dos programas de Pós-graduação, identificando o interesse da academia pela temática, assim como, a leitura\abordagem dada ao tema proposto.

Como estratégia para alcançar o máximo de publicações possíveis na busca desses artigos científicos, não foi estabelecido limite inferior para a data de publicação dos artigos. O limite superior foi estabelecido pela data da pesquisa em cada base de dados, usando, para isso, os descritores “núcleo de gênero”; “núcleos de gênero”; "núcleo de estudo de gênero", em três pesquisas distintas, assim como figura a tabela a seguir:

Tabela 1 - Etapas da análise da amostra 02

Fonte	“núcleo de gênero”	“núcleos de gênero”	"núcleo de estudo de gênero"
ATTENA	45	45	113
BDTD	12	12	30
Catálogo CAPES	24	2	0

Fonte: A autora (2023)

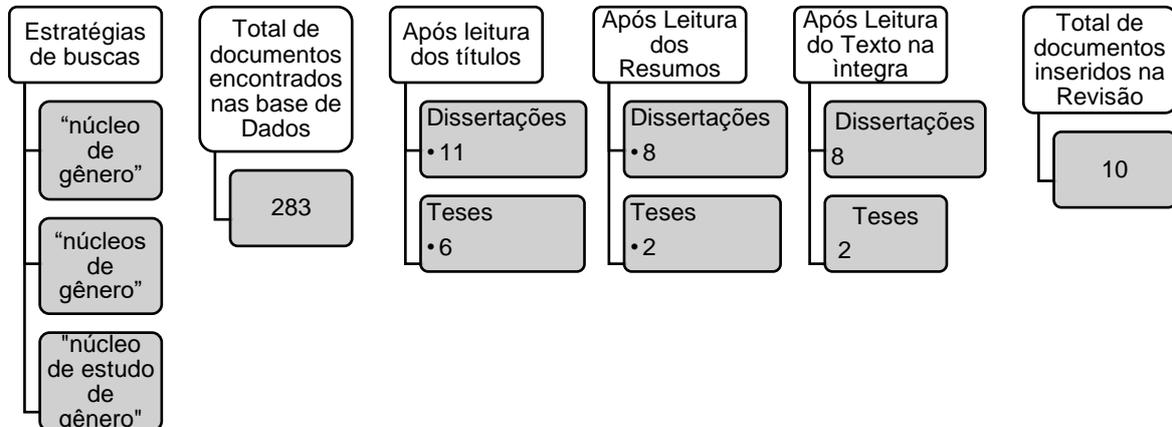
A escolha por um único descritor se dá pela especificidade do tema tratado. Não nos interessa encontrar discussões acerca de qualquer política de Educação e Gênero, mas objetivamos mapear dissertações e teses que tratassem exatamente da política pretendida, ou seja, os Núcleos de estudo de gênero. Assim, entendendo se existem experiências semelhantes em outras realidades brasileiras.

Assim procedendo, nas 9 pesquisas realizadas foram encontrados 283 documentos. A seleção dos documentos foi determinada seguindo rigorosamente e sistematicamente as etapas para a realização de uma revisão integrativa da literatura, usando critérios de inclusão e exclusão estabelecidos a priori, que seriam:

Critérios de Exclusão: documentos repetidos; documentos cujo resumo e conteúdo não contemplem o tema; documentos que não especifiquem a sua metodologia.

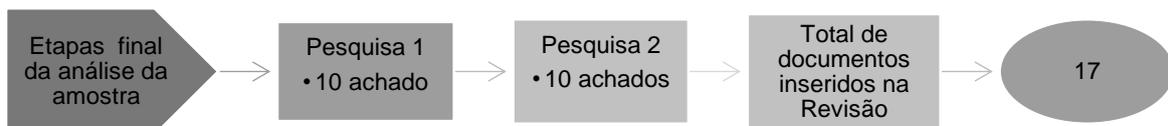
Critérios de Inclusão: estar disponível nas plataformas escolhidas; possuir o descritor em seu título ou no corpo do trabalho; ser uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado defendida em universidade credenciada no MEC, não havendo restrição quanto ao programa; disponível na íntegra.

Fluxograma 02 - - Etapas da análise da amostra 02



Fonte: A autora (2023)

Fluxograma 3: Etapa final de análise das Amostras



Fonte: A autora (2023)

Após todas as etapas de análise, tratamento e elegibilidade dos dados, e a verificação dos documentos em repetição, os documentos selecionados foram organizados num quadro contendo as suas principais informações: Revista, Universidade, programa, título, autor e ano, para posterior análise.

Quadro 3: Matriz de Síntese

Continua

	Título	Ano	Autor	Fonte	
1	Diagnóstico de Ações de Diversidade de Gênero Via Plataformas Digitais	2021	Ribeiro et al	Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências - Volume 2. Campina Grande: Realize Editora.	Artigo
2	Mapeamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Profissional e Tecnológica: as políticas de diálogos inclusão nos Institutos Federais	2021	Nogueira, Cavalcante e Cavalcante.	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica.	Artigo
3	Núcleos de Atendimento no Ifsul – Câmpus Pelotas: Uma reflexão sobre as Políticas Educacionais voltadas à diversidade acadêmica	2020	Boeira e Araújo	RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade	Artigo
4	Cotidianos Escolares, Acontecimentos e Mobilizações Pedagógicas vinculados ao Núcleo De Gênero e Diversidade Sexual	2020	Goettems	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências; Pós-graduação em Educação nas Ciências.	Tese
5	GÊNERO E EDUCAÇÃO ESCOLAR: uma análise das políticas públicas no município de São Luís – MA (2003 – 2014)	2019	Pinheiro	Universidade Federal Fluminense, Niterói. Faculdade de Educação – FEUFF Programa de Pós-Graduação Educação – PPG EDUC	Tese
6	Entre o silenciamento naturalizado e o eco escolar da comunidade LGBTQ+: a emergência da existência/resistência do NUGED – IFSUL	2019	Alves	Universidade Federal de Pelotas; Faculdade de Letras; Programa de Pós-Graduação em Letras.	Tese

Quadro 3: Matriz de síntese

Continua

7	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja (IFFar-SB): ações e contributos para a formação de adultos.	2019	Pinheiro	Instituto Politécnico do Porto. Escola Superior de Educação. Mestrado em Educação: Especialização em educação e formação de adultos.	Dissertação
8	Avaliação do Processo de Implementação de Políticas Inclusivas com recorte Étnico-Racial e de Gênero e Sexualidade no Instituto Federal de Pernambuco – IFPE	2021	Santos	Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Recife.	Dissertação
9	Ativismo Institucional nas Políticas Públicas para Educação em Gênero e Sexualidade no Distrito Federal.	2021	Domingos	Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação - Modalidade Profissional.	Dissertação
10	O núcleo de gênero e diversidade e a população LGBTQIA+: rupturas, avanços e tensões no cotidiano de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	2020	Lima Júnior	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Olinda; Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica; Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.	Dissertação
11	E se te contassem outra História: gênero e feminismo no ensino de História	2018	Façanha	Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Departamento de História; Programa de Pós-Graduação em Ensino de História.	Dissertação

Quadro 3: Matriz de síntese

Conclusão

12	Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais”: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco	2017	Jacob	Universidade Federal de Pernambuco; Centro de Artes e Comunicação; Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos.	Dissertação
13	Núcleos de Gênero e Diversidade (NUGEDs) do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL) em Pelotas-RS: Uma Análise Sobre a Perspectiva da Educação em DH	2019	Grischke	Universidade Federal do Rio Grande - FURG; Faculdade de Direito – FADIR; Programa de Pós-Graduação em Direito; Mestrado em Direito e Justiça Social.	Dissertação
14	Gênero e Sexualidade na Escola: Em cena o estudo das Contribuições das Políticas para a Formação Docente no Ensino Médio, Os NeGs e Projeto Andanças em Pernambuco	2021	Costa	Universidade Federal Rural de Pernambuco; Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades; Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.	Dissertação
15	Núcleo de Gênero: um importante espaço para a produção de saberes e subjetividades?	2017	Azevedo	Universidade Federal Fluminense; Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior; Programa de Pós-graduação em Ensino – Mestrado em Ensino.	Dissertação
16	O discurso velado e a liberdade de expressão sobre religião e sexualidade na adolescência: a importância dos núcleos de estudos de gênero e sexualidade nas escolas de referência em ensino médio no Recife	2017	Santos	Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP; Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião.	Dissertação
17	Núcleo de Estudos Filosóficos sobre Gênero: uma experiência na Educação Básica	2020	Costa	Universidade Federal do Ceará; Instituto de Cultura e Arte; Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Mestrado Profissional em Filosofia	Dissertação

Fonte: A autora (2023)

Os achados puderam ser divididos em 5 grupos, observando sua metodologia e os seus objetivos gerais:

- ✓ Pesquisas que se utilizaram da **revisão bibliográfica**, buscando catalogar trabalhos que discutiam políticas de Gênero, como o artigo de Nogueira, Cavalcante e Cavalcante (2021), Boeira e Araújo (2020), a tese de Pinheiro (2019a), a dissertação de Santos (2021) e Domingos (2021);
- ✓ Pesquisas que buscaram analisar a **atuação do Núcleo de Gênero**, suas interfaces, sua consolidação, seus impasses, suas contribuições para a formação humana da comunidade escolar, como a tese de Alves (2019), de Goettems (2020), a dissertação de Lima Júnior (2021), de Pinheiro (2019), Jacob (2017), Grischke (2019) e Azevedo (2017), de Costas (2021) e de Santos (2017);
- ✓ Pesquisas que buscaram analisar a utilização de **recursos inovadores** para a promoção de atividades do Núcleo, como é o caso do artigo de Ribeiro et al (2021);
- ✓ Pesquisas que utilizaram a **pesquisa ação, o grupo focal ou a observação participante** como fonte de dados, a exemplo da tese de Goettems (2020), da dissertação de Costa (2020), Lima Junior (2020), de Façanha (2018), de Jacob (2017), de Grischke (2019) e Domingos (2021);
- ✓ Que realizaram a **análise das políticas públicas de gênero** em âmbito municipal, institucional e Estadual, entendendo de que forma elas foram operacionalizadas, como essas políticas se consolidaram, quais suas influências políticas e ideológicas, a exemplo da tese de Pinheiro (2019a), do artigo de Boeira e Araújo (2020), da dissertação de Domingos (2021), Santos (2021) e Costa (2021).

Quanto à metodologia empregada nas pesquisas selecionadas, foi observada a predominância de pesquisas qualitativas utilizando-se de entrevistas, revisão bibliográfica e documental, empregando a análise do ciclo de políticas públicas, a análise de discurso, de conteúdo ou análises estatísticas dos dados.

➤ **Origem Institucional das Publicações de Teses e Dissertações:**

A partir do levantamento realizado, foi possível identificar que 12 Instituições tem se debruçado sobre a temática, sendo 10 com produção de apenas 1 trabalho, tais como: Universidade Federal do Ceará - UFC; Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP; Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE; Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Universidade Federal do Rio Grande

do Norte - UFRN; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE; Universidade Federal de Pelotas - UFPEL; Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ; Instituto Politécnico do Porto – P.PORT e a Universidade de Brasília – UNB. Apenas 2 Universidades com produção de 2 trabalhos, sendo elas: Universidade Federal Fluminense – UFF e Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Constatou-se que o Estado de Pernambuco tem o maior número de publicações, possuindo 55% das publicações selecionadas, sendo duas delas na UFPE, uma dissertação no Centro de Artes e Comunicação – CAC e uma dissertação no Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH.

➤ **Programas das Teses e Dissertações:**

A tabela abaixo apresenta o nome dos Programas nos quais os trabalhos foram apresentados e defendidos:

Quadro 04: Programas da amostra

Programas
Programa de Educação Nas Ciências - UNIJUÍ
Programa de Pós-Graduação em Letras - UFPEL
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - IFPE
Programa De Pós-Graduação Em Ensino De História - UFRN
Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos - UFPE
Programa de Pós-Graduação em Direito - FURG
Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades - UFRPE
Programa de Pós-graduação em Ensino - UFF
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - UNICAP
Programa de Pós-Graduação em Filosofia - UFC
scola Superior de Educação – mestrado – P.Porto
Programa de Pós-Graduação em Educação – 2 trabalhos FEUFF e UNB
Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas - UFPE

Fonte: A autora (2022)

Diante dos dados apresentados é possível identificar que a temática faz parte do arcabouço teórico de diversos programas na Área de Educação, Filosofia e Direitos Humanos.

Quanto ao ano de publicação, identificamos uma maior produção em 2021, sendo três dissertações e dois artigos científicos. Do total dos achados, seis dissertações foram defendidas no Estado de Pernambuco e uma em Portugal.

Gráfico 01: Anos de publicação da amostra



Fonte: A autora (2022)

Na sequência, apresentamos os principais resultados dos trabalhos que compõem a amostra selecionada.

A **tese de Goettems (2020)**, intitulada: “Cotidianos Escolares, Acontecimentos e Mobilizações Pedagógicas Vinculados ao Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual”, envolve uma aproximação com o referido NUGEDIS, entre os anos de 2015 e 2018, com o intuito de compreender sua atuação junto à temática de gênero e as demandas espontâneas da comunidade escolar. Utilizou-se, para isso, uma metodologia de abordagem qualitativa a partir da exploração do Método S-IVAM e de um diário de bordo. Apresenta o Nugedis, acompanha suas atividades e conclui que ele cumpre seu papel pautado na escuta, ação e reflexão, acolhendo os acontecimentos do cotidiano escolar com diálogos interdisciplinares e atuação multiprofissional, construindo uma cultura de respeito e diversidade. Nessa tese, fica marcado que o trabalho do Núcleo de gênero acolhe as mulheres, mas também reconhece a posição identitária homossexual, as performatividades e as identidades plurais, o que se

destaca no trabalho da instituição estudada, tratando-se de dado muito importante. O estudo deu bastante destaque ao trabalho do Núcleo e suas ações pedagógicas, e utiliza um diário de campo para embasar suas conclusões. Utilizou como base para a análise de discurso um vídeo, produzido junto ao Núcleo e aos estudantes, com a temática focada nas lutas femininas. Esses recursos metodológicos nos pareceram bastante inovadores.

A **tese de Alves (2019)**, intitulada: “Entre o silenciamento naturalizado e o eco escolar da comunidade LGBTQ+: a emergência da existência/resistência do NUGED – IFSUL”, objetivou investigar/compreender os efeitos de sentido produzidos pela fala de 3 integrantes do IFSul - Campus Pelotas - a respeito do NUGED. Para tanto, utilizou-se de entrevistas narrativas através das ferramentas de análise de Wortham. Como Conclusão, a pesquisa identificou que, apesar das falas discriminatórias, o NUGED traz, através de seu trabalho, desconforto de comportamentos e a visibilização da comunidade LGBTQIA+ que retira esse indivíduo de uma condição não-política, de não-direito para uma condição de sujeito político que ocupa um lugar de fala, legítimo e de direito. Nessa tese fica marcado, desde o título, que o foco do estudo passa pelas identidades plurais, pela performatividade e pela identidade não normativa, ficando fora de análise as questões acerca da violência contra a mulher, do feminismo e outras vertentes de discussão. Para embasar sua análise narrativa, realizou 3 entrevistas com 3 vozes elencadas em três segmentos da comunidade escolar para tratar sobre representatividade, preconceito e violência. Ambos os dados nos pareceram significantes e colocam luz em nossas escolhas metodológicas.

A **tese de Pinheiro (2019a)**, intitulada: “Gênero e Educação Escolar: uma análise das políticas públicas no município de São Luís – MA (2003 – 2014)”, objetivou entender de que forma, no período dos Governos Federais encabeçados pelo Partido dos trabalhadores (PT), as políticas públicas de gênero foram operacionalizadas pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís, por meio de seus instrumentos políticos e pedagógicos, na proposta curricular do Ensino Fundamental menor. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas semiestruturadas, chegaram à conclusão de que a discussão de gênero se mostra de forma tímida e superficial, na organização dos referenciais legais curriculares municipais e nos referenciais curriculares da SEMED, onde se apresenta diluída na proposta de uma educação inclusiva. Verificamos a discussão de duas categorias de análise: políticas públicas e gênero, com seus devidos marcos legais e historiografia. As ações da

Secretaria Municipal foram analisadas e, dentre elas, a criação de um núcleo de gênero na instituição, mas com foco na operacionalização dessas ações e na influência de grupos de poder, mesmo realizando discussões bastante pertinentes. É possível verificar que, nas entrevistas, a voz dos estudantes não foi elencada nesse estudo. As entrevistas realizadas foram com profissionais que participaram da elaboração de políticas de gênero, vozes que a autora considerou de grande importância na elaboração das políticas.

A **dissertação de Lima Júnior (2020)**, intitulada: “O núcleo de gênero e diversidade e a população LGBTQIA+: rupturas, avanços e tensões no cotidiano de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia”, objetivou, através de conceitos marxianos, multiculturalistas e pós-estruturalistas, compreender a atuação do NEGED da Instituição e seu papel de acolhimento à diversidade. Como resultado, apresentou um Produto elaborado pelo pesquisador, intitulado “Guia de acolhimento às pessoas LGBTQIA+”, além das análises feitas acerca do clima de tensão existente dentro da instituição sobre o papel do NEGED, mesmo com os resultados apresentados junto à comunidade escolar. O estudo da centralidade às orientações sexuais e identidades de gênero não hegemônicas à luz da teoria *Queer*, deixando de fora da análise as questões sobre as lutas femininas e a violência contra a mulher, temática da nossa pesquisa.

A **dissertação de Façanha (2018)**, intitulada: “E se te contassem outra História: gênero e feminismo no ensino de História”, através de uma pesquisa etnográfica e a observação participante da criação e desenvolvimento das atividades do NUGEP durante o período de um ano, verificou a capacidade do núcleo de tensionamento do debate de gênero, não só na disciplina de História, mas em toda a escola, o que resultou em uma busca pela valorização da diversidade. O estudo trata as relações de gênero a partir dos estudos feministas e em uma perspectiva pós-estruturalista, dando uma boa contribuição para a discussão acerca de uma educação feminista e democrática, analisando avanços e retrocessos na seara educacional.

A **dissertação de Jacob (2017)**, intitulada: “Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco”, utilizando-se da observação não-participante e entrevistas semiestruturadas com 2 professoras da escola e a gestora, observou as práticas pedagógicas de um Núcleo de Gênero, constatando que, apesar das lacunas na formação docente, o Núcleo cumpre seu papel de

problematização e acolhimento. O Estudo discorre sobre o nosso objeto de pesquisa, os NEG's, mas sua perspectiva passa pela teoria *Queer*. A pesquisa não deu voz aos estudantes participantes, assim como as secretarias envolvidas na política.

A **dissertação de Grischke (2019)**, intitulada: “Núcleos de Gênero e Diversidade (NUGEDs) do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL) em Pelotas-RS: Uma Análise Sobre a Perspectiva da Educação em Direitos Humanos”, teve como objetivo discutir as potencialidades, os limites e desafios da atuação do NUGEDs como espaço de educação em direitos humanos. Realizou uma análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas, entendendo, por fim, que a pesquisa é um ponto de partida para problematização da discussão. O estudo busca compreender o universo escolhido através do olhar da Educação em Direitos Humanos, mas utilizando como lente a performatividade de gênero, a teoria *Queer*, a desestabilização do conceito de identidades fixas, estudos de entrecruzamentos de categorias identitárias e estudos sobre as masculinidades. As abordagens não configuram nosso arcabouço teórico, mas avoluma a discussão quando faz os entrecruzamentos de categorias como gêneros, sexualidades, raças e classes sociais.

A **dissertação de Costa (2021)**, intitulada: “Gênero e Sexualidade na Escola: Em Cena o Estudo das Contribuições das Políticas para a Formação Docente no Ensino Médio, os Núcleos de Gênero e Projeto Andanças em Pernambuco”, objetivou analisar os Núcleos de gênero, assim como o projeto Andanças e duas escolas da Região Metropolitana do Recife, através de uma análise documental e entrevistas. Chega à conclusão de que os Núcleos possuem um importante papel, mas seu trabalho apresenta retrocessos e impedimentos, julgando tratar-se apenas de uma política de governo. O estudo se propõe a entender 3 políticas da Secretaria de Educação do Estado de PE, se aproximando da nossa discussão, mas realiza uma análise na perspectiva da formação docente, o quanto esses se sentem preparados para fundamentar a discussão de gênero dentro das instâncias educacionais as quais estão ligados e o quanto estão familiarizados com as políticas estudadas pela autora.

A **dissertação de Azevedo (2017)**, intitulada: “Núcleo de Gênero: um importante espaço para a produção de saberes e subjetividades?”, discutiu como o desenvolvimento das ações de um Núcleo de gênero, em uma escola profissionalizante, interfere nas estruturas institucionais na direção de mudanças, como forma de subverter a ordem hegemônica, acolhendo as mulheres que decidem por um curso predominantemente masculino. Finaliza concluindo que o Núcleo,

apesar de abrir o debate sobre gênero, restringe as escolhas temáticas e o perfil de participantes mulher/pobre/territorializada/desempoderada. Através do olhar de autoras feministas e do pós-estruturalismo, a autora tenta discutir sobre as estruturas de poder que cercam o “ser mulher”, dentro de um Núcleo de gênero. Ela identifica uma limitação das análises realizadas por outras teorias, quando se deseja relacionar raça/sexo/gênero/classe, e constrói uma discussão que nos pareceu muito rica.

A **dissertação de Santos (2017)**, intitulada: “O discurso velado e a liberdade de expressão sobre religião e sexualidade na adolescência: a importância dos núcleos de estudos de gênero e sexualidade nas escolas de referência em ensino médio no Recife”, traz uma abordagem qualitativa e etnográfica a partir de grupos focais em três núcleos de gênero de 3 escolas da região metropolitana do Recife e uma análise documental, analisando a relação entre liberdade religiosa e liberdade sexual, tendo como base as atividades e os participantes do núcleo. Conclui que a esfera religiosa se tornou um obstáculo para a discussão de gênero, entendendo que onde uma das duas liberdades se sobressai, a outra é castrada. A discussão mostra que o espaço público da laicidade vem sendo questionado a muito tempo por instâncias religiosas, por isso o autor fundamenta que a liberdade religiosa e a liberdade sexual são instâncias antagônicas, dentro ou fora da seara educacional, sendo um fator de intrincamento para realização de políticas de gênero. Discussão muito importante, que enriquece nosso entendimento sobre a temática.

A **dissertação de Costa (2020)**, intitulada: “Núcleo de Estudos Filosóficos sobre Gênero: uma experiência na Educação Básica”, desenvolveu uma pesquisa-ação através da criação de um Núcleo de gênero em uma escola de ensino médio, acompanhando as atividades no período entre 2018 e 2019, buscando compreender como esse espaço de discussão ganhou significado para os estudantes em suas reflexões e mudanças de atitude. Por fim, analisou o impacto externo do núcleo, com o desenvolvimento de projetos de iniciação científica acerca da temática, em nível de ensino médio. A dissertação realiza o debate de gênero com base no olhar da filosofia, o que não nos distancia, necessariamente, da discussão proposta, mas afunila o papel da escola para olhar uma única disciplina. Ela traz Michel Foucault, Simone de Beauvoir e Judith Butler para pensar sexualidade, a construção dos papéis de gênero e a performatividade, com leituras junto ao grupo. Essa é a principal ação do núcleo, o que tornou a discussão mais sobre didática e menos sobre políticas públicas.

A **dissertação de Pinheiro (2019)**, intitulada: “O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) do Instituto Federal Farroupilha – campus São Borja (IFFar-SB): ações e contributos para a formação de adultos”, teve o objetivo de analisar as contribuições das ações do NUGEDIS nas representações e percepções dos estudantes de um curso Técnico para adultos sobre questões de gênero. Como ferramenta metodológica, utilizou o estudo de caso, os questionários com questões fechadas de múltipla escolha e em escala Likert e a análise documental, interpretando os dados à luz das teorias pós-críticas. A autora estabeleceu como categoria de análises o feminismo e o gênero. Feminismo como luta e gênero como posição política e social, aprofundou mais a discussão. A escolha pelos questionários elaborados na plataforma Google Forms® possibilitou que a ferramenta já categorizasse as respostas em uma planilha de Excel. Embora longo, a possibilidade de obter dados nesse formato é importante, levando em consideração que o número de entrevistados é grande. Ao final, a autora conseguiu mapear as ações do núcleo, as percepções dos estudantes e as mudanças comportamentais que eles disseram vivenciar. Trabalho de significativa qualidade do ponto de vista da sua abordagem e dos resultados

A **dissertação de Santos (2021)**, intitulada: “Avaliação do Processo de Implementação de Políticas Inclusivas com Recorte Étnico-Racial e de Gênero e Sexualidade no Instituto Federal de Pernambuco – IFPE”, objetivou avaliar a implementação de políticas de inclusão com recorte étnico-racial e de gênero e sexualidade nos IFPEs, buscando entender se essas políticas seguem os preceitos dos direitos humanos e as normativas institucionais. Através de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas com servidores de 3 IFs, o autor colheu informações que as interpretou usando aspectos conceituais do ciclo de políticas públicas e a técnica de análise de conteúdo de Bardin para suas conclusões. Os resultados demonstraram que não existe padronização nessas implementações, ficando sob a responsabilidade do implementador as decisões acerca dos processos, de maneira informal, gerando uma série de dificuldades. O foco desse trabalho foi especificamente o processo de implementação de todas as políticas de inclusão das 3 instituições e na atuação do agente implementador, não havendo espaço para a voz de quem acessa a política. Embora trate de direitos humanos, o projeto não se propôs a discutir especificamente a nossa temática, mas coloca luz na discussão acerca do ciclo de políticas públicas.

A **dissertação de Domingos (2021)**, intitulada: “Ativismo Institucional nas Políticas Públicas para Educação em Gênero e Sexualidade no Distrito Federal”, objetivou compreender a construção das políticas públicas de educação para diversidade de gênero e sexualidade no Distrito Federal, no período de 2011 a 2020, como ocorre o ativismo institucional e como é afetado pelas mobilizações dos movimentos anti-igualitários, mudanças político-institucionais e interferências da chefia do Executivo distrital. Para isso, realizou revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação de um curso de formação continuada da EAPE e entrevistas narrativas com seis professores, concluindo que esses movimentos anti-igualitários impuseram obstáculos de diferentes naturezas para a coordenação da ação pública para educação em gênero e sexualidade e para o ativismo institucional na SEEDF. A análise dos dados foi através da perspectiva da triangulação das fontes, que cruza todos os achados da pesquisa e as entrevistas através da análise textual discursiva. A pesquisa escolheu, além das políticas públicas, o ativismo institucional como categoria de análise, conceito que passeia pelo entendimento de que existe um profundo entrelaçamento entre Estado e movimentos sociais, por meio de relações de cooperação e alianças entre os atores dos movimentos sociais e os burocratas que executam a política. É um novo entendimento que amplia nosso olhar para a compreensão do panorama que buscamos analisar, observando a prática ativista e o movimento de resistência aos retrocessos institucionais desses atores. O mesmo pode ser pensado quando levamos em consideração os atores estatais que levantam a bandeira dos movimentos anti-igualitários. Também podemos pontuar que a discussão de gênero passa pela perspectiva decolonial.

O **artigo de Ribeiro et al (2021)**, intitulado: “Diagnóstico de Ações de Diversidade de Gênero via Plataformas Digitais” objetivou analisar como a utilização das plataformas digitais utilizadas pelo NUGEDIS, durante a pandemia, atingem o público-alvo, especialmente os estudantes da instituição, bem como suas potencialidades e limitações, utilizando, para isso, um estudo bibliográfico e documental que analisou número de acessos e likes nos eventos do Núcleo e nas plataformas digitais, entendendo que tal medida obteve muito êxito, pois conseguiu muito mais adesão que nos encontros presenciais. O artigo é curto, mas podemos constatar que, embora na pandemia, a temática de gênero e os Núcleos de estudo de Gênero continuaram ativos e pertinentes.

O **artigo de Nogueira, Cavalcante e Cavalcante (2021)**, intitulado: “Mapeamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Profissional e Tecnológica: as políticas de diálogos inclusão nos Institutos Federais”, através de uma pesquisa bibliográfica no catálogo de teses e dissertações da Capes, no recorte temporal de 2010 a 2021, objetivou conhecer os núcleos de gênero existentes, assim como suas ações em prol das mulheres e da comunidade LGBTQIA+ no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Chegou à conclusão que seu trabalho tem relevância no contexto de discussão, mas não apresenta outros dados. O artigo contemplou apenas mestrados acadêmicos e profissionais realizados em Institutos Federais de Educação Tecnológica, o que reduziu drasticamente o material encontrado, já que existem trabalhos que analisam os Núcleos de gênero dessas instituições em Mestrados e Doutorados acadêmicos.

O **artigo de Boeira e Araújo (2020)**, intitulado: “Núcleos de Atendimento no IFSul – Câmpus Pelotas: Uma reflexão sobre as Políticas Educacionais voltadas à diversidade acadêmica”, teve como objetivo investigar as principais ações dos Núcleos de Atendimento – NAPNE, NEABI e NUGED - no IFSul - Câmpus Pelotas - voltadas para a consolidação das políticas afirmativas, através de uma pesquisa bibliográfica no catálogo de teses e dissertações da Capes, usando, para interpretação dos dados encontrados, as concepções que alicerçam o Ciclo de Políticas de Stephen Ball. O artigo é apenas uma parte da dissertação de mestrado que os autores buscam elaborar, portanto ainda não é conclusiva, mas já demonstra que não encontrou nenhum trabalho que falasse dos Núcleos de Gênero na referida Instituição.

Usando como parâmetro as pesquisas bibliográficas realizadas nas plataformas de pesquisa google acadêmico e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (BDTD/UFPE), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Dissertações e Teses da Capes, foi possível encontrar 17 documentos que compuseram a amostra analisada.

Os resultados iniciais apresentam um panorama de ausência de discussões que investiguem a política em foco, o que confirma a relevância da temática aqui abordada. Muito se discute sobre gênero, sexualidade, mas poucas pesquisas se propõem a discutir uma política semelhante aos NeGs que, porventura, existam na realidade das escolas públicas brasileiras.

Quanto à metodologia empregada nas pesquisas selecionadas, foi observada a predominância de pesquisas qualitativas utilizando-se de entrevistas narrativas, análise do ciclo de políticas públicas, análises documentais, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Apenas 3 dissertações observam o universo pernambucano, mais especificamente as dissertações de Santos (2017), Costa (2021) e Jacob (2017), que contribuíram de maneira importante para a nossa pesquisa. Quanto à análise documental, as dissertações de Costa (2021) e Grischke (2019) utilizam-se do recurso metodológico, mas nenhuma delas utiliza o método de análise de discurso para tal fim, deixando crer que existe uma lacuna investigativa que essa pesquisa poderá trazer respostas.

A dissertação de Costa (2021) se debruça sobre o conjunto de leis, decretos e políticas que normatizam a política de formação docente e as orientações para a prática pedagógica na temática de gênero, focando seu olhar para gestores e docentes. A dissertação de Grischke (2019) apresenta os principais regulamentos institucionais do IFSul, materiais e documentos curriculares e institucionais, voltando seu olhar para essa instituição, fazendo um recorte pontual em uma única instituição. As dissertações buscam entender se as políticas cumprem ou não o seu papel de problematização e acolhimento, mas não conseguem responder à indagação acerca da identificação das concepções de gênero, educação e saúde existentes em tais documentos, nem conseguem ampliar a discussão para além do debate de gênero e fazer conexões com a conjuntura política e social brasileira.

3.2 A PESQUISA DOCUMENTAL

Em um terceiro momento, foi realizada uma busca documental nas páginas da web do Governo do Estado de Pernambuco, da SEE e da SecMulher, em arquivos públicos e redes sociais, a fim de selecionar documentos que se refiram à política estadual “Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher” implementada pela SEE em parceria com a SecMulher-PE.

Vale ressaltar que a pesquisa documental aqui realizada possui uma abordagem qualitativa, buscando, selecionar, categorizar e analisar os documentos com o objetivo de buscar informações concretas que possibilitem a compreensão da realidade e dos fatos estudados.

Nessa pesquisa foram identificados 4 documentos que regem a política. São eles: “Termo de Cooperação Técnica nº013/2011 entre a SecMulher-PE e a SEE, por meio da Secretaria de Educação Integral e Profissional”; “Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica Operacional SecMulher-PE Nº. 03/2016”; Protocolo de Intenções Nº 04/2021, que celebra parceria entre as Secretarias de Educação e Esporte, a Secretaria da Mulher e a Escola de Referência em Ensino Médio, que deseja participar da política, e os “objetivos e atribuições dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento e Violência contra a Mulher”. Também foram selecionados para análise, o anuário 2020 – 2021 da SecMulher -PE, mais especificamente seu capítulo introdutório (pag. 19 a 23) e a proposta de currículo de Pernambuco para o ensino médio - 2021, mais especificamente, o capítulo 01, item 1.9, que trata dos temas transversais e integradores do currículo.

Quadro 5: Documentos Norteadores da Política

DOCUMENTOS
Termo de Cooperação Técnica nº013/2011 entre a SecMulher-PE e a SEE, por meio da Secretaria de Educação Integral e Profissional
Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica Operacional SecMulher-PE Nº. 03/2016
Protocolo de Intenções Nº 04/2021
Objetivos e atribuições dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher
Anuário 2020 – 2021 da SecMulher -PE
Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio

Fonte: A autora (2024)

3.3 AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Após a qualificação de nosso projeto, houve a iniciativa em realizar entrevistas semiestruturadas com os atores que participam da política. Para tanto, entramos em contato, continuamente, desde setembro de 2023, com as duas secretarias responsáveis pela coordenação conjunta dos NeGs, seja de forma presencial, por e-mail e por telefone, com 7 pessoas diferentes, tendo em vista as mudanças de gestão ocorridas ao longo do período, em ambas as secretarias. Isso dificultou a continuidade do processo de aproximação e negociação, considerando a reestruturação de toda a equipe em 2 momentos distintos na Secretaria de Educação e em 3 momentos distintos na Secretaria da mulher.

Na Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE), através da sua Secretaria Executiva de Ensino Médio e Profissional (SEMP), não obtivemos êxito no contato por e-mail da ouvidoria, e o contato por telefone foi iniciado por inúmeras vezes, no decorrer das mudanças de gestão, com três pessoas diferentes, sem que isso resultasse em uma continuidade no processo de autorização para a coleta de dados, por conta dos entraves apresentados pela última representante do setor. Documentos foram entregues, o projeto enviado e, apesar do esforço empregado, não obtivemos êxito até janeiro de 2024, quando conseguimos um retorno positivo para a apresentação do nosso projeto em uma reunião com a Superintendente Pedagógica de Educação Integral e Profissional em exercício. Após longa conversa, a promessa em autorizar nossa pesquisa foi firmada e recebemos nossa carta de anuência por e-mail, em 16/02/2024, para a entrevista com os professores, mas os entraves permaneceram para a entrevista com a Coordenação, que não foi autorizada até a data da entrega da dissertação.

Na Secretaria da Mulher, através da sua Gerência de Formação em Gênero (GEFG), onde se apresentou inicialmente um maior interesse em contribuir para a pesquisa, devido ao esvaziamento e mudanças significativas no quadro da secretaria, tivemos que reiniciar a aproximação e apresentação do projeto por 3 vezes, com equipes totalmente diferentes. Não obtivemos resposta por e-mail da ouvidoria e, mesmo estando em contato direto por telefone e até presencialmente em duas reuniões com agendamento prévio, os documentos entregues não foram assinados e não conseguimos a autorização para a coleta de dados até o dia 22/03/2024, quando finalmente nos foi enviado o documento. Nos foi disponibilizado, informalmente, o material para consulta que foi utilizado para análise. É possível entender essa recusa em dar andamento à autorização para coleta de dados junto aos Núcleos de gênero e seus atores como um sintoma que abre caminho para um importante diagnóstico.

3.3.1 Características e a escolha dos sujeitos da pesquisa

Definimos como amostra para as nossas entrevistas um grupo de 4 professores (as) da Rede Estadual que lecionam em 4 distintas Escolas Integrais e atuam

ativamente nos Núcleos de Gênero, e 1 representante das duas Secretarias envolvidas no programa, ou seja, a SecMulher⁷.

Como mencionado anteriormente, a escolha das escolas se deu de forma intencional, em conjunto com a Secretaria de Educação, em reunião realizada no dia 22/01/2024, com a Superintendente Pedagógica de Educação Integral e Profissional da Secretaria de Educação de PE, tendo como critério de inclusão ser uma escola em tempo integral, ter um Núcleo de gênero bem estruturado, alicerçado e atuante, e ter continuado ativo mesmo depois do período pandêmico. Listamos as 4 escolas elencadas no quadro a seguir:

Quadro 6: Locais elencados para as entrevistas

Núcleos de Gênero
EREM Silva Jardim do Recife Norte - NEG Wilma Lessa
EREM Maria Cavalcanti Nunes de Petrolândia - NEG Dandaras
EREM Pastor José Florêncio Rodrigues do Cabo de Santo Agostinho - NEG Davinna Ayla
EREM Belo Jardim de Belo Jardim - NEG Profa Galha Cristiane Bezerra Lopes
Gestão
Representante da SecMulher

Fonte: A autora (2024)

As entrevistas seguiram os aspectos éticos do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UFPE. Nessa perspectiva, buscou a anuência da Secretaria de Educação (Anexo 06) e da Secretaria da Mulher de PE (Anexo 5) e, com as duas devolutivas positivas, seguiu-se o contato com os sujeitos da pesquisa.

Os(as) professores(as) e os(as) Representantes das Secretarias foram contactados (as) e informados(as) sobre o planejamento, andamento e os detalhes gerais da pesquisa, seu direito ao anonimato, riscos e benefícios decorrentes da sua participação na pesquisa. Em seguida, foram convidados (as) a participar de uma entrevista semiestruturada e, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - realizou-se as entrevistas em momento único, de forma individualizada, com previsão máxima de 30 minutos para todo o processo,

⁷ É importante ressaltar que, até o fechamento desse projeto, não conseguimos realizar a entrevista com a Coordenação da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

presencialmente nas Escolas elencadas e de forma virtual, através das plataformas de videoconferência Google Meet (Google®), em horário pré determinado e acordado com os (as) entrevistados (as) e com a Gestão das escolas.

As entrevistas foram gravadas pela pesquisadora em aparelho celular smartphone modelo Galaxy M53 5G (Samsung®), de forma que os dados de áudio fossem devidamente nomeados, arquivados para posterior transcrição e análise.

Quadro 7: Dados gerais das entrevistas

Ordem da realização das entrevistas	Data, hora, local e recurso da entrevista	Instituição	Função do Entrevistado
1	Quarta Feira, 01 de maio de 2024, Início: 11:22 AM - Término: 11:35 AM Google Meet: link da videochamada: https://meet.google.com/yrh-rqcr-knb .	Secretaria de Educação de PE - EREM Silva Jardim - do Recife Norte - NEG Wilma Lessa	Professor
2	Quinta feira, 02 de maio de 2024, Início:02:30 PM - Término: 03:05 PM Google Meet: link da videochamada: https://meet.google.com/kce-asbr-jpw	Secretaria de Mulher de PE	Coordenador
3	Terça feira, 14 de maio de 2024, Início:09:32 AM - Término: 09:54 AM Google Meet: link da videochamada: https://meet.google.com/yrh-rqcr-knb .	Secretaria de Educação de PE - EREM Maria Cavalcanti Nunes – Petrolândia - NEG Dandaras de PE	Professor
4	terça feira, 07 de maio de 2024, Início: 03:12 PM - Término: 03: 45 PM Google Meet: link da videochamada: https://meet.google.com/yrh-rqcr-knb ,	Secretaria de Educação, EREM Belo Jardim - Belo Jardim - NEG Profa. Galha Cristiane Bezerra Lopes.	Professor
5	Sexta feira, 17 de maio de 2024 Início: 05:55 PM - Término: 06:25 PM Google Meet: link da videochamada: https://meet.google.com/yrh-rqcr-knb ,	Secretaria de Educação de PE - EREM Pastor José Florêncio Rodrigues - Cabo de Santo Agostinho - NEG Davinna Ayla	Professor

Fonte: A autora (2024)

Vale salientar que a escolha pelo modelo de entrevistas semi-estruturadas se deu pela sua natureza flexível, isto é, possui um roteiro único, pré-estabelecido, mas abre espaço para que a pesquisadora faça outras perguntas que ache pertinente, no momento da entrevista, para uma melhor abordagem da realidade estudada. Todas as questões foram elaboradas pela própria pesquisadora em rascunho preliminar, com perguntas iniciais alinhadas com os objetivos da pesquisa. Tal questionário foi submetido à análise e validação através de um pré-teste realizado em uma pequena amostra da população-alvo, a fim de verificar e corrigir possíveis erros encontrados durante o processo.

Questões Elaboradas para a entrevista semiestruturada

1. Entrevista com a Coordenação das Secretarias da Mulher e Educação e Esporte:

- Como acontece a formação de um NeG?
- Todos os NeGs fundados nesses 13 anos funcionam até hoje?
- Os NeGs realizam trabalhos parecidos ou cada um cria seus próprios projetos?
- Existe algum mecanismo que avalie o trabalho desenvolvido nesses NeGs?
- O trabalho com os NeGs sofreu algum impacto com a mudança da gestão do Governo Estadual?
- Eles correm algum perigo de serem descontinuados?
- O NeG contribui para a discussão de gênero dentro da escola?
- O trabalho do NeG tem relação com a Educação em Saúde e a atividade física?

Quadro 8 Organização das categorias de análise

Continua

ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS Entrevista com a Coordenadoria das Secretarias da Mulher, Educação e Esporte.
Categoria 01: Articulação da Política Pública
<ul style="list-style-type: none"> • Como acontece a formação de um NeG? • Todos os NeGs fundados nesses 13 anos funcionam até hoje? • Os NeGs realizam trabalhos parecidos ou cada um cria seus próprios projetos?

Quadro 8 Organização das categorias de análise

Conclusão

<p>Categoria 02: Estabelecer as relações existentes entre a implementação e a continuidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existe algum mecanismo que avalie o trabalho desenvolvido nesses NeGs? • O trabalho com os NeGs sofreu algum impacto com a mudança da gestão do Governo Estadual? • Eles correm algum perigo de serem descontinuados?
<p>Categoria 03: Dimensão conceitual e concepções.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O NeG contribui para a discussão de gênero dentro da escola? • O trabalho do NeG tem relação com Educação em Saúde e a atividade física?

Fonte: A autora (2024)

2. Entrevista com professor atuante no Núcleo de Gênero

- Como ocorre a formação do NeG nessa escola?
- Você recebe algum apoio na Escola para essas atividades? Os estudantes participam?
- Há algum apoio das secretarias de Educação e da Mulher na realização desse projeto? Como?
- Houve alguma alteração no projeto com a mudança de gestão do Governo Estadual?
- Em que você se apoia quando desenvolve um trabalho no NeG?
- O NeG contribui para a discussão de gênero dentro da escola?
- O trabalho do NeG tem relação com a Educação em Saúde e a atividade física?

Quadro 9: Organização das categorias de análise

Continua

<p>ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS Entrevista com Professor atuante no Núcleo de Gênero</p>
<p>Categoria 01: Articulação da Política Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como ocorre a formação do NeG nessa escola? • Você recebe algum apoio na Escola para essas atividades? Os estudantes participam?
<p>Categoria 02: Estabelecer as relações existentes entre a implementação e a continuidade</p>

Quadro 9: Organização das categorias de análise

Conclusão

- Há algum apoio das secretarias de Educação e da Mulher na realização desse projeto? Como?
- Houve alguma alteração no projeto com a mudança de gestão do Governo Estadual?

Categoria 03: Dimensão conceitual e concepções

- Em que você se apoia quando desenvolve um trabalho no NeG?
- O NeG contribui para a discussão de gênero dentro da escola?
- O trabalho do NeG tem relação com a Educação em Saúde e a atividade física?

Fonte: A autora (2024)

A ordem da coleta de dados foi por conveniência, entendendo que tanto a ordem das entrevistas quanto às questões e as categorias podem ser ajustadas ou alteradas ao longo do percurso da pesquisa, segundo os objetivos que se deseje alcançar.

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise realizada acerca da política NeGs se atém a dados subjetivos, sentidos simbólicos apreendidos na fala dos protagonistas sociais entrevistados e das entrelinhas do discurso contido nos documentos selecionados. Para isso, é preciso que o pesquisador utilize um instrumento de investigação que o afaste das conclusões óbvias e intuitivas acerca dos fatos sociais que investiga, um instrumento que contenha um rigor metodológico que possibilite essa análise crítica do conteúdo.

Face a esse objetivo, os dados coletados foram analisados utilizando-se as etapas da análise de conteúdo segundo Laurence Bardin (2011), a fim de captar esse sentido simbólico, essa mensagem e a realidade na qual se inserem as falas dos sujeitos e os documentos encontrados, contribuindo para seu desvendar crítico.

A análise de conteúdo é, segundo Bardin (2011), um conjunto de instrumentos metodológicos de análise das comunicações. Ela não se limita apenas a mensagem, mas, toma em consideração o seu “continente” e seus aspectos psicológicos, sociológicos, históricos, econômicos e tudo que poder contribuir para o desvelar do objetivo da pesquisa.

Tal análise, segundo a autora, se organiza em torno de três pólos cronológicos:

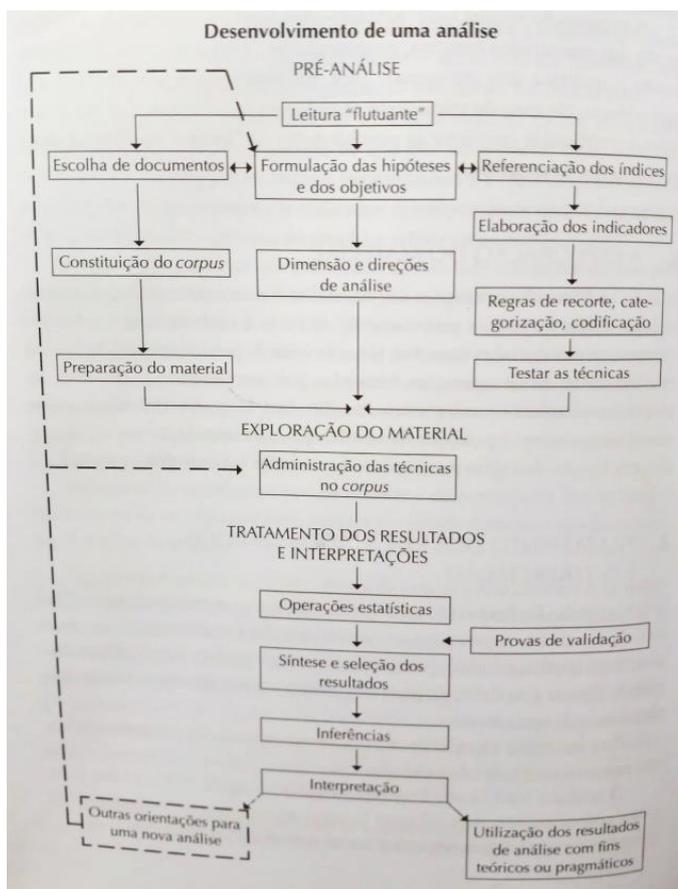
- 1) Pré-análise;
- 2) Exploração do material;
- 3) Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A Pré-análise consiste em uma fase de organização e elaboração do plano flexível de execução da análise. Através dos objetivos inicialmente traçados para o projeto, levantar procedimentos, selecionar documentos, fazer a escolha dos sujeitos da pesquisa, formular hipóteses, confirmar ou modificar objetivos e elaborar indicadores que auxiliarão na interpretação final (BARDIN, 2011).

A exploração do material, segundo a mesma autora, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição, enumeração do *corpus* textual, em função de regras previamente formuladas (BARDIN, 2011).

O tratamento e interpretação dos resultados consiste basicamente em operações estatísticas simples ou mais complexas, que permitam a estruturação de um ou mais tipos de gráfico de resultados, que deixem explícito as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 2011) para que seja possível realizar sua análise crítica. Nesse momento, o auxílio de softwares de análise de dados pode auxiliar na execução da tarefa.

Figura 2: Fluxograma do desenvolvimento de uma análise de conteúdo



Fonte: (BARDIN, 2011)

Para a realização desse percurso de análise, foram selecionados, a priori, os documentos e os sujeitos entrevistados. Foi instituído como *corpus* da pesquisa os 6 documentos selecionados ("Termo de Cooperação Técnica nº013/2011 entre a SecMulher - PE e a SEE, por meio da Secretaria de Educação Integral e Profissional"; "Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica Operacional SecMulher - PE Nº. 03/2016"; Protocolo de Intenções Nº 04/2021, que celebra parceria entre as Secretarias de Educação e Esporte, a Secretaria da Mulher e a Escola de Referência em Ensino Médio que deseja participar da política", os "objetivos e atribuições dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento a violência contra a Mulher"; o capítulo introdutório do anuário 2020 – 2021 da SecMulher - PE; o capítulo 01, item 1.9 da atual proposta de currículo de Pernambuco para o ensino médio e a transcrição das 4 entrevistas realizadas com os (as) 4 professores (as) da rede Estadual.

Para o tratamento dos dados foi utilizado o software livre IRAMUTEQ®, que viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais simples e multivariadas (CAMARGO e JUSTO, 2013), como já exposto anteriormente.

Toda a análise é realizada com base em um *corpus* textual construído pelo pesquisador e expressa os resultados da análise por meio de listas e quadros, podendo ser utilizado para a investigação de entrevistas, questionários ou artigos científicos.

Etapas para o uso do software IRAMUTEQ®

a. Preparação dos dados: O *corpus* textual selecionado para essa pesquisa foi transcrito em um único arquivo de texto, no formato “.txt”, sem nenhuma formatação e sem mudança de linha, pontuação (exceto ponto; dois pontos; vírgula; interrogação e exclamação), abreviaturas, recuo de parágrafo, margem, tabulação e caracteres especiais, no aplicativo bloco de notas (Microsoft®), separados por uma linha e uma linha de comando. Nosso *corpus* textual foi dividido em 2, sendo o primeiro a transcrição dos documentos selecionados (**** *documento_1, **** *documento_2 e assim sucessivamente) e o segundo contendo as transcrições das entrevistas realizadas (**** *ind_1, **** *ind_2 e assim sucessivamente).

É importante pontuar que na construção do *corpus* textual foi realizado um tratamento em todos os textos que incluiu a padronização das siglas e nomes próprios para obedecer sempre a mesma grafia, complementação de frases inacabadas, assim como eliminação de expressões e frases não condizentes com o assunto tratado, a exemplo de datas, endereços, informações pessoais dos entes dos contratos, citação de Leis, incisos etc., salvaguardando o sentido do texto.

b. Pré-processamento: Etapa onde importamos o *corpus* textual para dentro da interface do aplicativo, onde o IRAMUTEQ® realiza uma série de etapas de processamento, preparando o texto para a análise. Para isso é preciso que o pesquisador realize algumas configurações nas abas do aplicativo.

c. Resultados preliminares e descrição do *corpus*: Etapa onde o software apresenta as possibilidades de análises existentes, uma vez finalizada a importação do *corpus* textual.

d. Análises propriamente ditas:

- I. **Estatísticas textuais:** Fornece ocorrências, frequências médias de palavras, frequência x quantidade de palavras entre outros;
- II. **Especificidades e Análise Fatorial por correspondência (AFC):** Onde escolhemos uma variável categorial para realizar uma análise. Essa variável pode ser adjetivos, conjunções, verbos etc.

- III. **Classificação Hierárquica descendente (CHD):** O software cria dendogramas que agrupam os textos e definem classes hierárquicas com base em suas características. Os *subcorpus* agrupam segmentos de texto com vocabulário semelhante.
- IV. **Análise de similitudes:** É construída uma árvore de coocorrências que compara os textos e identifica similaridades e diferenças.
- V. **Nuvens de palavras:** A representação gráfica da ocorrência de palavras.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: TECENDO CAMINHOS ANALÍTICOS

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS GERAIS SISTEMATIZADOS DOS *CORPUS* TEXTUAIS PELO SOFTWARE IRAMUTEQ®.

Neste capítulo faremos a apresentação das análises realizadas pelo software IRAMUTEQ® a partir do *corpus* textual inserido no aplicativo. Vale salientar que trabalharemos com 2 *corpus* textuais distintos. O primeiro diz respeito à análise documental que agrupou os 06 documentos selecionados em um único texto codificado, tratado e formatado segundo o manual do aplicativo. O segundo *corpus* textual se refere às entrevistas realizadas com os 5 atores selecionados e entrevistados em momentos distintos. O material transcrito das entrevistas também foi codificado, tratado e formatado segundo as normas adotadas no primeiro *corpus*.

Vale salientar que as análises do IRAMUTEQ® se utilizam da técnica de lematização, ou seja, buscar e agrupar palavras segundo sua raiz, seu lema, ignorando das palavras, o tempo verbal, o gênero, o plural etc. Transforma o texto em segmentos de texto de mais ou menos 3 linhas, identificando a frequência das palavras, classificando-as em adjetivo, substantivo, verbo, advérbio etc., através de fórmulas estatísticas por meio do “R”.

Quanto à análise documental e a Estatística textual, a primeira análise realizada pelo software, o *corpus* textual constituído por 6 textos foi separado pelo programa em 181 segmentos de textos (STS), com aproveitamento de 133 STS, que equivale a 73,38% do total. O programa identificou 6.457 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), dessas ocorrências 1.148 são de palavras diversas e 558 com uma única ocorrência, que o aplicativo denomina de Hapax⁸.

Já a análise das entrevistas, que se refere ao *corpus* textual constituído pelas 5 entrevistas realizadas pela pesquisadora, foi separada pelo programa em 214 STS, que equivale a 83,64% do total. Nessa análise, o programa identificou 7.208 ocorrências, dessas ocorrências 1.101 são de palavras diversas e 547 Hapax.

Na Classificação Hierárquica descendente (CDH), o software vai agrupar os STS correlacionando-os por temática e semelhança, em um esquema hierárquico de classes, e vai permitir que o pesquisador, ao olhar o conteúdo de cada classe, possa

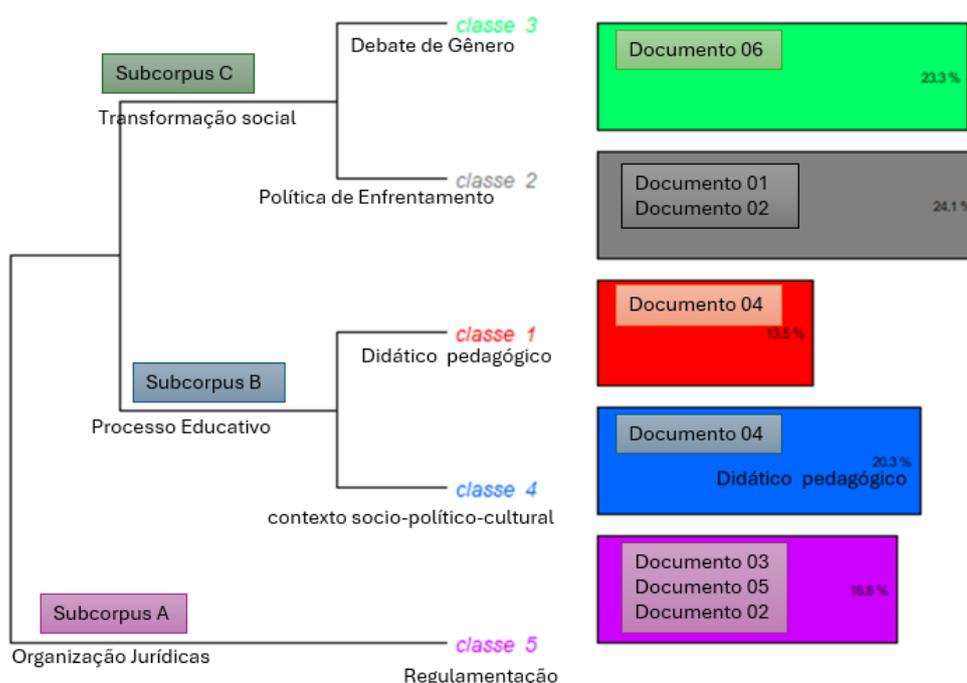
⁸ Uma palavra que se registrou apenas uma vez num *corpus* textual.

inferir e compreender o sentido do tema que emerge de cada classe, através das pistas linguísticas fornecidas pelo software

O conteúdo das entrevistas foi dividido, pelo aplicativo, em 6 classes. Sendo elas: Classe 1, com 24 STS, que equivale a 13,41% do total; classe 2, com 25 STS, que equivale a 13,97%; classe 3, com 25 STS, que também equivale a 13,97% do total; classe 4, com 32 STS, que equivale a 17,88%; classe 5, com 36 STS, equivalendo a 20,11% e, finalmente, a classe 6, com 37 STS, que equivale a 20,67% do total de segmentos de texto.

As classes se encontram divididas em duas ramificações (**A e B**) do corpus total de análise. Mas, é preciso ressaltar que o **subcorpus A** se subdivide em **subcorpus C**, que por sua vez se ramifica novamente no **subcorpus D**. O **subcorpus A** (Política Pública) se subdivide em **subcorpus C** (Implementação) e a **classe 6** (avaliação da política), que diz respeito ao impacto que a política suscita no ambiente escolar, como é possível mensurar esse efeito a ponto de possibilitar continuidade dela. O **subcorpus C** (implementação) se subdivide em **Subcorpus D** (materialização) e a **classe 5** (formulação), que versa sobre a existência, ou não, de apoio junto à gestão e às Secretarias. **Subcorpus D** (materialização) se subdivide em **classe 1** (demanda), que diz respeito à necessidade que cria a política e a **classe 4** (adesão), que diz respeito à realidade escolar. O **subcorpus B** (interdisciplinaridade) se subdivide em **classe 2** (Contribuições para a saúde), que trata da relação da temática de gênero e os temas da saúde, e a **classe 3** (debate de gênero) que trata das contribuições da política para a discussão da temática (ver figura 03).

Figura 3: Dendrograma a partir da Classificação Hierárquica Descendente



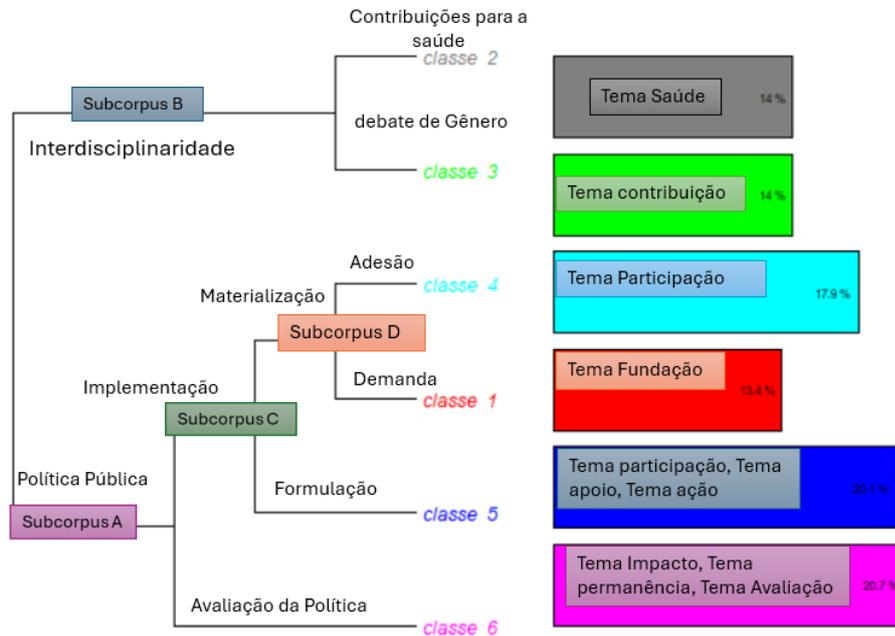
Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

O conteúdo da análise documental foi dividido em 5 classes: Classe 1, com 18 STS, que equivale a 13,53% do total; classe 2, com 32 STS, equivalente a 24,06%; classe 3, com 31 STS, isto é 23,31% do total; classe 4, com 27 STS, ou seja, 20,3%; e a classe 5, com 25 STS, que equivale a 18,8% do total de ocorrências analisadas.

Vale ressaltar que as 5 classes se encontram divididas em 3 ramificações (**A**, **B** e **C**) do *corpus* total de análise. Sendo duas ramificações que se subdividem, cada uma em mais duas classes, o que indica que as classes se aproximam em seu tema ao mesmo tempo que se afastam em determinado tema. O **subcorpus A** (organização jurídica) é composto por apenas uma classe, a **classe 5** (Regulamentação), que se refere à tentativa de criar uma atmosfera jurídica para a cooperação técnica entre a SEE e a SecMulher. O **subcorpus B** (processo educativo) se subdivide em **classe 1** (contexto didático pedagógico) e **classe 4** (contexto sociopolítico-cultural), que contém o discurso e a fundamentação teórica onde se baseia essa prática educativa. E finalmente, o **subcorpus C** (transformação social) se subdivide em **classe 3** (debate de gênero) e **classe 2** (política de enfrentamento), que contempla a tentativa de abrir

a discussão da disparidade entre os gêneros e o papel do Estado e da comunidade na busca por mudanças (ver figura 04).

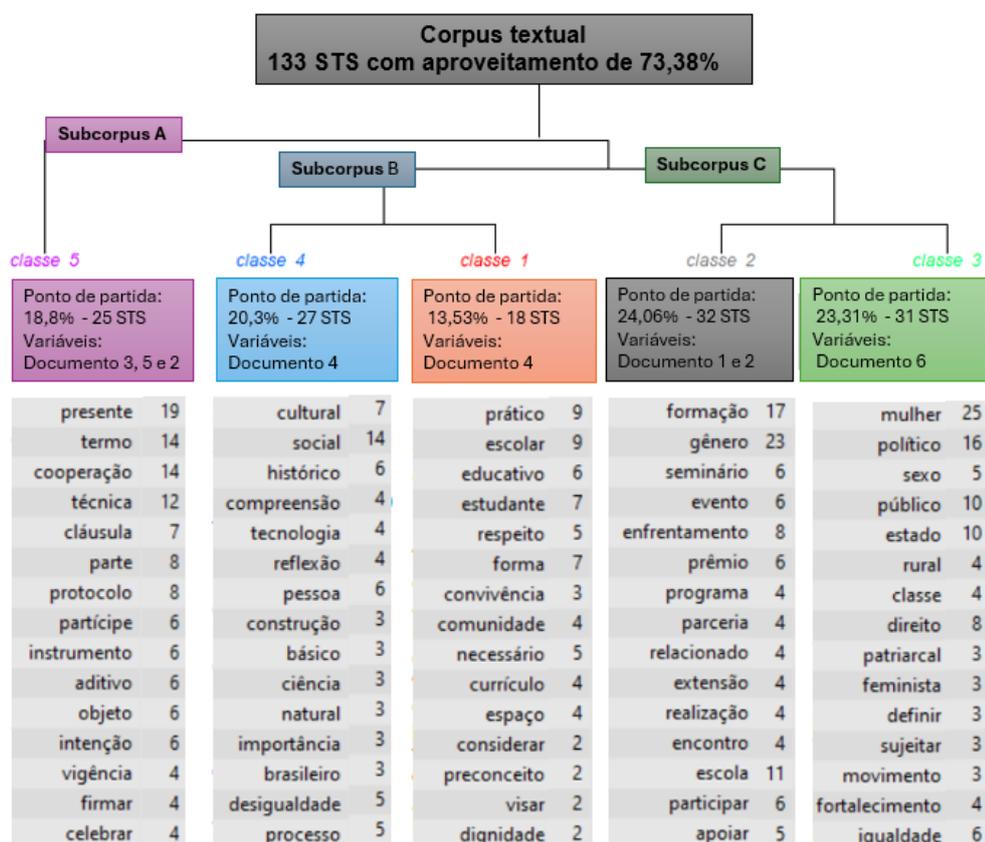
Figura 4: Dendrograma a partir da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

Para uma melhor visualização das classes, elaborou-se um organograma com a lista das palavras que emergiram em cada classe na Classificação Hierárquica Descendente (CHD), gerada através do teste Qui², mostrando a frequência (*eff s.t.*) em que emergem em cada classe. O teste agrupa vocábulos com semelhança temática dentro da mesma classe, e que se distanciam em tema das demais classes (ver figura 05).

Figura 5: Organograma Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

Classe 1 – O Didático pedagógico

A classe compreende 13,53% ($f = 18$ STS) do *corpus* total analisado. É composta por palavras como “Prático”, “Escolar”, “Educativo”, “Estudante”, “Respeito”, “dignidade”, dentre outras. Com fragmentos predominantemente do *documento4, que trata de trecho da atual proposta de currículo de Pernambuco para o Ensino Médio, mais especificamente, o capítulo 01, item 1.9 - temas transversais e integradores do currículo.

O currículo pode ser entendido como uma construção de um consenso teórico que reflete um projeto de sociedade e um ideal de Educação de um determinado momento histórico, político, econômico e cultural (PERNAMBUCO, 2021a). Na análise, verificamos que o currículo de 2021 para o Ensino Médio público de Pernambuco é construído em um momento histórico de retrocesso político/ideológico que teve impactos importantes na elaboração dos currículos desse período, haja vista a retirada dos temas transversais da educação, da discussão de gênero, entre outros,

o que não se verifica no documento analisado. Isso pode ser observado nos trechos a seguir:

A garantia desse debate e a elaboração de estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência são, portanto, direitos assegurados por lei. Esses são pautados em demandas emergenciais e que reafirmam a necessidade de os espaços escolares serem lócus de promoção da cidadania e **respeito** às diferenças (PERNAMBUCO, 2021a, p. 36).

O documento foi elaborado tendo como base Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2018, dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco de 2012, da Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio de 2018, e dos Referenciais para Elaboração dos Itinerários Formativos de 2018, como é informado em seu capítulo introdutório (PERNAMBUCO, 2021a). Enseja em seu interior a discussão sobre respeito às diferenças, a dignidade humana e a participação da comunidade escolar dentro de práticas educativas críticas e reflexivas.

Por isso é necessário que se realize um trabalho interdisciplinar, motivador, inclusivo, resultando em uma experiência mais enriquecedora para os estudantes, os professores participantes e também toda a **comunidade** escolar (PERNAMBUCO, 2021a, p. 38).

Podemos pontuar que, mesmo apontando a existência de um processo de mudanças e de “rápidas transformações” (grifo nosso) no contexto educacional do período, o documento não perdeu a perspectiva crítica presente no documento anterior, os Parâmetros Curriculares de Pernambuco de 2012, o que demonstra a abertura para criação e manutenção de ações e políticas que discutam diversidade dentro da escola.

Classe 2 – Política de enfrentamento

A classe compreende 24,06% ($f = 32$ STS) do *corpus* total analisado. É composta por palavras como “Formação”, “Gênero”, “Enfrentamento”, “Projeto”, “monitoramento”, “Meta”, “Política”, “Implementação”, “articular”, dentre outras. Com fragmentos predominantemente dos *documento1 e *documento2, que tratam respectivamente do Documento de Apresentação do NeG, criado pela SEE e pelo Termo de Cooperação Técnica entre a SecMulher e a SEE.

Os dois documentos se complementam no que diz respeito à formulação da Política. Neles, fica bem claro qual a missão e o papel dos Núcleos de gênero como

unidade de promoção de ações de formação, pesquisa e extensão no enfrentamento à situação de violência de Gênero, assim como podemos constatar no recorte a seguir:

Os NeGs são espaços promotores de ações de formação, pesquisa e extensão, objetivando o desenvolvimento de práticas comprometidas com a transformação social. A partir da promoção da igualdade de gênero eles abrem espaço para as diferenças (documento 01, anexo 01)

Verifica-se a prevalência da ideia de enfrentamento, de posicionamento, de confronto dos problemas de forma ativa e propositiva para construção de mudanças efetivas.

Realizar ações de Formação em gênero e educação através de seminários e outros eventos, inclusive inserindo o módulo de gênero na formação continuada dos professores e professoras (documento 02, anexo 02).

As Palavras “apoiar” e “parceria” corroboram com o entendimento de que o caminho escolhido para o enfrentamento envolve todos os atores nesse processo de mudança, numa perspectiva interdisciplinar, transversalizando vários aspectos do problema, sejam eles culturais, sociais e raciais, dentre outros.

Classe 3 – Debate de gênero

A classe compreende 23,31% ($f = 31$ STS) do *corpus* total analisado. É composta por palavras como “Mulher”, “Político”, “Sexo”, “Patriarcal”, “Feminista”, “Movimento”, “Homem”, “Transformação”, dentre outras. Com fragmentos predominantemente do *documento6, que trata do Anuário da SecMulher para o biênio 2020 – 2021.

Podemos apontar que o Anuário se mostra como um documento que vai além da prestação de contas anual de um órgão público, contendo pequenos artigos, entrevistas e todo o aspecto conceitual e organizacional do trabalho da SecMulher. Nesse sentido, encontramos nessa classe a discussão conceitual que se quer construir nessa política.

Dentro desse aspecto, podemos pontuar dois recortes bastante significativos:

Patriarcado é um sistema de dominação em que o homem é o centro da sociedade e do conjunto das relações sociais. É determinado pela pressão e subordinação da mulher, mediante o controle de sua capacidade reprodutiva, de sua sexualidade, de sua capacidade de trabalho e da interdição do seu acesso ao poder (PERNAMBUCO, 2022c, p. 20)

Tendo a definição de patriarcado como uma de suas premissas, podemos pontuar que também se estende para uma definição de gênero, feminismo e política pública, situando o debate em uma teoria feminista de gênero que se inter-relaciona com as questões de raça, etnia, classe e orientação sexual.

[...] desconstrutoras da cultura patriarcal; garantidora dos direitos humanos sociais, políticos e econômicos das mulheres; reparadora das desvantagens e aceleradoras do desenvolvimento das populações femininas, no tocante à sua condição étnico-racial, etária, de orientação sexual e de classe social; promotoras das como sujeitos produtivos e políticos; aceleradoras dos processos de democratização do Estado e da sociedade (PERNAMBUCO, 2022c, p. 20)

Fica bastante claro de que conteúdo político-ideológico estamos tratando nessa política, e que condução terá os seus trabalhos no que diz respeito à discussão de gênero.

Classe 4 – Contexto sociopolítico- cultural

A classe compreende 20,3% ($f = 27$ STS) do *corpus* total analisado. É composta por palavras como “Cultural”, “Social”, “Histórico”, “Compreensão”, “Ciência”, “Desigualdade”, “Sociedade”, “Saúde”, “Econômico”, dentre outras. Com fragmentos predominantemente do *documento4, que trata novamente do trecho da atual proposta de currículo de Pernambuco para o ensino médio, mais especificamente o capítulo 01, item 1.9 - temas transversais e integradores do currículo.

Na análise, verificamos que nessa classe há tentativa de situar a discussão de gênero em um contexto mais amplo, que contemple todos os aspectos que circundam a construção de uma sociedade, suas incongruências, suas fragilidades, seu contraditório, deixando claro que não é possível discutir gênero sem discutir como se estrutura nossa sociedade. Sigamos aos trechos que exemplificam isso:

Deve também ser compreendida como um conceito baseado em parâmetros científicos de produção de saberes que transversalizam diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de identificar processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino, essencial para o desenvolvimento de um olhar referente à reprodução de desigualdades no contexto escolar (PERNAMBUCO, 2021a, p. 20).

Ainda fundamentando essa análise, podemos pontuar mais um trecho onde fica claro que precisamos ampliar as discussões para aspectos mais profundos, que desnudam as questões sociais que alicerçam essas relações desiguais.

Ao abordarmos a diversidade cultural, biológica, étnico-racial, devemos considerar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e dos conflitos sociais. Esse tema aborda a construção histórica, social, política e cultural das diferenças que estão ligadas às relações de poder ao processo de colonização e dominação (PERNAMBUCO, 2021a, p.35).

Nesse sentido, as discussões que se pretendem fazer, tendo esse currículo como fundamentação didático - pedagógica, vão alicerçar também os trabalhos dos NeGs, criando uma conexão importante.

Para efetivar isso, é necessária a implementação de ações com a perspectiva de eliminar atitudes ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer orientação sexual, identidade ou expressão de gênero (PERNAMBUCO, 2021a, p.36).

Classe 5 – Regulamentação

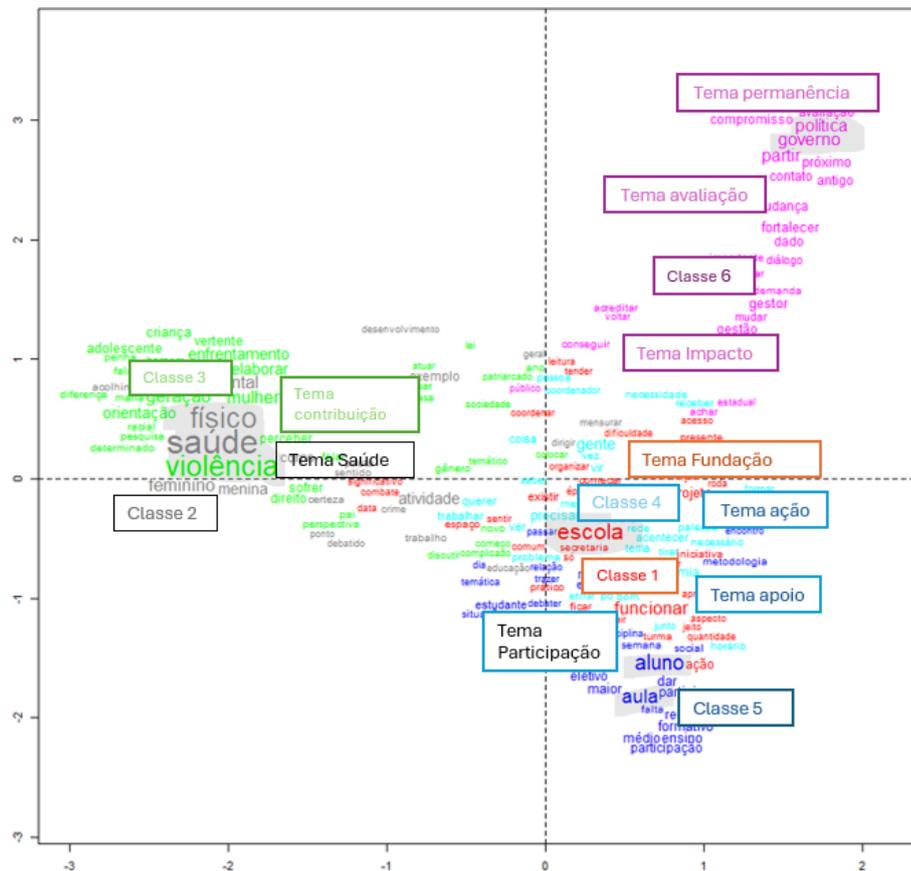
A classe compreende 18,8% ($f = 25$ STS) do *corpus* total analisado. É composta por palavras como “Termo”, “Cooperação”, “Protocolo”, “Vigência”, “Prazo”, “Cláusula”, dentre outras. Com fragmentos predominantemente do *documento3, *documento5 e *documento2 que versa, respectivamente, acerca do Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica entre a SecMulher e a SEE, o Protocolo de Intenções celebrado entre a SecMulher, SEE e a Escola, e o Termo de Cooperação Técnica entre a SecMulher e a SEE. Podemos verificar que a classe 5 contempla toda a documentação que rege a Política NeGs, no âmbito das duas Secretarias, sendo possível afirmar que, nessa última classe, vamos encontrar palavras que versem sobre compromisso, parceria, atribuições, compromissos e prazos. Deixando claro que os aspectos legais também fazem parte do contexto de formulação e implementação de uma Política.

Constitui objeto de presente termo de cooperação técnica, estabelecer condições de cooperação mútua com vista ao desenvolvimento da SecMulher (documento 03, anexo 03)

A partir da **Análise Fatorial por correspondência (AFC)** é possível representar, em um plano cartesiano, as diferenças de conteúdos entre as classes, fazendo associações entre as palavras e a frequência com que aparecem no *corpus*.

Observamos que no *corpus* das entrevistas as palavras estão divididas nos 4 quadrantes, se expandindo, ligeiramente, para as periferias. Há classes que se expandem em quase todos os quadrantes, com exceção da classe 6. Isso demonstra que os conteúdos se aproximam fortemente e se distanciam de alguma forma quando a temática versa sobre os trâmites da política e sua avaliação (ver figura 05).

Figura 6: Análise Fatorial por correspondência (AFC)

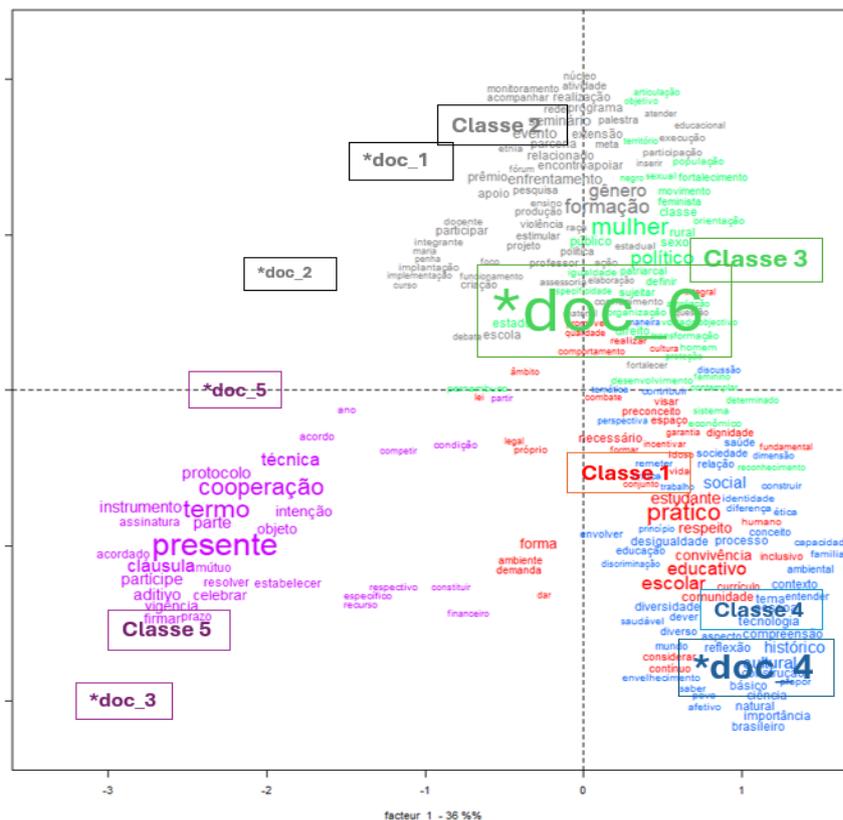


Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R- Versão 4.1.3

Observamos que na análise documental as palavras estão divididas nos 4 quadrantes, se expandindo para as periferias. Há classes que se expandem em mais de um quadrante, se entrelaçando significativamente, o que demonstra que seus conteúdos se aproximam e se complementam. Há uma exceção, a classe 5. Essa

ocupa apenas um quadrante, o que demonstra que possui uma diferença significativa de temática, das demais (ver figura 05). Lembrando que a classe 5 versa sobre a regulamentação da política e a tentativa de criar uma atmosfera jurídica para a cooperação técnica entre as duas secretarias, mostrando que a relação entre implementação e continuidade da política se torna frágil, não havendo uma esfera jurídica que a sustente, podendo ser desfeita a qualquer momento.

Figura 7: Análise Fatorial por correspondência (AFC)



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

A **Análise de Similitude** mostra uma forma gráfica baseada na teoria dos grafos, que se assemelha a uma árvore onde seus galhos representam as ligações entre as palavras do *corpus* textual que vão aparecendo em suas ramificações em uma ordem e tamanho que simbolizam sua importância, sua conexão e proximidade no contexto.

É importante salientar que para essa análise foi feita uma limpeza na amostra para que se tornasse mais legível. O critério utilizado foi a retirada de todas as palavras que não tiveram a frequência mínima de 10 incidências.

No resultado da análise documental observa-se que existem duas palavras que se destacam das demais e se conectam de forma importante: “Gênero” e “Mulher”. Dessas palavras se ramificam todas as outras conexões do gráfico. No externo das ramificações encontramos 8 palavras que ensejam novas ramificações. São elas: “Estado”, “Formação”, “Ação”, “Político”, “Violência”, “Direito”, “Educação” e “Humano” (ver figura06).

Nesse sentido, pode-se inferir que a análise diferencia a discussão de gênero com a discussão acerca das demandas da mulher em nossa sociedade, mesmo entendendo que os dois temas têm uma ligação forte e direta.

A leitura feita pelo software do *corpus* selecionado mostra que quando se discute direitos sociais, papel do Estado, índice de violência, relações de poder e currículo os documentos aproximam-se de forma importante da mulher, não deixando clara a inclusão de outras orientações sexuais, identidades ou expressões de gênero. Podemos também verificar um caráter biologicista na palavra mulher, pois ela gira em torno da questão dicotômica homem/mulher, havendo contra senso na discussão.

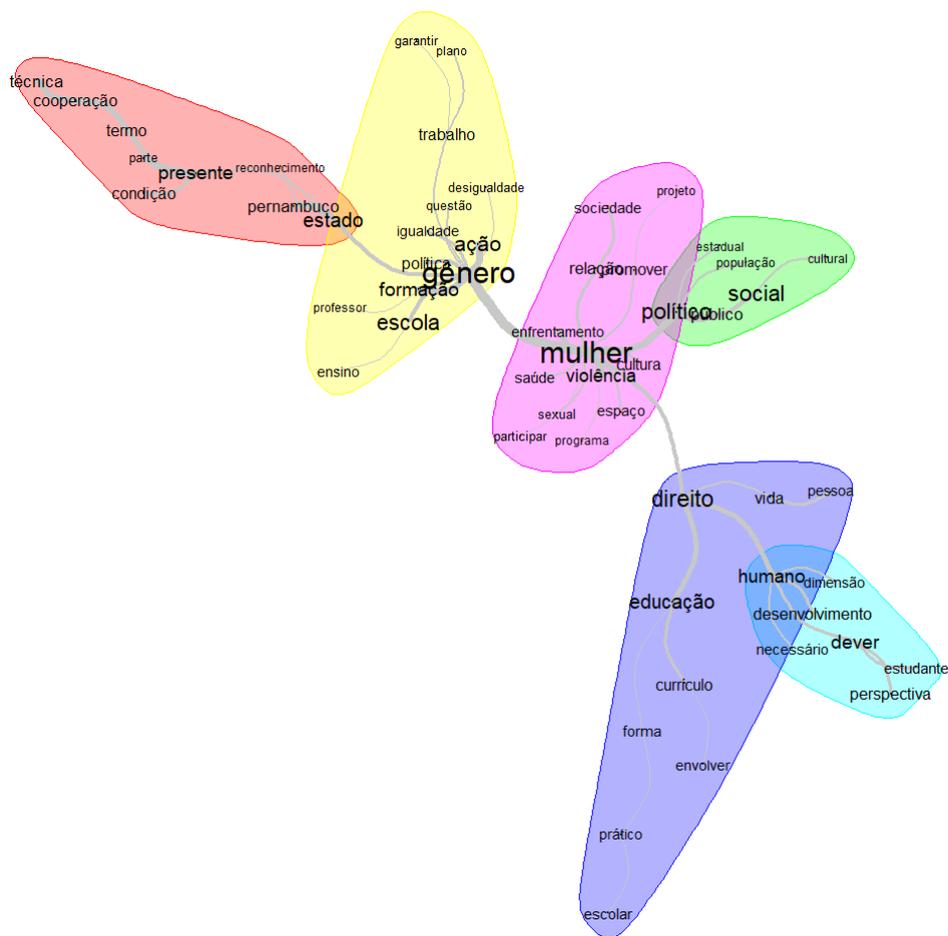
Podemos inferir, através do posicionamento das classes no gráfico, que aqui se aponta o trabalho da Secretaria da Mulher na construção de Políticas NeG e da Secretaria de Educação e Esportes na construção do currículo de Pernambuco para o Ensino Médio. Segundo Mainardes e Ball (2011), temos uma diferenciação entre “política como texto” e “política como discurso”, onde a política é formulada e construída sob influências de um determinado discurso, de determinados atores sociais, com sua influência e interesses, em detrimento de outros. A interpretação e a implementação ficam sob a responsabilidade de quem lê. Assim, centralizando-se no termo mulher, de caráter contraditório, o software aponta que embora o trabalho acolha outras demandas, sua linguagem não transparece a amplitude desse processo quando deixa de mencionar outras orientações sexuais, identidades ou expressões de gênero.

A fala encabeçada pelo termo “gênero” permeia a discussão do trabalho e da ação do Estado e do Professor dentro da Escola, mais especificamente do Estado de Pernambuco. Afunila a discussão em questão geográfica, mas ao mesmo tempo aponta o papel importante do professor como um dos atores do processo que, segundo Mainardes e Ball (2011) é um dos “produtores da política” (grifo nosso), aquele que coloca em prática a política, interpretando-a e materializando-a de

diferentes formas. A expressão “gênero” também cria um guarda-chuva onde cabe qualquer orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.

Podemos inferir, através do posicionamento das classes no gráfico, que aqui descortina-se o trabalho desempenhado pelos professores nos NeGs, dentro das Escolas. Um trabalho que amplia o olhar diante da discussão e que traduz a política na arena da prática (MAINARDES e BALL, 2011).

Figura 8: Análise de Similitudes



Fonte 1: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

Optamos por realizar a Análise de Similitude das entrevistas por categorias temáticas pré-determinadas e separadas no corpus textual através de linhas de comando. Essas linhas de comando são estipuladas dentro de um mesmo texto, tem a função de categorizar as variáveis que são importantes para o delineamento da pesquisa. O corpus composto pelas entrevistas foi categorizado dando ênfase em cada resposta, segundo a categoria temática a qual ela pertence: -*tema_fundacao;

*tema_continuidade, e assim por diante. Dessa forma, é possível conectar as respostas de todos os atores, em uma única figura, referentes a uma mesma temática.

A Categoria temática 1 indaga a respeito da Articulação da Política Pública através dos temas “fundação”, “continuidade”, “ação” e “participação”.

Iniciamos a discussão com a Análise de Similitude do subcorpus temático “fundação” (ver figura 09), onde encontramos a escola e o professor no centro da discussão, demonstrando que a política acontece “no chão” da escola, mas tem o professor como o ator escolar produtor dessa política. A adesão à política acontece por conta de uma necessidade da comunidade escolar de enfrentar adversidades relativas à discussão de gênero, e tem esse professor como eixo fundante. Logo em seguida, encontramos o gestor, o outro ator escolar que em muitos momentos apoia e em outros torna a sua materialização difícil, como podemos verificar na fala do ator 5 e do ator 1, respectivamente:

Eu entrei na escola em 2017 e desde o ano anterior que o NeG não funcionava mais. Ele começou a funcionar em 2015 e em 2016 ele já não funcionava mais. Tinha um professor querendo reativar o NeG, mas não era prioridade da gestão.

Quando foi esse ano, a gestora disse que não era possível dar esse horário pra gente por conta do novo ensino médio, porque tem muita trilha, muita eletiva. Preencheu todo o horário da escola. A gente ficou sem horário pra funcionar.

A fala do ator 4 e do ator 5 vem fortalecer o entendimento acerca do professor como agente materializador da política. É dele que parte, muitas vezes, a iniciativa em formalizar o NeG e mantê-lo, mesmo diante das adversidades:

Posteriormente, entramos em contato com a SEE e apresentamos nossa intenção em oficializar esse espaço, legitimar, até porque o reconhecimento Institucional é uma arma poderosa para o embate de gênero nas escolas.

Eu já fui questionada na GRE em relação a isso. Qual era o dia que eu utilizava e se isso não atrapalhava os alunos.

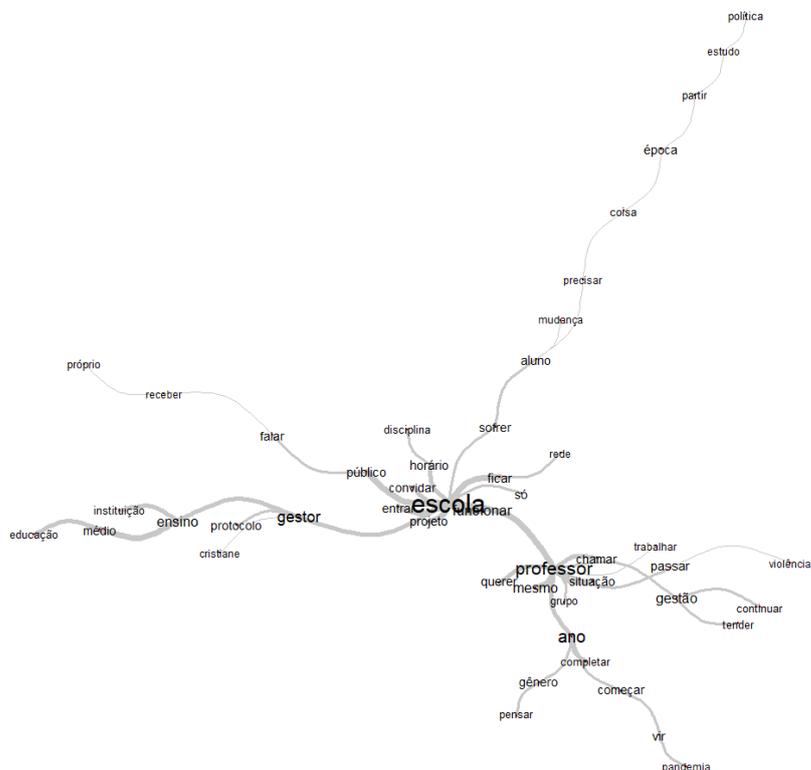
Trata-se de um perfil de Professor Agente que segue firme na coordenação do NeG, mesmo não tendo retorno financeiro com o seu trabalho. Como nos demonstra o ator 2:

A gente ainda fala sobre protocolo de intensões porque, infelizmente, os NeGs ainda não são constituídos em legislação própria. Por isso, os professores e coordenadores não recebem uma bolsa, não recebem auxílio, não recebem hora aula e nem remuneração por coordenar os NeGs.

Há uma proposta de política que é “traduzida” e encabeçada pelos atores sociais, o que nos leva a uma percepção de realidades distintas, encontradas em cada escola. Nessa perspectiva e discussão, Mainardes e Ball (2011) nos auxilia lembrando que a política, acima de tudo, é feita pelos atores e seus contextos sociais e materiais:

As políticas envolvem confusão, necessidades (legais e institucionais), crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentação, lacunas e espaços, dissensos e constrangimentos materiais e contextuais (MAINARDES e BALL, 2011).

Figura 9: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

A respeito do subcorpus temático “continuidade” (ver figura 10), onde os entrevistados são questionados acerca do funcionamento dos NeGs em relação ao tempo, entendendo se todos os NeGs criados continuam funcionando, vamos

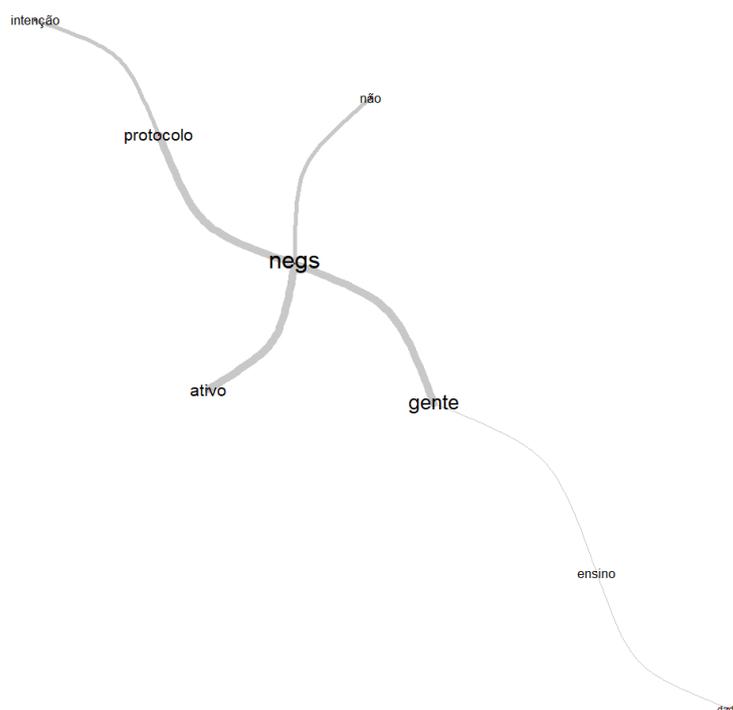
encontrar obstáculos na formalização do mesmo, em contraponto à afirmação de que as Secretarias ainda estão trabalhando na fase de construção dos dados e monitoramento, como vemos na fala do ator 2:

O que é que hoje a Secretaria está fazendo? está estruturando esses dados, para que a gente consiga ter esses dados em formato digital e estar entrando em contato com todas as Instituições de ensino para poder fazer essa verificação de quais são os NeGs que estão ativos hoje, os que não estão, porque é a renovação desses protocolos de intenções, até que os NeGs sejam instituídos em Legislação própria.

Nesse sentido, a figura 10 mostra que o tema versa em torno da discussão de NeGs ativos e inativos, com protocolos de intenção assinados ou não, mostrando que as Secretarias estão distantes da realidade da política, do chão da Escola. Mesmo depois de 10 anos de existência e com 1 ano e 5 meses de nova Gestão, a política ainda não avançou com a sua formalização, não cumpriu todas as etapas do ciclo de políticas públicas, assim como observamos na fala do ator 1:

É uma política de Governo, não é uma política de Estado. Não passou na assembleia, está tramitando na assembleia já há algum tempo, para se tornar uma política de Estado, ter essa formulação, mas ela esbarrou na bancada evangélica, que não aceita esse tipo de discussão na escola. Tem uma série de restrições, imposições

Figura 10: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

Sobre esse distanciamento da realidade escolar pelos agentes do Estado, e pelo retrocesso da política para fases posteriores, no ciclo de políticas públicas, podemos apontar a fala de Mainardes e Ball (2011):

O Estado é um dos principais lugares da política e um dos principais atores políticos. Em seu sentido mais simples, a política é uma declaração de algum tipo – ou ao menos uma decisão sobre como fazer coisas no sentido de “ter” uma política -, mas que pode ser puramente simbólica, ou seja, mostra que há uma política ou que uma política foi formulada (MAINARDES e BALL, 2011).

A interferência conservadora é forte e também é citada em outro momento, mostrando que esse seria um dos maiores entraves enfrentados pela política, como demonstra a fala do ator 1:

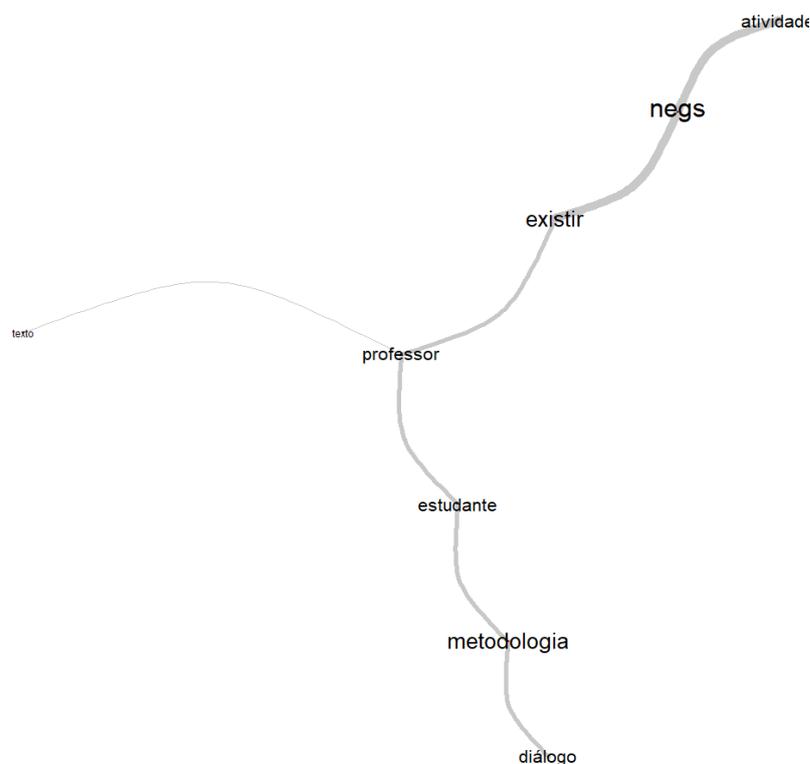
Inclusive, no começo houve muitas ameaças à minha pessoa, inclusive, por estar falando de gênero, por estar falando de população LGBTQIA+, por estar falando de violência, de direitos das mulheres. Isso choca e isso deixa algumas pessoas conservadoras incomodadas.

A respeito do subcorpus temático “ação”, que indaga a respeito da padronização, ou não, dos trabalhos realizados nos NeGs, temos a centralidade da discursão novamente no professor, aquele que “interpreta” a política sendo a micropolítica escolar, segundo essa realidade social, material e política (ver figura 11). Assim destacamos a fala do ator 1, quando ele afirma que “cada escola funciona de um jeito diferente, porque não é um padrão, uma coisa só”.

O ator 2 vem corroborar com essa afirmação quando nos revela que a metodologia utilizada nas atividades do NeG parte de uma escolha consciente e propositiva do professor:

Então, eu acho que essa parte da metodologia de como é que vai ser constituído esse diálogo de gênero, ele vai a partir da diária, da rotina de cada comunidade escolar. Então, não existe um padrão exato, fechado. Depende de como aquele professor, professora acha mais pertinente conduzir essa temática com os estudantes.

Figura 11: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

Sobre o último subcorpus temático “participação”, que compõe a primeira categoria temática de análise e versa a respeito da participação dos estudantes e do apoio da gestão, podemos identificar diversos fatores que interferem no trabalho do NeG (ver figura 12). A centralidade da fala está na relação entre o NeG e a escola. Sobre a escola, surge a discussão sobre a falta de um horário específico para as atividades desenvolvidas no NeG, e o desejo desses professores de torná-la uma disciplina eletiva ou uma política de Estado, o que fortaleceria o trabalho realizado.

As falas do ator 1 e do ator 5 reforçam isso:

Inclusive, que é uma luta nossa, e nem entra na grade, ela nem é considerada disciplina, que é o que a gente quer, que ela seja considerada disciplina, que ela entre na grade.

Seria de extrema importância se os coordenadores dos NeGs tivessem dentro da sua carga horária, algumas horas fossem separadas para atuar no NeG. mas, infelizmente, não tem, a gente pega nosso momento vago, mas tem que tirar o aluno da aula de algum professor e isso gera um problema.

Em outro extremo, temos a gestão e a necessidade, apresentada pelos atores, de sua participação em um letramento referente à discussão de gênero, pois isso dificulta o desenvolvimento dos trabalhos do NeG, esbarrando em ações negativas.

Os atores 1, 4 e 2 falam sobre isso:

Alguns enfrentamentos, também houve. Até por uma questão de letramento. A gente sabe que a minha geração, a geração anterior a essa juventude, não foi acostumada a entender gênero como a gente entende. Apenas algumas pessoas que se especializaram, começam a visualizar o tema de outra forma. A gente teve, no começo, muito trabalho com o corpo docente, com a gestão, para fazer esse letramento, mesmo.

Se a gestão não estiver aberta à necessidade de fomentar o debate e ações propostas pelo NeG, é uma força significativa para movimentar a escola e começar um processo de letramento em gênero, necessário e urgente, com todos e todas que fazem a escola.

Por exemplo, esse primeiro semestre a gente não vai conseguir ir de forma presencial para fazer esse diálogo com os gestores dos NeGs, mas já está preparando três formações online que é, justamente, de temáticas que esses coordenadores dos NeGs solicitaram pra gente. Então, a primeira temática que vai ser elaborada vai ser um letramento sobre identidade de gênero e orientação sexual, das questões LGBTQIA+.

Por fim, a discussão permeia a participação do aluno que foi alterada de forma significativa pela Reforma do Ensino Médio e seus percursos formativos, e pela

pandemia. Os pontos significativos das falas dos atores 5, 1 e 1 apontam esta realidade.

Porque, tem professor que realmente não aceita bem a situação, até porque a gente está com a quantidade de aulas de cada matéria reduzida com esse novo ensino médio. Entrou aquele monte de itinerário formativo que, sinceramente, não ajuda o aluno em nada, só atrapalha, e atrapalhou também a questão do professor.

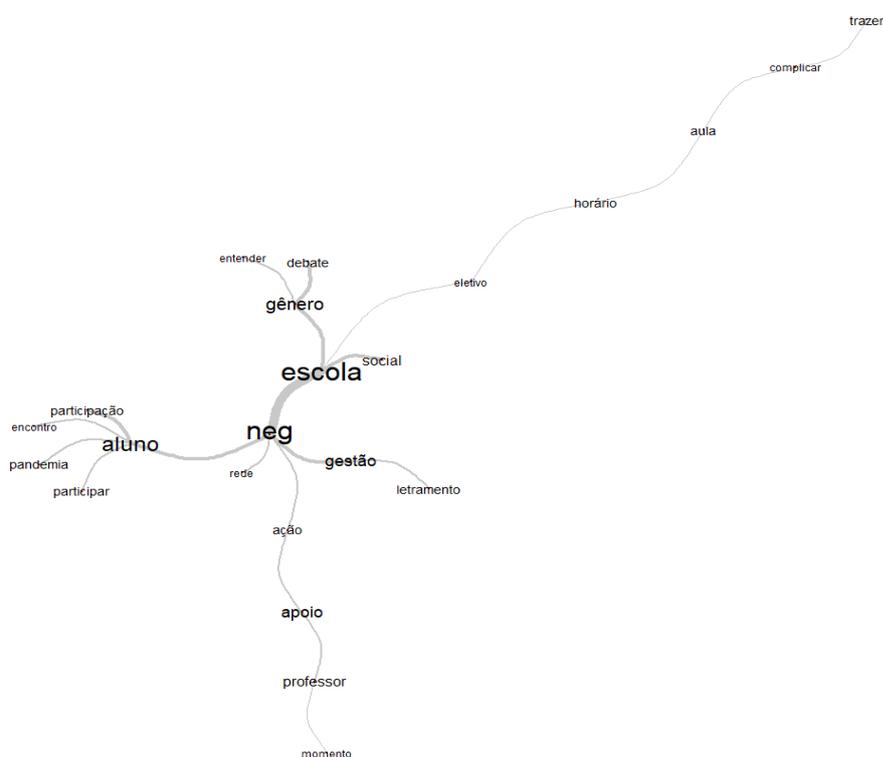
Quando foi esse ano, a gestora disse que não era possível dar esse horário para a gente por conta do novo ensino médio, porque tem muita trilha, muita eletiva. Preencheu todo o horário da escola. a gente ficou sem horário pra funcionar.

A gente está redescobrimo, se reinventando para retomar esse entusiasmo do estudante. Então a gente tem duas fases, antes da pandemia e pós pandemia. A gente já teve encontros no NeGs com mais de 70 alunos, e pós pandemia a gente teve encontro com 5 alunos.

Os pontos mencionados demonstram fortemente as fragilidades e dificuldades da política que, sem o apoio devido, não consegue avançar e se efetivar no chão da escola. Sobre isso, Mainardes e Ball (2011) nos apontam que na formulação das políticas existem limitações:

As políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequadas (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais.

Figura 12: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

A categoria temática 02, que procura estabelecer as relações existentes entre a implementação e a continuidade estão representadas pelos temas “avaliação”, “impacto”, “permanência” e “apoio”

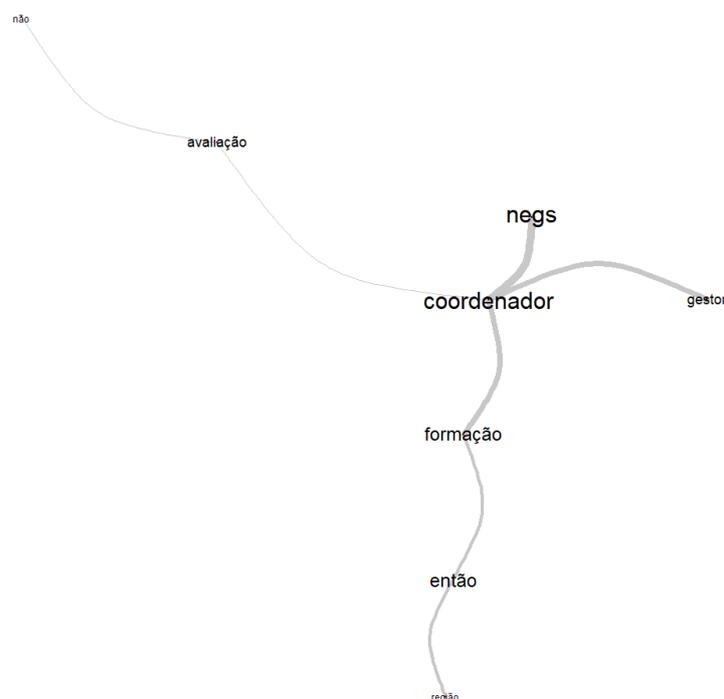
O primeiro subcorpus temático “avaliação”, foi instituído para interpelar os atores acerca da existência de algum mecanismo avaliativo que determinasse a eficiência, a eficácia, ou qualquer outro padrão avaliativo que possa ser tomado, através dos dados dessa política. Encontramos uma negativa que sugere que um mecanismo avaliativo nunca foi formulado, nesses mais de 10 anos da política.

Resgatamos a fala do ator 2 que demonstra isso:

Não. A gente ainda não tem esse mecanismo de avaliação, apesar de ser uma política pública um pouco antiga, tem mais de 10 anos. A gente ainda não conseguiu estabelecer esse fluxo de avaliação. A gente ainda está na etapa de construção dos dados e de monitoramento.

A alternativa encontrada pela gestão das Secretarias seria colher informações, junto aos coordenadores dos NeGs, isto é, os professores e gestores, a respeito do funcionamento e das dificuldades dos mesmos. A figura 13 demonstra, claramente, como essa fala pode ser estruturada em forma de gráfico.

Figura 13: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

O subcorpus temático “impacto” discorre sobre o impacto que os NeGs sofreram com a mudança de Gestão do Governo Estadual, levando em consideração que toda a sua existência se deu sob a gestão de um mesmo partido político. Demonstra claramente que essa ruptura de ciclo foi bastante tumultuada. Cabe ressaltar que, no período de um ano e 5 meses de nova gestão do Governo Estadual, a equipe que coordena a política, junto à SecMulher e a SEE, foi trocada mais de uma vez, tendo sido esvaziada em números, de forma importante, colocando em risco a continuidade da mesma.

A figura 14 nos mostra que as falas transitam entre a gestão e sua necessidade de mapear dados e as dificuldades apresentadas com a mudança do Governo Estadual que, conseqüentemente, atingiu as secretarias.

A fala da gestão das Secretarias transita entre a necessidade de aprimorar a gestão através da busca de dados e a dificuldade de obtê-los, mas demonstra que a mudança da equipe deixou lacunas importantes que ainda não foram sanadas, muitas delas versam sobre a necessidade de formação da equipe na discussão da temática. Percebemos isso na fala do ator 2:

Então, a gente tem que conhecer os NeGs. A partir do conhecimento dos NeGs, verificar quais são as necessidades dos NeGs. A partir do momento que a gente verifica essas necessidades, a gente vai fortalecer a equipe, a equipe nova constituída de cargos comissionados, para poder fazer esse entendimento sobre interseccionalidade de gênero, para que a gente volte a atuar em campo. Isso realmente demora um pouquinho e tem um certo tipo de dificuldade.

Sim. Quando a gente faz uma mudança de gestão do Governo Estadual, ela foi bem emblemática. Porque a gente teve uma constituição muito parecida durante 12 anos de gestão pública do Estado de Pernambuco. Então, a gente tinha alguns servidores, tanto da SecMulher quanto da SEE, que acompanhavam esse processo desde a instituição dos NeGs.

As falas dos professores demonstram grande preocupação com a mudança total da equipe, como podemos verificar na fala do ator 5:

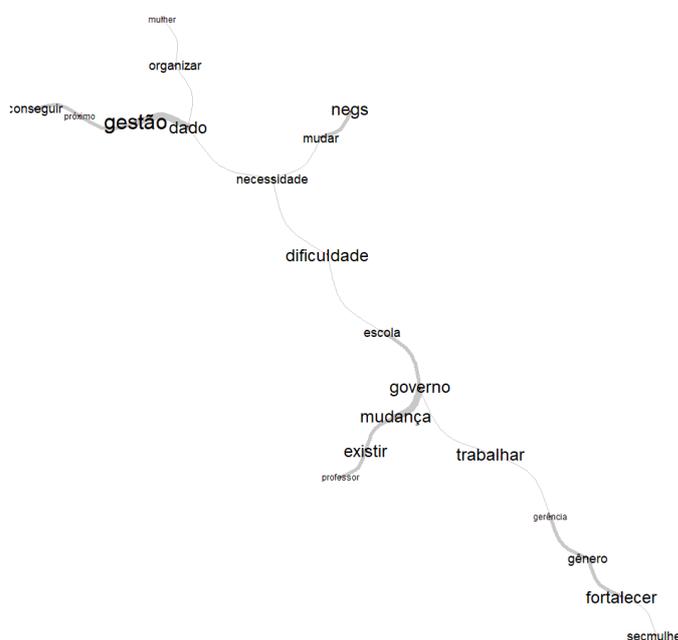
Olha, dentro do NeG, dentro da escola, não teve mudança nenhuma com a mudança de governo. Já, quanto à SEE, houve. Porque foram retiradas algumas pessoas e colocadas outras. Tiraram os nossos coordenadores gerais, que eram nossos representantes e que vinham fazendo um trabalho muito bom. Não que o atual não faça, mas, querendo ou não, foi uma quebra na forma como a gente vinha trabalhando. Foi colocada uma outra forma de trabalhar e, é uma imposição.

A análise não possui elementos para afirmar se a mudança total da equipe transita pelo espectro da mudança de profissionais ou de modelo de gestão. O ponto que podemos destacar é o foco em dados estatísticos, em números, metas e modernização tecnológica em detrimento das necessidades das comunidades escolares. Não foi possível entender se seria uma estratégia de esvaziamento da política, já que os professores que coordenam os NeGs se sentem desassistidos pelas Secretarias.

Podemos fazer um contraponto com Mainardes e Ball (2011) que, em seus estudos sobre o novo modelo gerencial da Educação, que migra do modelo de “Bem-estar social para o “novo gerencialismo”, apontam para uma transformação que engloba também um novo conjunto de valores, um novo ambiente moral onde novas

subjetividades são criadas. Partindo disso, surge um novo papel, senso de identidade e propósito para esses administradores da coisa pública educacional (MAINARDES e BALL, 2011), o que se aproxima do panorama que observamos nas falas dos atores da política.

Figura 14: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

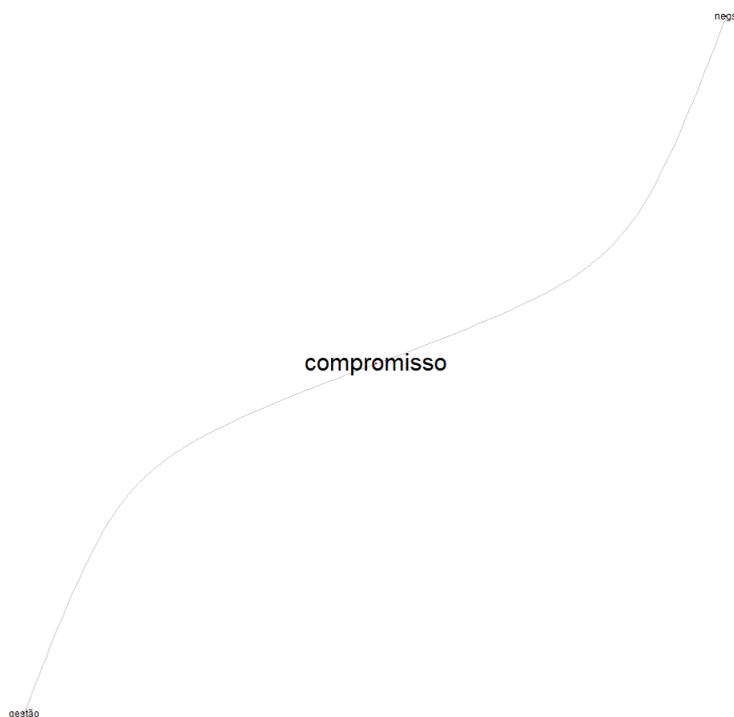
O subcorpus temático “permanência” vem complementar a indagação do tema anterior, questionando se existiria o risco de descontinuidade da política com a mudança de Gestão do Governo Estadual.

Na figura 15 podemos perceber que a fala demonstra um compromisso em levar a política adiante, mesmo com todas as dificuldades apresentadas. Como podemos verificar na resposta do ator 2:

Olhe, eu acredito que não. Pelo menos por parte da SecMulher, nesta gestão que eu faço parte, o nosso compromisso é fortalecer. Uma outra coisa que a gente faz questão de bater na tecla é a formalização dos NeGs através de Lei. É um compromisso da gestão, para que até o fim dessa gestão, desse Governo, a gente consiga, pelo menos, se não transformar essa política em Lei, chegar o mais próximo disso possível.

Novamente, encontramos referências sobre a formalização da política e resgatamos as falas sobre a interferência de uma bancada Evangélica que veta o projeto na Câmara Estadual.

Figura 15: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

O subcorpus temático “apoio” foi constituído como contraponto à fala dos gestores das secretarias, buscando as falas dos atores da outra ponta da política, os professores, e o seu entendimento sobre apoio e suporte oferecidos pelas duas secretarias.

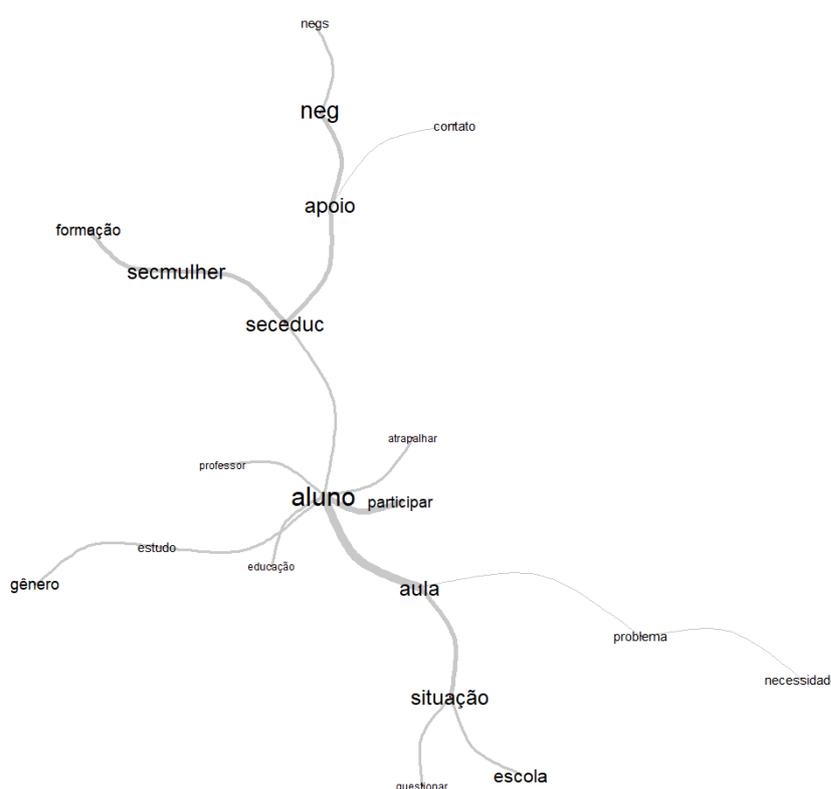
A figura 16 nos mostra que a centralidade da discussão é o aluno e o seu direito em participar das atividades dos NeGs sem perder as suas aulas. A partir do aluno emergem todas as questões complementares que envolvem as formações oferecidas pelas secretarias, que são apontadas como o principal apoio recebido, e a interferência positiva e negativa nas questões que surgem dentro da escola, que envolvem atores da comunidade escolar.

Selecionamos dois pontos significativos do discurso onde o ator 1 fala desse apoio de forma positiva e, um segundo fragmento, onde o ator 5 faz um apontamento de aspectos negativos.

Sempre houve. Todo tempo eu sempre tive muito apoio da SEE e da SecMulher. Da SEE sobretudo, porque disponibilizou o chão da escola, para que o projeto pudesse acontecer.

A SecMulher, como eu disse, oferece as formações. Já aconteceu de a gente precisar de material, de palestras e eles vão, sem nenhum problema. Agora, a SEE, em si, eu não vejo muita coisa não. Quer dizer, tem, por que elas estão junto da SecMulher. Assim, iniciativa da SEE mesmo, não.

Figura 16: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

A Categoria temática 03, que indaga a respeito da dimensão conceitual e concepções da política, é representada pelos temas “contribuição”, “concepção” e “saúde”.

O subcorpus temático “contribuições” nos revela os resultados positivos encontrados pelos atores da política, frente ao trabalho desenvolvido pelos NeGs.

A figura 17, que representa esse subcorpus, nos mostra a escola no centro da discussão, que circula entre a violência vivenciada pelos estudantes, o trabalho dos NeGs com as questões referentes ao gênero e um ideal de sociedade que fundamenta esse trabalho. Isso pode ser verificado nos pontos significativos de entrevistas selecionados a seguir. Os primeiros dizem respeito às falas dos atores 1 e 3 acerca das suas experiências exitosas na mudança do padrão de comportamento do corpo docente:

Sem dúvida nenhuma. Eu tenho absoluta certeza. Inclusive, recentemente, eu passei por uma experiência de ir em outra escola e escutar do corpo docente algumas falas transfóbicas, algumas falas sexistas e me choquei porque faz muito tempo que eu não escuto isso na escola que eu trabalho. Porque houve esse trabalho. Ele é lento, ele é gradual, ele não é da noite para o dia, mas ele funciona de uma forma impressionante.

A implementação do projeto NeG em escolas de ensino médio tem proporcionado reflexões e ações concretas para abordar questões de gênero, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e consciente das diversas identidades de gênero. Essa iniciativa tem sido fundamental para estimular debates e práticas que visam a igualdade de gênero e o combate à discriminação nas escolas.

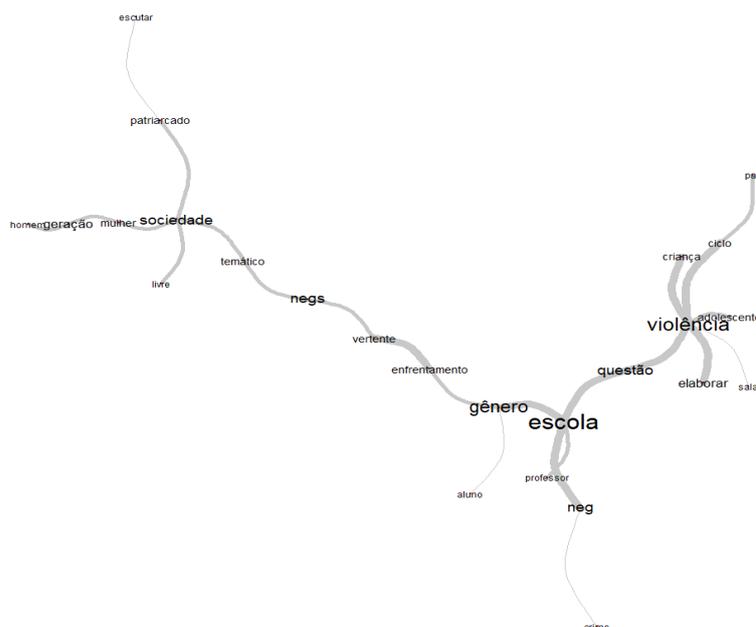
As contribuições do trabalho do NeG vão para além dos muros da escola, contribuindo para a dinâmica familiar dos estudantes, como nos mostra a fala do ator 2:

E uma outra problemática, também, quando a gente elabora sobre essas questões de violência doméstica e familiar dentro das escolas, a gente percebe que muitas crianças e adolescentes começam a identificar que já sofreram algum tipo de violência e que as suas mães também sofrem. Isso é um ponto que lhes auxiliam à quebra desse ciclo de violência dentro das casas.

O fragmento da fala do ator 2 nos revela esse ideal de sociedade que fundamenta a prática da política:

Porque a gente só vai conseguir construir uma sociedade mais livre, mais equânime, quando a gente trouxe pra dentro da educação esses aspectos de respeito e de construção de uma cultura de paz, uma sociedade mais livre para todas, todos e todes.

Figura 17: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

No subcorpus temático “concepção”, indagamos aos entrevistados acerca do que se baseava, em termos de concepção teórica, as suas práticas dentro dos NeGs. Na figura 18 surge o termo *incomodar*, deixando claro que o trabalho é difícil, e o termo *apoio*, que sustenta não só a necessidade de apoio para a execução do projeto, como também a teoria em que se apoiam para realizar o seu trabalho.

Percebemos que essa pergunta ficou clara para alguns atores, mas obscura para outros, como podemos perceber nos pontos significativos a seguir, das falas dos atores 1, 3, 2 e 5:

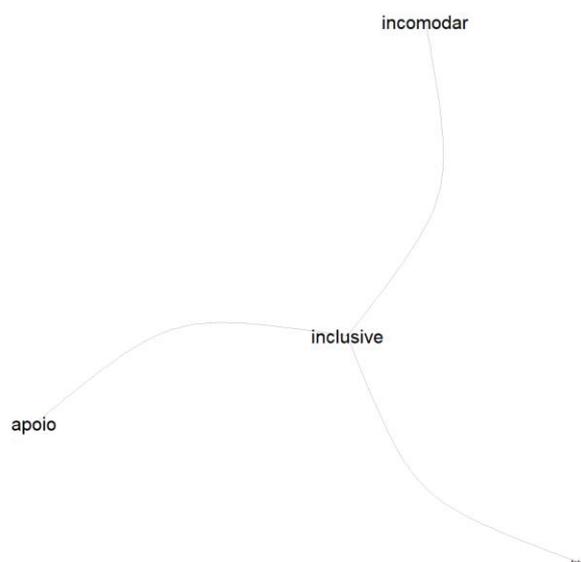
Me apoio na própria constituição. Inclusive, no começo houve muitas ameaças à minha pessoa, inclusive, por estar falando de gênero, por estar falando de população LGBTQIA+, por estar falando de violência, de direitos das mulheres. Isso choca e isso deixa algumas pessoas conservadoras incomodadas. E tudo que incomoda, provoca reação. Mas a gente está aqui para incomodar.

Meu apoio maior será sempre Deus. É ele que me dá sabedoria para agir nas ações do NeG.

A gente sempre utiliza a Lei Maria da Penha como base, em todas as temáticas, quando a gente elabora sobre as questões da desigualdade das mulheres, dentro da nossa sociedade. É a nossa Lei basilar.

Eu me apoio no bem-estar dos alunos, no bem-estar coletivo. Eu me apoio na certeza de que o trabalho da gente, quando bem desenvolvido, vai ter bons frutos. Eu me apoio nos resultados que a gente sabe que vai ter, no que a gente vai colher.

Figura 18: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

O subcorpus temático “saúde” surge da necessidade de identificar se os entrevistados conseguem perceber alguma interdisciplinaridade na sua prática no NeG. Elencamos dois temas, Educação em Saúde e Atividade Física, e questionamos a respeito de suas percepções.

Na figura 19, podemos perceber que surgem vários temas nas falas dos entrevistados, destacando-se as questões LGBTQIA+, a transfobia, o racismo, a saúde mental, o autocuidado, dentre outros.

Podemos destacar algumas falas onde essas associações ficaram nítidas, a exemplo de 2 pontos significativos da fala do ator 1, e as dos atores 2 e 4:

Com certeza. Tudo tem a ver. A gente, inclusive, trabalha a interseccionalidade, que é quando várias dores atravessam o mesmo indivíduo. E tem tudo a ver, a saúde. A questão das doenças transmissíveis, a questão do cuidado.

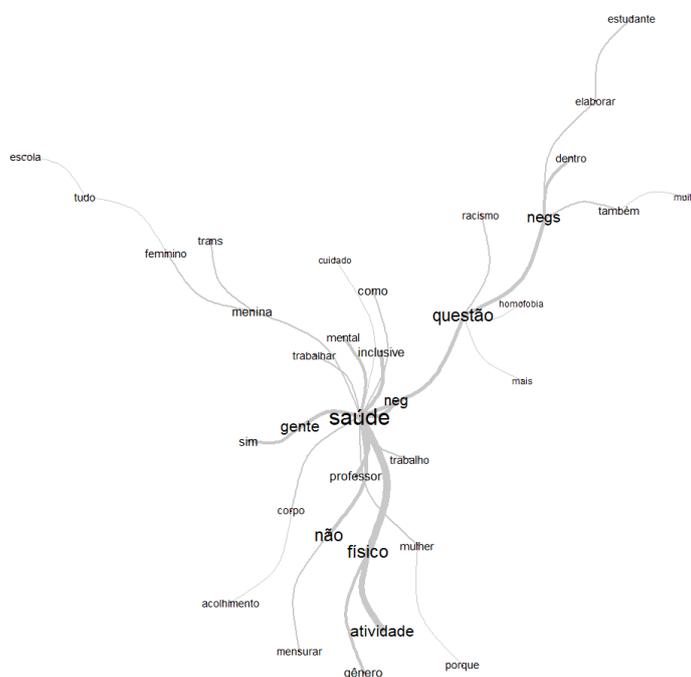
Atividade física também. Inclusive tivemos uma experiência na escola de uma menina trans querendo jogar no time feminino e o professor, apesar da Federação de Esportes não permitir, mas ele conseguiu conversar com o conselho da profissão dele e permitir que essa menina entrasse no time

feminino da escola, sendo uma mulher trans. Isso são vitórias maravilhosas e que tem tudo a ver, porque há uma interdisciplinaridade.

a pauta que envolve mais a questão da saúde dentro dos NeGs é a saúde mental, mais que a saúde física. inclusive, a SEE fez um mapeamento das áreas desses professores que estão atuando dentro dos NeGs. e nós temos, sim, professores de educação física que coordenam esses NeGs, mas, me falta a memória, atividades voltadas, específicas para essa prática. O que é que eu observo, quando a gente vai falar sobre a saúde física, a questão de trabalhos voltados para que as meninas se sintam confortáveis a jogar futebol, que geralmente é uma atividade física voltada para os meninos, a gente percebe que tem essas discussões nos NeGs, que não existe atividades físicas de um gênero masculino e de um gênero feminino

Sim, até porque o debate de gênero perpassa por várias instâncias, inclusive com o bem estar físico e psicológico das mulheres. O autocuidado não é só estético, é saúde.

Figura 19: Análise de Similitudes



Fonte: A autora (2024) através Software IRAMUTEQ – Versão 0.7 Alpha 2 e R-Versão 4.1.3

A análise da **Nuvem de palavras** constrói um gráfico com palavras que constituem o *corpus* textual. O destaque que se dá a palavra é diretamente proporcional à sua importância no conteúdo.

Também é importante salientar que na análise foi realizada a limpeza na amostra para tornar-se mais legível. O critério utilizado foi o mesmo da análise anterior, retirando todas as palavras que não tiveram a frequência mínima de 10 incidências.

5. CONCLUSÕES

Através da localização e do acesso aos documentos norteadores da política NeGs, foi possível perceber que, embora não tenham peso de Lei, é resultado de uma correlação de forças estabelecidas entre a sociedade civil e a sociedade política. Embora a educação no Estado de Pernambuco seja configurada no modelo gerencialista, a sociedade civil foi capaz de reivindicar uma política dentro das escolas estaduais e mantê-la ativa, mesmo diante dos ataques da ala conservadora da política e da sociedade e a tentativa de esvaziamento realizada pela nova gestão Estadual.

Quando pensamos na condução de uma Política Pública e nos atores envolvidos nesse processo de construção (SecMulher, SEE, Escola, comunidade escolar), observamos que, no caso analisado, mesmo havendo uma parceria entre as duas Secretarias, e um plano de ação elaborado, a política não conseguiu sair da fase de implementação, construção dos dados e monitoramento, agravado por um momento de intensas mudanças e esvaziamento da equipe que, no caso da SecMulher, é composta por cargos comissionados que não dominam a temática. O objetivo principal das secretarias ainda é a expansão da política, mas não há nenhum mecanismo avaliativo que quantifique ou qualifique o trabalho, embora, de maneira informal, os professores relatem a mudança de comportamento observada na comunidade escolar.

Embora haja um protocolo de intenções que formaliza a implementação dos NeGs e formações continuadas realizadas pelas Secretarias com os atores escolares, não há previsão ou padronização das atividades a serem realizadas com os estudantes. O que os dados revelam é que a metodologia utilizada nas atividades do NeG parte de uma escolha consciente e propositiva do professor, diante das necessidades e condições materiais da escola, deixando claro que a materialização da política está condicionada diretamente à interpretação que o professor faz dela.

Também foi possível perceber, através das entrevistas com os atores da política, que acontece no chão da escola, mas tem o professor como o ator escolar produtor dessa política. A adesão acontece por conta de uma necessidade da comunidade escolar de enfrentar transtornos relativos às questões de gênero, racismo e homofobia, e tem esse professor como eixo fundante. Logo em seguida encontramos o gestor, outro ator da política sendo apoio importante ou agente que torna a sua materialização difícil, deixando claro a fragilidade da política. O novo

ensino médio e seus itinerários formativos também é apontado pelos professores como barreira para a condução dos trabalhos, apontando uma lacuna de investigação que poderá ser explorada em futuras pesquisas, a despeito do impacto que essa mudança curricular trouxe para a continuidade de políticas realizadas no chão da escola.

A análise documental ainda revelou uma dicotomia entre os termos MULHER X GÊNERO, mostrando que, para além da diferenciação entre “política como texto” e “política como discurso”, ela é formulada sob influência do discurso biologicista e dicotômico homem/mulher, isto é, sofre influência do ideário neoliberal que, na arena de disputa de forças políticas, conseguiu avanços significativos junto com a perspectiva conservadora. Atores neoliberais acreditam que a educação é limitada do ponto de vista da construção de mudanças estruturais da sociedade. Isso ficaria a cabo somente da economia e da política, passando, a educação, para um lugar de mero instrumento técnico de construção de mão de obra para a indústria em ascensão, reproduzindo, assim, as estruturas de dominação e estratificação da sociedade, consolidando e acentuando as desigualdades. Atores conservadores trabalham de forma aguerrida para impossibilitar qualquer discussão que permeie as lutas sociais, dentre elas as lutas de gênero.

É preciso entender as políticas educacionais como políticas culturais, como disputas por visão de mundo, como luta por consolidação de uma hegemonia que vai além do econômico. Nesse processo, o Estado é entendido como não neutro, formado por diferentes grupos que se aliam entre si a partir de objetivos comuns e lutam para que seus objetivos se tornem hegemônicos. As contradições encontradas no Estado e nas políticas educacionais precisam ser compreendidas como fruto dessas disputas hegemônicas. Os sujeitos (educadores, estudantes etc.) não podem ser vistos, dentro desse contexto, como meros implementadores ou marionetes de uma política, mas também como atores que pensam as políticas que eles recriam, através da interpretação, reinterpretação e de processos de resistência no cotidiano.

Com a análise documental foi possível visualizar aquilo que está prescrito na política, que tem a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/ 2006 e sua vertente preventiva como base para sua criação e manutenção que, assim como a Secretaria da Mulher, tem um marco conceitual que se firma a partir da teoria feminista de gênero e sua interrelação etnia, classe social e orientação sexual, deixando claro que não é possível discutir gênero sem discutir como se estrutura nossa sociedade. Um conceito de

gênero que permeia os campos histórico, cultural, social e político sendo discutido em uma Escola construída numa concepção de educação em direitos humanos, estruturado na perspectiva transversal, assim como consta na proposta curricular de Pernambuco.

É dentro desse contexto que se faz presente os NeGs, que é apontado como um foco de resistência dentro de uma educação neoliberal, gerencialista, tecnicista e meritocrática presente em nossa sociedade, mas que demonstra um contrassenso a partir de um mergulho nessa realidade quando se percebe que a política falha em diversos momentos, mostrando sua ineficácia em intervir na realidade dos atores escolares e construir o respeito as diferença para além dos muros da escola.

Os NeGs estão lotados na Gerência de Formação em Gênero e Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, na Saúde Pública, na Cultura e nos Esportes da SecMulher-PE, que promete fazer uma articulação entre gênero, pesquisa, formação sociopolítica e profissional, saúde, enfrentamento à violência e luta por direitos, fortalecimento da produção cultural e incentivo à prática esportiva, mas, quando questionada a respeito da relação entre o trabalho dos NeGs, a Educação em Saúde e a atividade física, essa conexão não foi percebida pelos entrevistados.

É possível entender que essa lacuna vai muito além de uma formação teórica ou de uma capacitação técnica dos atores aqui elencados. Tendo como base o conceito amplo de saúde, que engloba seus determinantes e condicionantes, é possível entender que o tema saúde é sociopolítico, está diretamente ligado às desigualdades sociais, a um modelo de sociedade que define grupos por características sociais, tais como riqueza, educação, ocupação, raça e etnia, gênero e condições de moradia ou trabalho. Demonstra que a política idealizada pelos documentos não se materializa e não enxerga a atividade física e a saúde como direito, mas como privilégio. Não é possível realizar o debate da condição feminina e suas demandas sociais sem entender que a Educação em saúde e a atividade física se faz presente nessa discussão quando se questiona a padronização dos corpos e a dicotomia homem/mulher existente na prática esportiva como discurso hegemônico.

Também é possível verificar, através dos dados analisados, que a mudança de gestão Estadual impactou de forma significativa a continuidade da política no que diz respeito ao apoio aos coordenadores dos NeGs e a formação de grupos de trabalho dentro das secretarias. Seria importante acompanhar o processo de reestruturação

da política ao longo da atual Gestão Estadual para entender se o que vislumbramos é realmente a desarticulação de uma política consolidada, reproduzindo, assim, as desigualdades da sociedade que é escopo do ideário neoliberal e conservador ou se testemunhamos uma nova fase dessa política, com mudanças significativas e estruturantes, uma vez que o discurso das secretarias terceirizam a responsabilidade do Estado na continuidade da política quando afirmam que o problema está no fato da política não conseguir o status de política de Estado.

Fica, portanto, o desejo de ampliar ainda mais esse horizonte de conhecimento para descortinar e tornar cada vez mais claro o panorama educacional brasileiro e o pano de fundo que torna possível ou impossível a transmutação da nossa sociedade em uma nação mais igual e menos intolerante, e nossas escolas mais democráticas.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. **Educação física escolar** [livro eletrônico]: relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015. – (Coleção educação & saúde; v. 11)
- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.
- ALTMANN, H.; AYOUB, E. e AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em educação física: "meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar"? **Revista Estudos Feministas [online]**. 2011, v. 19, n. 2
- ASSIS, T. C. de e GONH, M. da G. Educação e participação: uma investigação das perspectivas teóricas brasileiras. **RBPAAE** - v. 36, n. 1, p. 216 - 240, jan./abr. 2020.
- AZEVEDO, J. M. L de. **A Educação como Política Pública / Janete M. Lins de Azevedo**. – 3. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol. 56)
- AZEVEDO, J. M. L. de, & OLIVEIRA, J. F. de. Gestão, monitoramento e avaliação dos planos de educação: retrocessos e desafios. **Retratos da Escola**, 14(30), 622–638 2021.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Ed.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. Cortez Editora, 2011.
- BARATA, R. B. **Como e Por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde** [livro eletrônico]. / Rita Barradas Barata. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- BARBIERI, A.; NOMA, A. K. **Políticas públicas de educação e saúde na escola: apontamentos iniciais sobre o Programa Saúde na Escola (PSE)**. Anais do Seminário de Pesquisa do Projeto Pós-Graduação em Educação [internet], p. 2-13, 2013.
- BARBOSA, L. U.; VIÇOSA C. S. C. L.; FOLMER V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, p. e772, 8 jul. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOTLER, A. Cultura e relação de poder na escola. **Educação e Realidade**, v.35, n.2, 2010.
- BRASIL. Decreto nº 6.286/2007. **Decreto que institui o Programa Saúde na Escola - PSE**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: janeiro. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Escolas promotoras de saúde**: experiências do Brasil / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília :Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **A Educação que produz saúde / Ministério da Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 16 p.:il. – (série F. Comunicação e Educação em Saúde).

CAMARGO, B. V. e JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2013). Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fwww.iramuteq.org%2Fdocumentation%2Ffichiers%2Ftutoriel-en-portugais&fname=Tutorial%20Iramuteq%202013%20portugues.pdf&pdf=true>. Acesso em: nov/2023.

COSTA, Sebastiana Nunes da. **Gênero e sexualidade na escola**: em cena o estudo das contribuições das políticas para a formação docente no Ensino Médio, os Núcleos de Gênero e Projeto Andanças em Pernambuco. 2021. 151 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

COUTINHO, C. N. **Democracia: um conceito em disputa**, 2008.

CRUZ, T; MACEDO, E. A diferença resiste à de(s)mocratização. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 24, n. 41, jan./abr. 2019.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

JACOB, Maria Julieta Correia. **Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais**: um estudo de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco / Maria Julieta Correia Jacob. Recife, 2017. 156 f. Orientador: Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2017.

LIMA JUNIOR, E. B. L. et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

LIMA, L. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, Curitiba, v.34, n.68, p.15-28, mar/abr 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. I.], v. 11, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa et al. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. **Ciência & saúde coletiva**, v. 12, p. 335-342, 2007.

MACIEL, Marjorie Ester Dias. Educação em saúde: conceitos e propósitos. **Cogitare Enfermagem**, v. 14, n. 4, 2009.

MARINHO, J. C. B.; SILVA, J. A. Conceituação da Educação em Saúde e suas implicações nas práticas escolares. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 6, n. 3, 28 dez. 2013.

MARINHO, J. C. B.; SILVA, J. A. Concepções e implicações da aprendizagem no campo da educação em saúde. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.** (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v.17, n.2, p.351-371, ago. 2015.

MASSON, L. N. et al. A educação em saúde crítica como ferramenta para o empoderamento de adolescentes escolares frente às suas vulnerabilidades em saúde. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 24, p. 1-7, 2020.

MENEZES, V. G. de. GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS MUNICIPAIS: Análise da Região Metropolitana do Recife-PE, Brasil, no período de 2002-2008. Orientador: Prof. Doutor José Pedro Sarmento Lopes. 2009. 394 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2009.

MENEZES, V. G. de. **Políticas públicas para esporte/lazer**. 1. ed. Recife: Bagaço, 2002. 228 p.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, A. L. M.; OLIVEIRA, G. G. **Deslocamentos e articulações dos discursos pela diversidade sexual em escolas públicas de Pernambuco**. In: XVII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2014, Fortaleza. Anais do XVII ENDIPE, 2014.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M; OLIVEIRA, G. G. S. Novas tentativas de controle moral da educação: conflitos sobre gênero e sexualidade no currículo e na formação docente. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 22, n. 1, p. 16-25, jan./mar. 2018b.

OLIVEIRA, A. L. M.; OLIVEIRA, G. G. **Políticas educacionais de gênero e sexualidade no Brasil: crise hegemônica e novos eixos de disputa**. In: Alice Casimiro Lopes; Anna Luíza A. R. Martins de Oliveira; Gustavo Gilson Sousa de Oliveira. (Org.). Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo. 1ed.Recife: Editora UFPE, 2018, v., p. 25-44.

OLIVEIRA, A; OLIVEIRA, G. **Políticas de gênero e sexualidade na educação brasileira**. In: LOPES, A; OLIVEIRA, A; OLIVEIRA, G. Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo. Recife: Editora UFPE, 2018.

OLIVEIRA, D. S.; BEZERRA, F. M.; MENEZES, V. G. DE. Agenda de pesquisa em programas de pós-graduação (stricto sensu) na temática Educação em Saúde no período 2015-2019. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280012, 2023.

OLIVEIRA, M. dos S. de; FERNANDES, M. D. E.; SCAFF, E. A. da S. Município, Poder Local e Planos Municipais de Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 1, p. 207–225, 2021.

OPAS. **Transformar cada escola em uma escola promotora de saúde**. Guia de implementação. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2022. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275725306>. Acesso em: janeiro. 2023.

Organização Mundial da Saúde - OMS. **A carta de Ottawa para a promoção da saúde**. Genebra: OMS; 1986.

PERNAMBUCO, SECRETARIA DA MULHER DE PE. **Anuário Biênio 2021-2022**. Recife: Secretaria, 2022c. Disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/publicacoes;jsessionid=1A63E7E9004F4E073996A47245ECD2AC>. Acesso em: novembro/2023.

PERNAMBUCO, SECRETARIA DA MULHER DE PE. **Anuário da Secretaria da Mulher 2020**. Recife: Secretaria, 2020. Disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/anuarios;jsessionid=B9AF59026EECE17772C58FA3650D204> Acesso em: junho. 2021.

PERNAMBUCO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE. **Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher**. Recife: Secretaria, 2022a

PERNAMBUCO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE. **Núcleos de Estudos de Gênero e enfrentamento da Violência contra a mulher**. Recife: Secretaria, 2021a

PERNAMBUCO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES. **Currículo de Pernambuco**: ensino médio. Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação. Recife: Secretaria, 2021a.

PERNAMBUCO, SECRETERIA DA MULHER. **Histórico dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher**. 2022b.

PINHEIRO, C. S. **O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) do Instituto Federal Farroupilha – campus São Borja (IFFar - SB): ações e contributos para a formação de adultos**. 2019, 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação – Especialização em Educação e Formação de adultos) - Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Educação, Porto, 2019.

RABELO, LS. **Promoção da saúde**: a construção social de um conceito em perspectiva comparada {online}. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

SAKATA, K. L.; LIMA, M. F. Apontamentos sobre o conceito de democracia em Joseph A. Schumpeter e Jürgen Habermas. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 12, n. 15. agosto de 2018.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq – Versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3**. Planaltina, GO, 2017

SANTOS, Jacqueline Bezerra dos. **O discurso velado e a liberdade de expressão sobre religião e sexualidade na adolescência**: a importância dos núcleos de estudo de gênero e sexualidade nas escolas de referência em ensino médio no Recife/ Jacqueline Bezerra dos Santos; orientador José Tadeu Batista de Souza, 2017. 100f:il. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró – reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado em Ciências da Religião, 2017.

SCHALL, Virgínia T.; STRUCHINER, Miriam. Educação em saúde: novas perspectivas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 15, p. S4-S6, 1999.

SCHWARTZMAN, S. Educação básica no Brasil: a agenda da modernidade. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 13, 1991.

SOUZA, Wellington Lins de. **Políticas de educação em saúde**: avaliação do Programa Saúde na Escola em escolas de ensino médio da rede pública estadual de Pernambuco / Wellington Lins de Souza. – 2023. 151 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2023.

TUTORIAL PARA USO DO SOFTWARE DE ANÁLISE TEXTUAL IRAMUTEQ. Disponível: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em dezembro/ 2023.

UCHOGA, L. A. R. e ALTMANN, H. Educação Física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte [online]**. 2016, v. 38, n. 2

VENTURI, T; MOHR, A. **Análise da Educação em Saúde nos Parâmetros Curriculares Nacionais a partir de uma nova perspectiva**. Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências–IX ENPEC. Águas de Lindóia, SP, 2013.

VIEIRA, A. G. et al. A escola enquanto espaço produtor da saúde de seus alunos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 916-932, 2017.

ANEXOS

ANEXO 01: Documento 1 - Apresentação dos NeGs e seus objetivos



Gerência de Formação em Gênero

Política de Formação em Gênero e Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, na Saúde Pública, na Cultura e nos Esportes.

Programa de Formação em Gênero no Ensino Formal

Subprograma de Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher

A Secretaria da Mulher de Pernambuco criada pela Lei nº 13.205 de 19 de janeiro de 2007, tem como missão promover os direitos das mulheres em todo Estado de Pernambuco, e o objetivo de formular, desenvolver, articular, coordenar, apoiar e monitorar políticas públicas para promover a melhoria das condições de vida das mulheres.

Por isso a Secretaria da Mulher de Pernambuco desde o início de sua criação compreende que a educação é fundamental para a construção de uma sociedade pautada nas relações de igualdade entre os gêneros.

Para o desenvolvimento desse eixo a SecMulher, criou a Coordenadoria, antes era uma ação de educação ligada a Gerência de Programas e Ações Temáticas (GEPAT), depois passou a ser um Núcleo ligado ao Gabinete e atualmente, **Gerência de Formação em Gênero**, trabalhando a política de **Formação em Gênero e apoio às mulheres na Produção de Conhecimento, na Cultura e nos Esportes**, contribuindo com aspectos teórico-metodológico que focalizam as questões de gênero e sua interface com raça, etnia e sua relação com educação, numa perspectiva interdisciplinar e transversal, atendendo aos seguintes objetivos: fortalecer a formação em gênero; assessorar a implantação de Núcleos; monitorar as ações de formação promovidas pelas diferentes áreas da SecMulher; organizar publicações; produzir a sistematizar materiais pedagógicos de apoio às atividades de formação em gênero.

A Gerência segue as diretrizes da SecMulher e atua nas Regiões de Desenvolvimento do Estado, promovendo a implantação e fortalecimento dos Núcleos, validando a política de promoção da igualdade entre homens e mulheres, visando a prevenção, o enfrentamento da violência doméstica e sexista e o fortalecimento da Lei Maria da Penha.

Objetivando promover a inserção dos estudos e formação em gênero nos espaços de educação formal no ensino médio e superior, os Núcleos são unidades promotoras de ações de formação, pesquisa e extensão, com a finalidade do desenvolvimento de práxis comprometidas com a transformação social, a partir da promoção dos direitos da mulher e da igualdade entre os sexos. Ainda no ano de 2007 a SecMulher lançou o Prêmio Naide Teodósio de estudos de gênero, que premia estudantes de graduação, de ensino médio e professoras e professores de Ensino Médio.

O prêmio é lançado anualmente, e a Secretaria compreende que as ações de Gênero precisam ser discutidas no cotidiano da educação formal.

Partindo desse entendimento em 2009 a SecMulher firmou parceria com a Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, para implantação de um Núcleo de Gênero, logo em seguida a Facol em Vitória de Santo Antão e a Faculdade Santa Helena em Recife também implantaram núcleo, a partir daí até o primeiro semestre de 2011 só havia grupos de estudos de gênero em IES. A primeira Secretária da Mulher Cristina Buarque, pensou em criar os núcleos, com o intuito que as reflexões da temática de gênero e suas interfaces passassem a ser contínua no espaço formal de ensino e não apenas no momento de inscrição do prêmio Naide Teodósio. Para isso buscou fortalecer a parceria com a Secretaria de Educação e buscar conhecer os núcleos de algumas instituições como o FAGES, PAGU e NEIM.

Para à criação dos Núcleos em Escolas de Referência em Ensino Médio foi assinado um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Educação em 2011, na qual a Secretaria Executiva de Ensino Profissionalizante mapeou cinco escolas para implantação de grupos de estudos de Gênero, e vem acompanhado junto a SecMulher o fortalecimento e ampliação desses grupos dentro das escolas, nas quatro regiões do Estado. Atualmente existem 226 Núcleos de Gênero no estado implantados em parceria com a SecMulher, sendo 153 em EREMs23ETEs um núcleo em escola regular de Ensino Médio, em instituições de Ensino superior são 33 e 16 nos campi do IFPE. Em 2019 foram mapeadas mais 26 escolas para implantar núcleo em 2020.

São objetivos dos núcleos:

Objetivo geral:

- Ampliar a discussão sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres nos espaços formais de ensino como estratégia de combate o preconceito, fundamentando a construção de uma práxis comprometida com a luta das mulheres.

Objetivos específicos:

- Contribuir com a desconstrução da cultura machista e patriarcal.
- Incentivar a produção de artigos científicos, roteiros de videodocumentário de curta metragem, projetos pedagógicos etc.;
- Publicar e difundir os trabalhos desenvolvidos;
- Estimular a inserção das questões de gênero nos currículos;

- Estimular a reflexão e produção científica a partir do uso da categoria gênero, associada às de raça, etnia e classe social;
- Estímulo à realização, no espaço da extensão, de cursos especializados em violência doméstica e aplicação da Lei Maria da Penha, entre outros, para profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.
- Incentivar a formação de uma base universitária capaz de atender as necessidades da presença de docentes, pesquisadores, conferencistas na formulação de programas de políticas públicas para reparação das desigualdades e empoderamento das mulheres.
- Provocar o debate crítico sobre as desigualdades entre homens e mulheres e promover a valorização da produção e difusão de conhecimentos sobre a matéria.

A partir da concepção do que vem a ser o Núcleo e dos objetivos descritos a Secretaria da Mulher, conseguiu através do Projeto Trabalhando Gênero na Educação Formal junto a SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres, recursos para oferecer à formação em gênero e temáticas relevantes as pessoas envolvidas diretamente com os grupos de estudos nas instituições.

Para realização das atividades de formação em gênero e suas interfaces, a SecMulher, ao firmar a parceria com as instituições de ensino presta assessoria técnica para elaboração do projeto de cada escola e faculdade;acompanha as atividades dos Núcleos, oferece formação em gênero, raça e outros temas relevantes para docentes e estudantes, através de seminários e oficinas, disponibiliza material de campanhas e publicações da Secretaria e participa de eventos promovidos pelo mesmos.

Atualmente são 307 núcleos em todo Estado de Pernambuco.

Obs. Não tem lei, decreto ou normatização para criação dos núcleos. Existe o Termo de cooperação Técnica entre a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Educação e Esportes. Com as escolas e instituições de ensino superior é assinado protocolo de intenções.

ANEXO 02: Documento 02 - Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Educação de PE



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 013/2011 QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DA MULHER, E A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Pelo presente Instrumento, a **SECRETARIA DA MULHER DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.601.781/0001-44, sito à Rua Cais do Apolo, nº 222, 5º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE - CEP: 50.030-905, representada neste ato pela sua Secretária, Dra. **CRISTINA MARIA BUARQUE**, brasileira, divorciada, economista, residente e domiciliada na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, portadora do CIC/MF nº 389.225.684-53 e CI nº 672.418, SSP-PE, no uso de sua competência, nomeada através do Ato nº 206, de 08.01.2011, com publicação no DOE de 19.01.2011, de acordo com a Lei nº 14.264, de 06.01.2011, Decreto nº 36.102, de 18.01.2011, e demais normas atinentes à matéria e a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, com sede na Av. Afonso Olindense, nº 1513, na Várzea, Recife/PE – CEP: 50.810-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.572.071/00001-12, neste ato representado pelo Secretário, Sr. **ANDERSON ESTEVES LEÔNIDAS GOMES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 100.876.484-15 e do RG nº 1.164.222 SSP-PE, residente e domiciliado na cidade do Recife, com fundamento no que dispõe a legislação vigente, resolvem firmar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, e tem entre si justo e contratado o que consta relatado nas cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA estabelecer condições de cooperação mútua com vistas ao desenvolvimento da Política de produção de conhecimento, informação e formação em gênero da Secretaria da Mulher.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS

Os subscritores do presente Acordo assumem reciprocamente o compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria, propiciando as condições necessárias para a implementação de atividades conjuntas entre a SECRETARIA DA MULHER do Estado de Pernambuco e a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO do Estado de Pernambuco.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES

Para consecução do objeto estabelecido no presente Acordo de Cooperação Técnica, comprometem-se os partícipes:

a) Compete à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

- I – Elaborar e executar, em parceria com a SECRETARIA DA MULHER, ações que contribuam com a Política de produção de conhecimento, informação e formação em gênero, zelando pela boa qualidade das ações e metas;
- II – Atuar em parceria na execução do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero;
- III – Apoiar a formação em gênero e educação, através de seminários e outros eventos, inclusive inserindo o módulo de gênero na formação continuada dos professores e professoras;
- IV – Cooperar com a realização de pesquisas para subsidiar políticas públicas para a Promoção da Igualdade de Gênero na Rede Estadual de Ensino;



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

V- Estimular a criação de Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência, apoiando as escolas que aderirem a esta Política, bem como a formação dos seus integrantes em gênero, raça/etnia e enfrentamento à violência contra a mulher, com foco na Lei Maria da Penha;
VI – Utilizar o material didático da Secretaria da Mulher nas formações de professores e professoras;
VII – Promover a inserção das mulheres atendidas pelos programas e projetos da SECRETARIA DA MULHER em programas educacionais realizados pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO;
VIII - Indicar responsável pela interlocução entre parceiros para participar da elaboração, execução e monitoramento das ações.

b) Compete à SECRETARIA DA MULHER:

I - Executar, em parceria com a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ações que contribuam com a Política de produção de conhecimento, informação e formação em gênero, zelando pela boa qualidade das ações e metas;
II – Executar, em parceria com a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, o Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero;
III - Realizar ações de formação em gênero e educação, através de seminários e outros eventos, inclusive inserindo o módulo de gênero na formação continuada dos professores e professoras;
IV - Apoiar a realização de pesquisas para subsidiar políticas públicas para a Promoção da Igualdade de Gênero na Rede Estadual de Ensino;
V- Estimular a criação de Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência, bem como a formação dos seus integrantes em gênero, raça, etnia e enfrentamento à violência contra a mulher, com foco na Lei Maria da Penha;
VI - Acompanhar, monitorar, avaliar a execução deste TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, de acordo com a Política de produção de conhecimento, informação e formação em gênero;
VII - Prestar apoio necessário à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO para que seja alcançado o objeto deste TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA em toda sua extensão;
VIII– Articular, em parceria com a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, as instituições para efetivação da Política de produção de conhecimento, informação e formação em gênero;
XIX – Disponibilizar o material didático da Secretaria da Mulher para reprodução;
X - Estimular a inserção das mulheres atendidas pelos programas e projetos da Secretaria da Mulher em programas educacionais realizados pela Secretaria de Educação;

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Termo de Cooperação Técnica não envolve transferência de recursos financeiros. Quando as ações resultantes deste instrumento implicar em transferência de recursos financeiros entre os partícipes, estas serão oficializadas por meio de convênio específico ou outro instrumento adequado.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA vigorará por 03(três) anos a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado mediante lavratura de Termo Aditivo, por acordo entre os partícipes.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

Este TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA poderá ser alterado em qualquer de suas Cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes, por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O Presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial por inadimplência total ou parcial de quaisquer das obrigações ou condições pactuadas, mediante notificação por escrito à parte inadimplente, com antecedência de 60 (sessenta) dias e respeitados os cursos em andamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA deverão ser resolvidos por mútuo acordo entre as partes, obedecendo à legislação vigente.

CLÁUSULA NONA- DA PUBLICAÇÃO

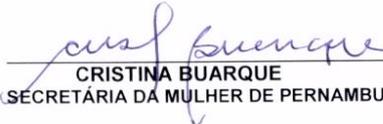
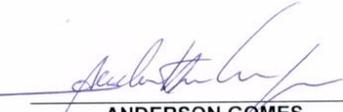
O presente instrumento será publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado, às expensas da Secretaria da Mulher, em conformidade com o parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade do Recife para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus efeitos legais.

Recife, 05 de dezembro de 2011.

	
CRISTINA BUARQUE	ANDERSON GOMES
SECRETÁRIA DA MULHER DE PERNAMBUCO	SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

ANEXO 03: Documento 03 - Termo Aditivo de Contrato

04/10/2022 12:02

SEI/GOVPE - 23856999 - GOVPE - Termo Aditivo ao Contrato

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL SEC MULHER Nº. 03/2016**

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO ATRAVÉS DA SECRETARIA DA MULHER E, DO OUTRO LADO, A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

A SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.601.781/0001-44, sito à Rua Cais do Apolo, nº. 222, 4º. e 5º. e 6º. andares, Bairro do Recife, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, CEP: 50.030-905, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pela sua Secretária, Dra. ANA ELISA FERNANDES SOBREIRA GADELHA, nomeada através do Ato nº. 1847, de 11/05/2021, publicado no DOE em 12/05/2021, de acordo com a Lei nº 16.520 de 27/12/2018, publicado no DOE em 28/12/2018 e demais normas atinentes à matéria e, do outro lado, a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.572.071/00001-12, com sede na Av. Afonso Olindense, nº. 1513, Várzea, Recife/PE, CEP 50810-000, neste ato representado pelo Secretário, Sr. MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS, denominado SEGUNDO PARTICIPE, têm entre si justo e acordado e celebram o presente TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 03/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam e estabelecem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a Prorrogação do Prazo de vigência por mais 03 (três) anos do Termo Cooperação Técnica Operacional nº.03/2016, ou seja, a partir de 18/05/2022 até 17/05/2025;
2. O presente Termo Aditivo apresenta também como objeto a Alteração do inciso V, alínea b, da Cláusula Terceira do referido Termo de Cooperação Técnica, conforme Despacho 10 (23466205), que passa a ter a seguinte redação:

“b) Compete à SECRETARIA DA MULHER:

...

V- Estimular a criação de Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência, bem como a formação dos seus integrantes em gênero, raça, etnia e enfrentamento à violência contra a mulher, com foco na Lei Maria da Penha, em Escolas de Referência em Ensino Médio, Escolas Técnicas Estaduais e Escolas de Ensino Médio Regulares.”; (grifos de agora).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1. Permanecem em vigor as demais cláusulas do Termo de Cooperação Técnica nº.03/2016 firmado, que não foram expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PUBLICAÇÃO

3.1. O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial do Estado, na forma de extrato, como condição de sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993, correndo as respectivas despesas por conta da Primeira Partícipe.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento, de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Recife, 03 de maio de 2022.

ESTADO DE PERNAMBUCO/SECRETARIA DA MULHER

PRIMEIRA PARTICIPE

04/10/2022 12:02

SEI/GOVPE - 23856999 - GOVPE - Termo Aditivo ao Contrato

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO**SEGUNDA PARTÍCIPE**

Documento assinado eletronicamente por **Catarina Barretto Soares Castellar**, em 03/05/2022, às 16:12, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Elisa Fernandes Sobreira Gadelha**, em 03/05/2022, às 21:29, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Andrade Bezerra Barros**, em 17/05/2022, às 12:34, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23856999** e o código CRC **5FA7BA27**.

SECRETARIA DA MULHER DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Cais do Apolo, 222, - Bairro Bairro do Recife, Recife/PE - CEP 50030-905, Telefone: (81)3183-2950

ANEXO 04: Documento 05 - Protocolo de Intensões



PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 04/ 2021

QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA MULHER E A ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO CARLOS SOARES DA SILVA.

O **ESTADO DE PERNAMBUCO** através da **SECRETARIA DA MULHER**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.601.781/0001-44, sito à Rua Cais do Apolo, nº 222, 4º, 5º e 6º andares, Bairro do Recife, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco. CEP 50.030-905, doravante denominada **PRIMEIRA PARTÍCIPE**, representada neste ato pela sua Secretária, **ANA ELISA FERNANDES SOBREIRA GADELHA**, nomeada através do Ato nº 1847, publicado no DOE de 12/05/2021, de acordo com a Lei nº 16.520, de 27/12/2018 e demais normas atinentes à matéria, e a **ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO CARLOS SOARES DA SILVA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.572.071/0441-60, situada na Rua Teonila Maria Arruda, nº 653, Centro, Salgadinho - PE, CEP: 55.675-000, neste ato representada pelo gestor **SANCHIRLES DA COSTA SILVA**, matrícula 251.044-8, doravante denominada simplesmente **SEGUNDA PARTÍCIPE**, resolvem firmar presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES** mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Protocolo de Intenções tem como objeto estabelecer um marco de cooperação mútua e facilitar a colaboração entre as partes para a criação, implantação e funcionamento de um Núcleo de Estudos e Formação em Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher no âmbito da SEGUNDA PARTÍCIPE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO

2.1 Os subscritos do presente Protocolo de Intenções acordam reciprocamente de atuarem de maneira articulada e em parceria propiciando condições para a implantação e implementação, conforme as suas especificidades, de ações de formação, pesquisa e extensão, objetivando o desenvolvimento de práxis comprometidas com a transformação social a partir da promoção dos direitos da mulher e da igualdade entre os sexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 DA PRIMEIRA PARTÍCIPE/ SEC MULHER

- a) Prestar assessoria técnica durante o período de elaboração do projeto e implantação do Núcleo;
- b) Promover formação sobre as questões de gênero, raça/etnia e enfrentamento à violência contra a mulher, para as participantes do Núcleo;
- c) Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Núcleo;
- d) Participar de eventos promovidos pela SEGUNDA PARTÍCIPE, que estejam em consonância com a missão e os objetivos da Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO

Cais do Apolo, 222, 5º andar- Bairro do Recife- Recife/PE - CEP: 50030-905
 Endereços eletrônicos: secmulher@secmulher.pe.gov.br - <http://www.secmulher.pe.gov.br>
 Telefones: +55.81.3183 2950/ 3183.2990
 Central de Teleatendimento Cidadã Pernambucana - 24h (0800.281.8187)



3.2 DA SEGUNDA PARTÍCIPE/ EREM CARLOS SOARES DA SILVA

- a) Formular o projeto de criação do Núcleo, contemplando a participação efetiva do corpo docente e do coletivo dos/as estudantes, em consonância com o seu regimento;
- b) Implantar o Núcleo e promover as condições necessárias ao seu funcionamento e desenvolvimento de suas ações;
- c) Elaborar Plano de Trabalho Anual do Núcleo e garantir a sua inserção no Planejamento Anual, no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- d) Buscar construir um acervo especializado em gênero, no âmbito de sua biblioteca;
- e) Disponibilizar espaço físico adequado em horários diurno, para realização de cursos, palestras, seminários e eventos relativos aos direitos das mulheres, igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra a mulher;
- f) Indicar um (a) educador/educadora responsável pela articulação entre as partes;
- g) Participar efetivamente do **Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero, garantindo a inscrição de trabalhos do corpo docente e discente.**

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente protocolo terá prazo de 03 (três) anos, com vigência a partir da assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, por acordo entre os partícipes, observada a legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 O presente Protocolo de Intenções não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

5.2 As dotações ou destinações de verbas específicas por demandas ou projetos que venham a ser objeto de negociação entre as partes, serão devidamente processadas na forma da lei, sempre por instrumento próprio.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

6.1 As alterações porventura necessárias serão efetuadas durante a vigência deste Instrumento, mediante aditamento, desde que previamente acordadas entre as partes e que não impliquem em modificações do objeto previsto na Cláusula Primeira deste Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

7.1 O Presente Protocolo poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer partícipe, mediante a troca de avisos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou rescindido por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas.

7.2 As partes farão todo o possível para chegarem a uma solução amistosa de qualquer controvérsia, desacordo ou reclamação, surgidos durante a vigência do presente Protocolo. No caso de não se chegar a uma conciliação, serão adotadas medidas que convenham às partes.



CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1 O presente instrumento será publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado, às expensas da Secretaria da Mulher, em conformidade com o parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais.

Recife, _____ de _____ de 2021.

**GOVERNO DE PERNAMBUCO/SECRETARIA DA MULHER
PRIMEIRA PARTÍCIPE**

**ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO CARLOS SOARES DA SILVA
SEGUNDA PARTÍCIPE**

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO
Cais do Apolo, 222, 5º andar- Bairro do Recife- Recife/PE - CEP: 50030-905
Endereços eletrônicos: secmulher@secmulher.pe.gov.br - <http://www.secmulher.pe.gov.br>
Telefones: +55.81.3183 2950/ 3183.2990
Central de Teletendimento Cidadã Pernambucana - 24h (0800.281.8187)

ANEXO 05 – Anuência Secretaria da Mulher de Pernambuco



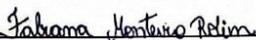
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

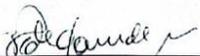
REQUERIMENTO

Venho através deste, solicitar à **Secretaria da Mulher de Pernambuco** Carta de Anuência para realização da pesquisa que tem como tema: **EDUCAÇÃO EM SAÚDE E GÊNERO: um estudo sobre os núcleos de estudo de gênero da Secretaria de Educação de Pernambuco**, pesquisadora responsável Fabiana Monteiro Rolim, da Instituição PPGEdU -UFPE, residente na Rua João Francisco Lisboa, Várzea, nº 120 CEP: 50741-100 e mail: fabi3mr@hotmail.com, fone 81 99744-9472 (sob orientação de Prof. Dr. Vilde Menezes SIAPE 1730894) que será realizada nos Núcleos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a mulher (NEG).

A aceitação está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa.

Recife, 22 de Março de 2024.


Assinatura da pesquisadora
Fabiana Monteiro Rolim


Assinatura do orientador
Prof. Dr. Vilde Menezes – SIAPE 1730894


Assinatura Secretaria da Mulher de Pernambuco

ANEXO 06 - – Anuência Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco



CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Fabiana Monteiro Rolim, estudante de Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE a desenvolver o seu projeto de pesquisa intitulado “**EDUCAÇÃO EM SAÚDE E GÊNERO NOS NÚCLEOS DE ESTUDO DE GÊNERO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO**”, que está sob a coordenação/orientação do Prof. Dr. Vilde Menezes, cujo objetivo é analisar a política de gênero intitulada “Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher” – os NeGs na Secretaria de Educação do Estado de PE in loco, através de entrevistas. Pontualmente, nas escolas EREM Silva Jardim do Recife Norte, EREM Maria Cavalcanti Nunes de Petrolândia, EREM Pastor José Florêncio Rodrigues do Cabo de Santo Agostinho e EREM Belo Jardim de Belo Jardim.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 510/2016 CNS/MS e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das escolas pesquisadas.

Para isto, é obrigatório que sejam assegurados os termos que seguem abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução 510/2016 do CNS/MS;
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nesta pesquisa;
- Anexar relatórios parcial e final na plataforma Brasil, e se comprometer com o serviço na apresentação dos achados da pesquisa.
- Anexar projeto de tese a essa carta de anuência

No caso do não cumprimento dos itens acima, a Instituição tem a liberdade de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em 16/02/2024.


Mariângela Jansen Berardinelli

Superintendente Pedagógica de Educação Integral e Profissional
Secretaria Executiva de Ensino Médio e Profissional
Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco

Mariângela Jansen Berardinelli
Superintendente Pedagógica - SUPED
Mat. 173.348-6
Secretaria Executiva de Educação
Integral e Profissional - SEIP

Av. Afonso Olindense, 1513, Várzea, – Recife | PE - CEP: 50810-000
Fone: (81) 3183 8200 - ouvidoria@ouvidoria.pe.gov.br

ANEXO 07 – Termo de consentimento Livre e Esclarecido - TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “Educação em Saúde e Gênero nos Núcleos de Estudo de Gênero da Secretaria de Educação de Pernambuco”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Fabiana Monteiro Rolim, com endereço na Rua João Francisco Lisboa, número 120, Bloco 03/140, bairro da Várzea, cidade do Recife, estado de Pernambuco, CEP 50741-100, contato virtual pelo e-mail fab3mr@hotmail.com e telefone (81) 997449472 (inclusive ligações a cobrar). Esta pesquisa está sob a orientação do professor Dr. Vilde Gomes de Menezes, telefone: (81) 992067498, e-mail vilde.menezes@ufpe.br.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com a responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:** Essa pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), no Centro de Educação – CE, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, localizado na Avenida Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária – Recife – PE. Telefone: (81) 2126-8000, sendo parte da integralização do curso de Mestrado em Educação da pesquisadora. Ela está sendo realizada no objetivo de Analisar as dinâmicas sociais, institucionais e conceituais da Política Pública de Gênero intitulada “Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher” – os NeGs na Secretaria de Educação do Estado de PE. Para tanto, a pesquisa será realizada com um grupo de 4 professores (as) da Rede Estadual, que lecionam nas Escolas Integrais e que atuem nos Núcleos de Gênero de forma ativa. Inicialmente os(as) professores(a) serão informados(as) sobre o planejamento, andamento e os detalhes gerais da pesquisa. Em seguida serão convidados (as) a participar de uma entrevista semiestruturada, realizada em momento único, de forma individual, com previsão máxima de 30 minutos para todo o processo, de forma presencial ou virtual, através da plataforma de videoconferência Google Meet, em horário predeterminado e acordado com o (a) entrevistado (a) e com a Gestão da escola. A entrevista será gravada pela pesquisadora em aparelho apropriado para que os dados das entrevistas possam ser transcritos de forma fiel para posterior análise de dados.
- **RISCOS:** Toda pesquisa com seres humanos oferece algum risco. Nesse sentido, é preciso informar que a resposta a entrevista pode lhe causar algum cansaço ou aborrecimento, desconforto, sensação de timidez, constrangimento, medo de não saber responder, estresse, quebra de sigilo e anonimato, mesmo não havendo prejuízos previstos à sua integridade física. Nesse sentido, afirmamos assegurar a confidencialidade dos dados e a sua privacidade, a proteção da sua imagem, total liberdade de expressão e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em seu prejuízo e de terceiros, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro.
- **BENEFÍCIOS:** Podemos listar como benefícios diretos da sua participação na pesquisa a oportunidade de aprender mais sobre a temática discutida, oportunizando novos conhecimentos através dos momentos de discussão do(a) entrevistado(a)

sobre Educação em Saúde e a política NeGs. Como benefícios indiretos podemos pontuar a possibilidade de contribuir para o avanço da ciência, o que pode ser traduzido como contribuição para a discussão de gênero e da política NeGs na comunidade escolar e no âmbito municipal e estadual.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação do/a voluntário (a). Os dados coletados nesta pesquisa (entrevistas) ficarão armazenados em um computador pessoal da pesquisadora, sob a responsabilidade da própria pesquisadora, no endereço Rua João Francisco Lisboa, 120, CEP 50741-100, pelo período de, no mínimo, 5 anos após o término da pesquisa.

O (a) senhor (a) não pagará nada e nem receberá nenhum pagamento para participar desta pesquisa, pois deve ser de forma voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas pela pesquisadora (ressarcimento com transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – Prédio do CCS - 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br** .

(assinatura da pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo “Educação em Saúde e Gênero nos Núcleos de Estudo de Gênero da Secretaria de Educação de Pernambuco”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do (da) participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

Impressão
Digital
(opcional)

ANEXO 08 – Roteiro de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

ROTEIRO INICIAL DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

1. Entrevista com a Coordenadoria das Secretarias da Mulher e Educação e Esporte.

- Como acontece a formação de um NeG?
- Todos os NeGs fundados nesses 13 anos funcionam até hoje?
- Os NeGs realizam trabalhos parecidos ou cada um cria seus próprios projetos?
- Existe algum mecanismo que avalie o trabalho desenvolvido nesses NeGs?
- O trabalho com os NeGs sofreu algum impacto com a mudança da gestão do Governo Estadual?
- Eles correm algum perigo de serem descontinuados?
- O NeG contribui para a discussão de gênero dentro da escola?
- O trabalho do NeG tem relação com a Educação em Saúde e a atividade Física?

ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS

Entrevista com A Coordenadoria Das Secretarias Da Mulher E Educação E Esporte

Categoria 01: Articulação da Política Pública

- Como acontece a formação de um NeG?
- Todos os NeGs fundados nesses 13 anos funcionam até hoje?

<ul style="list-style-type: none"> Os NeGs realizam trabalhos parecidos ou cada um cria seus próprios projetos?
Categoria 02: Estabelecer as relações existentes entre a implementação e a continuidade
<ul style="list-style-type: none"> Existe algum mecanismo que avalie o trabalho desenvolvido nesses NeGs? O trabalho com os NeGs sofreu algum impacto com a mudança da gestão do Governo Estadual? Eles correm algum perigo de serem descontinuados?
Categoria 03: Dimensão conceitual e concepções
<ul style="list-style-type: none"> O NeG contribui para a discussão de gênero dentro da escola? O trabalho do NeG tem relação com a Educação em Saúde e a atividade Física?

2. Entrevista com professor atuante no Núcleo de Gênero

- Como ocorreu a formação do NeG nessa escola?
- Você recebe algum apoio na Escola para essas atividades? Os estudantes participam?
- Há algum apoio das secretarias de Educação e da Mulher na realização desse projeto? Como?
- Houve alguma alteração no projeto com a mudança de gestão do Governo Estadual?
- Em que você se apoia quando desenvolve um trabalho no NeG?
- O NeG contribui para a discussão de gênero dentro da escola?
- O trabalho do NeG tem relação com a Educação em Saúde e a atividade Física?

ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS

Entrevista com Professor atuante no Núcleo de Gênero

Categoria 01: Articulação da Política Pública

- Como ocorreu a formação do NeG nessa escola?
- Você recebe algum apoio na Escola para essas atividades? Os estudantes participam?

Categoria 02: Estabelecer as relações existentes entre a implementação e a continuidade

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Há algum apoio das secretarias de Educação e da Mulher na realização desse projeto? Como?• Houve alguma alteração no projeto com a mudança de gestão do Governo Estadual? |
|--|

Categoria 03: Dimensão conceitual e concepções
--

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Em que você se apoia quando desenvolve um trabalho no NeG?• O NeG contribui para a discussão de gênero dentro da escola?• O trabalho do NeG tem relação com a Educação em Saúde e a atividade Física? |
|---|

ANEXO 09 - Declaração de Inexistência de Plágio ou Autoplágio em Trabalho Final



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

Declaração de Inexistência de Plágio ou Autoplágio em Trabalho Final

Eu Fabiana Monteiro Rolim, portadora do CPF nº 03731386445, declaro, para efeito de abertura de processo de defesa no Programa de Pós-graduação em Educação, que o trabalho apresentado à banca examinadora é de minha autoria, e que foram respeitadas todas as normas da ABNT, no que se refere a citações, em virtude de que também declaro não ter cometido plágio ou autoplágio em meu trabalho final. Todo o projeto foi examinado de forma integral pelo verificador online Plagium®, obtendo um bom resultado na análise.

Declaro, ainda, estar ciente da possibilidade de desqualificação do projeto citado, da aplicação de sanções administrativas e judiciais, caso seja constatado qualquer forma de plágio ou autoplágio.

Recife, 31 de Maio de 2024.

Fabiana Monteiro Rolim

Assinatura do(a) aluno(a)